



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**RESISTÊNCIA BELFORROXENSE CONTRA O RACISMO E OUTRAS
FORMAS DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO NOS PROJETOS DE
EDUCAÇÃO POPULAR**

JANE QUINTINO PINTO

Sob a Orientação do(a) Professor(a)
Amauri Mendes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P659r Pinto, Jane Quintino , 1984-
Resistência belforroxense contra o racismo e
outras formas de exploração e opressão nos projetos de
educação popular / Jane Quintino Pinto. - Seropédica;
Nova Iguaçu, 2023.
122 f.: il.

Orientador: Amauri Mendes Pereira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2023.

1. Resistência . 2. Opressão. 3. Educação Popular.
4. Belford Roxo. 5. Racismo. I. Pereira, Amauri
Mendes , 1951-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 16 / 2024 - PPGEDUC (12,28,01,00,00,00,20)

Nº do Protocolo: 23083.003108/2024-62

Seropédica-RJ, 22 de janeiro de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

JANE QUINTINO PINTO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/11/2023

Membros da banca:

AMAURO MENDES PEREIRA. Dr. UFRRJ (Orientador/Presidente da Banca).

REGINA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO. Dra. UFRRJ (Examinadora Externa ao Programa).

ALEXANDRE RIBEIRO NETO. Dr. UERJ (Examinador Externo à Instituição).

SALES AUGUSTO DOS SANTOS. Dr. UFV (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 23/01/2024 18:48)

AMAURO MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 2131702

(Assinado digitalmente em 22/01/2024 21:59)

REGINA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matricula: 2809331

(Assinado digitalmente em 23/01/2024 09:21)

ALEXANDRE RIBEIRO NETO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 071.195.647-22

(Assinado digitalmente em 22/01/2024 17:48)

SALES AUGUSTO DOS SANTOS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 276.141.401-25

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **16**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/01/2024** e o código
de verificação: **e7756bdd4c**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Pai-Criador pela oportunidade da existência neste universo, neste espaço-tempo.

À minha mãe por me gerar e me impulsionar a ser uma mulher forte.

Às minhas irmãs Rejane e Valquíria pelo apoio constante para que eu permanecesse estudando e me descobrindo como mulher bissexual e preta.

Às minhas filhas adotivas Ana Clara e Maria Eduarda por me motivarem a lutar por um mundo antirracista.

Aos agentes dos projetos sociais belforroxenses que me impulsionaram a olhar para o nosso município de Belford Roxo com olhos de esperança e positividade.

Aos meus e às minhas colegas de profissão que acreditaram no meu potencial antes mesmo que eu me inscrevesse para a seleção deste mestrado.

A todos os educadores que me transmitiram seus conhecimentos desde a Educação Infantil até este momento.

A todos, todas e todxs, o meu muito obrigada!

E ao meu orientador Amauri Mendes Pereira por me orientar no caminho de um movimento negro que acredita na coletividade e luta constantemente contra o racismo por meio da educação antirracista. A ti, professor, o meu agradecimento todo especial por me pegar pela mão e me fazer descobrir a intelectual negra que sou, parafraseando bell hooks, com minha própria escrita e minha própria história.

#gratidão

Ser negra

Ser negra é lutar pela liberdade

Buscar a igualdade

Mostrar o seu valor.

Ser negra é olhar o horizonte

E ser a favor do amor.

Ser negra é ter alegria em tudo que faz.

Ser negra é ser capaz de lutar pela paz.

Ser negra é sentir na pele

O sofrimento a dor.

Ser negra é sofrer pela diferença da cor.

Ser negra é lutar por aquilo que quer.

Ser negra é ter a força de uma mulher.

Ser negra é chorar a cada despedida.

Negro(a) é todo(a) aquele(a) a favor da vida.

(Jane Quintino Pinto, 1996)

RESUMO

PINTO, Jane Quintino. **Resistência belforroxense contra o racismo e outras formas de exploração e opressão nos projetos de educação popular.** 2023. 122p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Este trabalho investiga as práticas antirracistas na educação de Belford Roxo e seus possíveis reflexos positivos ou negativos em cinco Projetos de Educação Popular que atuam nas sub-regiões municipais, são eles: Centro Cultural Donana, Instituto de Mulheres Negras Candaces, Mais por Nós, Obra social Crescendo Juntos e Preparatório Comunitário Paulo Freire. Registro através de pesquisa qualitativa e bibliográfica um panorama das propostas de ensino formal a nível municipal, estadual e federal e as ações dos projetos sociais diante das demandas populares causadas pela opressão e pelo racismo vividos no território. Após pesquisas de campo e entrevistas presenciais e online foi possível averiguar que nos âmbitos da educação formal a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 pouco é implementada. Em contrapartida, os projetos de educação popular atuam constantemente através da arte, da educação e da saúde física e mental da população negra e indígena em suas ações coordenadas e assertivas.

Palavras-chave: Belford Roxo, Projetos Populares, Racismo

ABSTRACT

PINTO, Jane Quintino. **belforroxense resistance against racism and other forms of exploitation and oppression in popular education projects**. 2023. 122p. Dissertation (Master's in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Institute of Education/Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

This work investigates anti-racist practices in education in Belford Roxo and their possible positive or negative impacts on five Popular Education Projects that operate in the municipal sub-regions, namely: Centro Cultural Donana, Instituto de Mulheres Negras Candaces, Mais por Nós, Obra social Growing Together and Paulo Freire Community Preparatory. I record, through qualitative and bibliographical research, an overview of formal education proposals at municipal, state and federal level and the actions of social projects in the face of popular demands caused by the oppression and racism experienced in the territory. After field research and face-to-face and online interviews, it was possible to ascertain that little is implemented in the areas of formal education. On the other hand, popular education projects constantly work through art, education and the physical and mental health of the black and indigenous population in their coordinated and assertive actions.

Keywords: Belford Roxo, Popular Projects, Racism

RESUMEN

PINTO, Jane Quintino. **Resistencia belforroxense contra el racismo y otras formas de explotación y opresión en proyectos de educación popular**. 2023. 122p. Tesis (Maestría en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares). Instituto de Educación/Instituto Multidisciplinario, Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

Este trabajo investiga las prácticas antirracistas en la educación en Belford Roxo y sus posibles impactos positivos o negativos en cinco Proyectos de Educación Popular que operan en las subregiones municipales, a saber: Centro Cultural Doñana, Instituto de Mujeres Negras Candaces, Mais por Nós, Obra Social Creciendo Juntos y Preparatoria Comunitaria Paulo Freire. Registro, a través de una investigación cualitativa y bibliográfica, un panorama de las propuestas de educación formal a nivel municipal, estatal y federal y las acciones de proyectos sociales frente a las demandas populares provocadas por la opresión y el racismo vividos en el territorio. Luego de investigaciones de campo y entrevistas presenciales y en línea, se pudo constatar que poco se implementa en las áreas de educación formal. Por otro lado, los proyectos de educación popular trabajan constantemente a través del arte, la educación y la salud física y mental de la población negra e indígena en sus acciones coordinadas y asertivas.

Palabras clave: Belford Roxo, Proyectos Populares, Racismo

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Deslizamento de terra na Rua Casemiro de Abreu..... | 10 |
| Figura 2: A bica da Mulata..... | 20 |
| Figura 3: Brasão de Belford Roxo..... | 21 |
| Figura 4: Belford Roxo pórtico..... | 23 |
| Figura 5: [Novo Pórtico] O pórtico da cidade ficará iluminado durante o mês março para conscientizar sobre a doença..... | 24 |
| Figura 6: Divisão regional de Belford Roxo e seus bairros..... | 26 |
| Figura 7: População residente, por cor ou raça, 2022..... | 31 |
| Figura 8: Gráfico notícias de Belford Roxo..... | 48 |
| Figura 9: Mapa parte de Belford Roxo é dominada por milícias..... | 48 |
| Figura 10: Obra social Crescendo Juntos..... | 49 |
| Figura 11: Obra social Crescendo Juntos - atividade educativa antirracista: formação de jovens líderes..... | 50 |
| Figura 12: Projeto mais por nós 1..... | 53 |
| Figura 13: Projeto mais por nós 2..... | 53 |
| Figura 14: Projeto mais por nós atividade educativa antirracista: roda de conversa literária..... | 53 |
| Figura 15: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira centenário Luís Gama 1..... | 57 |
| Figura 16: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira/ centenário Luís Gama 2..... | 57 |
| Figura 17: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira/ centenário Luís Gama 3..... | 57 |
| Figura 18: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 1..... | 61 |
| Figura 19: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 2..... | 61 |
| Figura 20: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 3..... | 61 |
| Figura 21: Projeto Paulo Freire..... | 62 |
| Figura 22: Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem..... | 63 |
| Figura 23: Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem..... | 63 |
| Figura 24: Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem..... | 63 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 10 |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| 1 BELFORD ROXO: HISTÓRIA, IDENTIDADE, PERTENCIMENTO | 18 |
| 2. RACISMO E EDUCAÇÃO: DAS TRADIÇÕES AOS PROCESSOS DE SUPERAÇÃO | 26 |
| 2.1. A raça e o pensamento social brasileiro | 27 |
| 2.2. Eugenia – democracia racial – ações afirmativas? | 28 |
| 2.3 O racismo é estrutural | 31 |
| 2.4 Reflexões sobre Educação “no chão da escola”! | 34 |
| 3 O PROTAGONISMO DA MILITÂNCIA NEGRA E A CONQUISTA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS | 39 |
| 4 PRÁTICAS ANTIRRACISTAS | 45 |
| 4.1 Obra social Crescendo Juntos (JARDIM REDENTOR) | 46 |
| 4.2 Projeto Mais por nós (JARDIM REDENTOR) | 50 |
| 4.3 Centro cultural Donana (AREIA BRANCA) | 54 |
| 4.4 Instituto Candace (AREIA BRANCA) | 58 |
| 4.5 Projeto Paulo Freire (LOTE XV) | 62 |
| 5 A RESISTÊNCIA BELFOROXENSE É UM MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR | 64 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| BIBLIOGRAFIA | 81 |
| APÊNDICE A - Entrevistas transcritas | 87 |

APRESENTAÇÃO

Sou Jane Quintino Pinto, filha de mãe solo: Maria da Glória Quintino Pinto – mulher forte, trabalhadora como diarista em casas da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Nasci em 12 de novembro de 1984, na avenida Tapajós nº 44, bairro de Heliópolis, Belford Roxo-RJ. Minha casa ficava na beira do Rio Botas, um afluente do Rio Iguaçu. Cresci ouvindo o meu avô contar que, um dia, as suas águas foram limpas e que havia peixes; porém, já o conheci assoreado e poluído e, mesmo assim, eu brincava de pesca com a minha irmã Rejane, retirando dele sacos plásticos que passavam constantemente. Havia árvores frutíferas beirando o rio e eu me divertia pendurada nelas. Amava a goiabeira plantada no quintal do meu avô!

A primeira enchente de que me lembro vi as telhas finas de minha pequena casa (de um cômodo sem banheiro) voarem, as águas subirem rapidamente, os sapos pulando na água enquanto eu pulava na única cama de molas da casa. Eu tinha apenas quatro anos. Foi a enchente de fevereiro de 1988, que segundo o jornal Veja de 01/02/1988 deixou 277 mortos e 2000 desabrigados em Petrópolis e na Baixada Fluminense.

Figura 1 - Deslizamento de terra na Rua Casemiro de Abreu



Fonte: Philippe Fernandes (1988)

Sou preta, filha de pretos, oriunda da escola pública da Baixada Fluminense (Belford Roxo-RJ). Cresci na Creche Comunitária São Judas Tadeu, porque a minha mãe trabalhava o dia inteiro e não tinha com quem deixar a mim, então com sete meses de vida, e à minha

irmã Rejane, com apenas um ano e meio. É de lá que guardo as memórias da minha primeira infância. Junto com outras crianças negras e pobres, cresci sendo educada para ser independente, pois o meu futuro seria duro e eu teria que ter autonomia para lutar. Mal sabia o que isso significava!

A ausência dos meus pais, tanto física quanto emocional, causou-me uma grande carência, uma vez que o meu pai me abandonara, antes de eu nascer, e a minha mãe precisava trabalhar integralmente para sobreviver e me sustentar. Eu era uma criança muito pequena para a minha idade, logo, todos queriam me pegar no colo, me acalantar. Era amada por todos os meus educadores e colegas, mas eu queria os meus pais.

A relação com minha mãe sempre foi conflituosa. Em sua forma antiga de educar, minha mãe utilizava de agressões físicas para tentar me orientar. Aprendi a ler "sozinha", aos cinco anos de idade, através dos gibis da Turma da Mônica que a minha mãe trazia e eu colecionava. Não sei ao certo como isso aconteceu, mas certo dia, a caminho da creche, apanhei da minha mãe por ler o que estava pichado num muro: "Vai tomar no **". A minha mãe não sabia que eu já conseguia ler. Muros pichados, casas mal construídas, ruas enlameadas e esburacadas eram a minha realidade, porém, eu vivia feliz no meu próprio mundo imaginário.

Aos sete anos, iniciei a primeira série (atual 2º ano) em uma nova unidade escolar, que fazia parte da educação comunitária chamada Lar Escola São Judas Tadeu, e lá estudei até à 5ª série (atual 6º ano). Era dirigida por freiras da congregação das Irmãs da Boa Visitação. Outro lugar cheio de regras, igualmente grande, porém, nele eu era obrigada a ficar dentro de quatro paredes, num espaço pequeno chamado sala de aula. Sempre fui uma criança agitada, inquieta, questionadora e desafiadora. Demonstrava grandes dificuldades em obedecer às regras e isso, num mundo escolar formatado, é um grande crime. Sempre preferi a companhia dos meninos a das meninas e isso também não era bem visto pela maioria. Namorava meninas e meninos e isso era pecado, segundo as minhas professoras freiras. Fui obrigada a aceitar tudo isso. Tive minha sexualidade reprimida e fui catequizada para ir para o céu. Como seria eu se isso me levaria para o inferno? Eu sempre questionava as aulas de tricô, desenho, tarefas domésticas e ensino religioso. Comecei a notar que nessa nova escola todos à minha volta eram brancos. Só eu era preta? Um dia perguntei a uma colega o porquê e ela, em sua inocência (ou racismo internalizado), respondeu que na fila do céu não deu tempo de me banhar nas águas celestiais e, por isso, eu só consegui lavar as palmas das mãos e dos pés. Aceitei essa explicação, afinal, não tinha outra. Ninguém falava sobre questões étnico-raciais e eu cresci sem saber ao certo quem eu era.

Outras mudanças! Meu pai reaparece. Somos transferidas da casa construída na beira do rio para uma nova, no bairro antigamente chamado de Babi (hoje Recantus), como parte de um projeto estadual de habitação do Governo Marcello Alencar (período de 1995 a 1998). Esse projeto, em conjunto com o Projeto Baixada Viva/Viva a Baixada, sob o *slogan* “*É Baixada viva, é um ponto alto, é água, luz, esgoto, asfalto*”, trouxe as vilas olímpicas e os conjuntos habitacionais para a Baixada Fluminense. Ainda me lembro da alegria de ter um quarto e um banheiro na minha casa! Meu pai morreu. Minha mãe nos tira da escola particular. A menina negra bolsista não tinha bom comportamento, por isso, foi convidada a se retirar.

Na escola pública, eu me encontro com meus irmãos pretos e pretas e sofro por ser muito preta, retinta. Aprendo, então, que existem vários tons de preto. Isso é possível? Colorismo? No segundo segmento do Ensino Fundamental (atualmente do 7º ao 9º anos), estudei na Escola Estadual Vital Brasil, no bairro do Piam, em Belford Roxo. Eu ainda não me percebia como adolescente negra e só conhecia a religião cristã-católica. Não apreciava nem valorizava meus traços negros e repelia quaisquer amizades que se aproximassem demais dessas características. Porém, tudo começou a mudar quando participei do Projeto *Chá e poesia*, com a Animação Cultural na supracitada unidade escolar, que me fez refletir e falar sobre meus pensamentos, sentimentos e minha negritude. Na peça teatral sobre Zumbi dos Palmares, a minha personagem era responsável pela apresentação ao público do menino Zumbi. Descubro minha beleza negra ao ter meu cabelo natural penteado com carinho e a minha pele, enfeitada, com maquiagem própria para a pele negra. Pela primeira vez, tenho meu cabelo crespo ornado e a minha pele, maquiada de maneira específica. Que legal! Eu era bonita, inteligente e especial! Canalizei minhas dores e energias na arte, começo a escrever poemas e a participar do grupo de teatro da escola. Nessa atmosfera identitária, escrevi o poema *Ser negro*.

Nesse período, eu ia com o grupo de teatro visitar outras escolas estaduais e me apresentar. Eu era pequena na estatura e os alunos ficavam intrigados comigo. Contudo, depois de recitar, eu me tornava a estrela do *Chá e poesia*. Eu gostava de me sentir importante. Sempre tive autoestima elevada e isso assustava as pessoas, principalmente, as brancas. Racistas não conseguem admitir o quanto isso os incomoda. Nessa época, passava na televisão a novela *Chiquititas* e a única personagem negra se chamava “Pata”, apelido para Patrícia, e eu me identificava com ela. Criei um grupo chamado “Paquititas” com as minhas amigas de turma e nos apresentávamos em escolas e festas infantis. É óbvio que eu interpretava a “Pata”. Meu sonho era ser atriz, fazer televisão. Cheguei a me inscrever para

os testes das *Chiquititas*, mas era em São Paulo e minha mãe não tinha condições de me levar; mal tínhamos dinheiro para comer.

Terminei o ensino fundamental aos 15 anos e iniciei o ensino médio numa unidade de formação geral chamada Escola Estadual Presidente Kennedy, mas não permaneço lá nem por uma semana, pois, na época, a escola era, na minha opinião juvenil, suja, sem mobiliários decentes e sem organização. Solicito à minha mãe, então, que me transfira para o Instituto de Educação Belford Roxo, já que as minhas amigas da vizinhança estudavam lá. No primeiro dia de aula, uma professora me olhou nos olhos e disse: – Vamos, eu acredito em você! Foi o suficiente para me motivar e mudar a minha vida. Lutei os quatro anos da formação por melhoria das salas sem ventiladores, da escola sem água, do excesso de exigências em relação ao uniforme padrão elitista que eu não tinha condições de manter (mal conseguia pagar a passagem para chegar à escola), por trabalhos mais acessíveis. Participo dos protestos da União dos Estudantes pelo direito ao passe livre e, numa excursão, a maioria das escolas estaduais da Baixada vai para o Centro do Rio de Janeiro e para o trânsito da Avenida Rio Branco. Meu primeiro protesto com uniforme de normalista e ao lado dos meus professores. Que privilégio!

Portanto, cursei o ensino médio no Instituto de Educação Belford Roxo no Centro de Belford Roxo. Nos quatro anos de formação, não me recordo de ter acesso à leitura, literatura ou projetos voltados para a questão negra ou africana. Nesse período, uma das questões que me incomodava era a estrutura do meu cabelo, que não se adaptava às exigências escolares (preso e organizado). Sempre questioneei o meu papel no mundo, seu significado e o que eu podia fazer para contribuir. Percebia nos estágios supervisionados que a teoria raramente se casava com a prática e isso me angustiava. Nos seminários, eu expunha as minhas inquietações e enlouquecia os meus mestres. Participei do grupo de teatro da escola e acompanhei a Sala de Recursos durante todo o meu período de formação. Lidando com as diferenças, compreendi as minhas diferenças e como é bonita a diversidade!

Ainda no Ensino Médio fui convidada a participar do Curso de Informática para Educadores, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) — Campus Maracanã, e lá vivenciei o mais marcante caso de racismo velado que já sofri até hoje. Lá, meus talentos foram silenciados ou ignorados pela pessoa que ministrava o curso. Os professores participantes (mestres e doutores) sempre me tratavam com igualdade e respeito, ouvindo a minha opinião e me orientando quando necessário, mas a professora que ministrava o curso nunca me dava a palavra. Eu era a única negra retinta na turma. No final do curso, numa mesa redonda, a pedido de um professor participante, tive a fala concedida. Essa situação

me marcou porque não tive forças para me fazer ouvir. Me formei em 2003, ano em que foi aprovada a lei 10639/2003 e nada ouvi falar sobre o Ensino da Cultura Afro-brasileira. Trabalhei em escolas particulares e projetos sociais até o ano de 2006. Minha rotina durante 4 anos era estudar pela manhã, estagiar à tarde e ir para o pré-vestibular comunitário Malcolm X à noite. Trabalhava das 8h às 17h num Projeto Social chamado Crescendo Juntos, com as Irmãs Salesianas, e foi lá que aprendi a ser a Educadora que sou hoje, encontrei a minha forma de educar, o meu jeito de ser professora. Ainda em 2003, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio, ainda com o seu objetivo original, apenas avaliar o Ensino Médio. No ano seguinte, tentei o vestibular para o curso de História da UERJ. Na época, por não compreender bem e não aceitar a proposta do sistema de cotas, optei pela ampla concorrência e não consegui ser aprovada nas vagas gerais, apesar de ter alcançado mais de 50% da pontuação geral da prova. Com o tempo, soube que o estudo era integral e no Maracanã. Eu jamais conseguiria cursar, com minha mãe ganhando menos do que um salário mínimo e morando em Belford Roxo.

No fim do ano de 2004, participei do Programa Universidade para Todos (PROUNI), uma política afirmativa implementada pelo Governo Lula, e consegui bolsa integral para estudar na Universidade Iguazu (UNIG). Como sempre gostei das letras, escolhi o curso de Letras (Português/Espanhol). Cursei o ensino superior no município vizinho, Nova Iguaçu, onde vi muitas/os negras/os iniciarem o curso e, infelizmente, poucas/os concluírem, por falta de condições financeiras para se manter na Academia. Eu mesma, tantas vezes, precisei optar por me alimentar ou me transportar; andava a pé do Centro de Nova Iguaçu até a Universidade (38 minutos de caminhada) depois de um dia inteiro de trabalho. Portanto, não basta apenas garantir o acesso, é preciso também auxiliar na permanência.

Me formo em 2007 e me torno a primeira de minha família a concluir o ensino superior. Lembro-me que, quando eu era criança, a minha mãe sempre dizia: – Filha, estudo é tudo que a mãe pode te dar. E foi graças aos esforços de minha mãe e de minha irmã, mulheres negras e pobres, que consegui concluir a minha faculdade. Na minha infância e juventude, senti e presenciei os mesmos preconceitos e dificuldades que hoje meus alunos e os jovens que acompanho relatam.

Em todo o ensino básico, o único momento em que a questão da luta negra sobre os seus direitos era trazida à discussão e, ainda assim, superficialmente, era durante a Semana da Consciência Negra, por meio da evocação da figura de Zumbi dos Palmares. Durante todo o ano letivo, o racismo, o preconceito e discriminação não eram abordados ou discutidos em profundidade. E isto sempre me incomodou. Afinal, sou negra apenas em

novembro?

Nos primeiros anos após a graduação, de 2004 a 2006, trabalhei em escolas particulares, como o Centro Educacional o Futuro do Amanhã e a Sociedade Educacional Richardson, sem direitos trabalhistas garantidos e por remuneração inferior ao salário mínimo. De 2006 a 2012, lecionei pela prefeitura de Belford Roxo como contratada. Em 2006, na Escola Municipal Maria Fujii, no Vale do Ipê; de 2007 a 2009, na Creche M. Amélia da Silva Magalhães, no Xavantes; e de 2010 a 2012, na Escola Municipal Paulo Freire, em Santa Maria. Nos últimos três anos, sem direito a férias ou décimo terceiro. A Secretaria de Educação do município encerrava os contratos todo fim de ano para não pagar tais direitos trabalhistas.

Entrei no serviço público em 2013, após 10 anos de formada como professora no antigo curso Normal. Hoje, sou professora concursada do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) das prefeituras da cidade do Rio de Janeiro (sem as cotas) e da cidade de Duque de Caxias (pelas cotas). Friso a importância da luta dos movimentos negros e do sistema de cotas para a minha formação e ascensão pessoal e profissional, pois sou a primeira pessoa da minha família a ter curso superior e me tornar funcionária pública. Eu sou fruto da luta de milhares de negros e negras de ontem e de hoje. Como docente, incentivo a reflexão sobre as culturas negras africanas e indígenas brasileiras. Ouço relatos de casos de racismo sofridos nos mais diversos ambientes sociais e, entretanto, os mais incômodos são os vivenciados pelos/as negros/as em ambientes escolares e nas comunidades/bairros. Nilma Lino Gomes afirma:

Pensar a relação entre Educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal ocultamento. (Gomes, 2002, p. 6)

Em 2014, fiz pós-graduação em Gestão Escolar Integrada pela Faculdade Afonso Cláudio (FAAC) e pesquisei sobre o Gestor e a implementação da Lei 10.639/ 2003. Em minha pesquisa, busquei relacionar a liderança dos gestores às lideranças docentes na aplicação da lei, de forma direta e consistente na apresentação e execução dos conteúdos. Analisei que as unidades escolares, por meio da inserção da História da África e dos negros brasileiros, no Projeto Político Pedagógico, conseguem realizar tal objetivo.

No ano de 2019, comecei a questionar minha religião, minha negritude e minha

existência. Ao mesmo tempo, no Bairro Vermelho, um dos bairros da cidade de Belford Roxo, em meio ao caos da pandemia da COVID-19, surge o grupo “Mais por nós”, criado e realizado por jovens pretos e pobres da comunidade-bairro, alguns deles já cursando nossas universidades públicas. A jovem Hellen Freitas, então, me questiona sobre o motivo pelo qual eu ainda utilizava química no meu cabelo. Expliquei a ela que era porque ele não enrolava e era mais fácil para manusear, porém, a pergunta seguinte me intrigou: – E como é a estrutura do seu cabelo natural? Posso afirmar que “fui me tornando negra” a partir desse momento. Cortei meu cabelo à máquina e recomecei com o *Big Chop*, expressão que eu nunca havia escutado. Descobri que os cabelos possuem tipos e que o meu era o 4C, por isso, exigia mais óleo e água. E que ele enrolava no dedo. Sem química!

Meu cabelo é crespo!

Sim este cabelo é meu Faz
 parte do meu corpo
 Não do teu
 Peça permissão pra tocar
 Se eu não permitir
 Contente-se apenas em olhar.

Meu cabelo é duro? Duro é o
 racismo presente na tua fala.
 Meu cabelo é crespo. Não,
 ninguém mais me cala!

Teu cabelo é bom? Qual
 cabelo é mau? Você é ignorante
 ou irracional?

Com a desculpa de facilitar a preta
 alisa pra se tornar igual.
 Torne-se negra!
 Incendeie

os racistas com a tua beleza única.
Natural.

Meu tipo de cabelo é 4C Você sabe
qual tipo é o seu? Não, né?! Você
ignora.

Isto é problema teu Resolva-se
com teu racismo Porque eu sigo sendo
eu.

Jane Quintino Pinto, 2023

Percebi que que ignorava muita coisa e resolvi tentar o Mestrado em Diversidade Étnico Racial. E por meio da Política Afirmativa de Cotas Raciais aqui estou: a primeira pessoa na minha família a cursar um Mestrado numa Universidade Federal. Vitória!

INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga as práticas antirracistas de cinco projetos sociais atuantes nas sub-regiões da cidade de Belford Roxo. Por meio de pesquisa qualitativa, registro as orientações, as motivações e os caminhos que os projetos comunitários trilharam – e vêm trilhando – para fomentar em belforroxenses* esforços de superação do racismo e do preconceito vividos e /ou presenciados nos diversos espaços. Além de pesquisa bibliográfica de referência, entrevistei líderes de projetos populares e representantes da Educação Municipal, Estadual e Federal atuantes no território.

No primeiro capítulo, trago a história da construção identitária do povo belforroxense. No segundo capítulo, proponho a discussão das tradições racistas e a sua superação proposta pelo movimento educacional, perpassando os conceito de raça e de eugenia do pensamento social brasileiro da década de 1930 e o conceito de racismo estrutural. E por fim, no terceiro capítulo, apresento as vozes e as práticas antirracistas dos projetos de educação popular atuantes nas diversas regiões do município de Belford Roxo.

Qual é a importância dessa investigação num município conhecido como “um dos mais violentos do mundo”? Será que a falta de ocupação sadia, com oferta de lazer, esporte, cultura, educação de qualidade e projetos de empregos acessíveis é irrelevante, quando se pensa no altíssimo índice de mortalidade pretos e pardos?¹ O município não possui sequer

¹ Nos recenseamentos oficiais, o IBGE utiliza as duas classificações – preto e pardo. A partir da constatação de que os indicadores sociais das duas categorias são muito próximos, tornou-se corrente entre os pesquisadores a utilização da categoria negro, para se referir ao conjunto de dados de pretos e pardos.

um cinema, uma casa de teatro, quadras de esporte amplas e bem equipadas ou piscinas públicas. Penso que a pouca oferta por parte do Estado de espaços educativos e culturais é um fator de desajuste na vida material e emocional de jovens e adolescentes, e um terreno fértil para o avanço e aumento da criminalidade, que, diariamente, vulnerabiliza os nossos jovens, facilitando assim a cooptação pelo crime organizado.

O racismo é um problema nas relações entre diferentes povos, crime no mundo inteiro. Diariamente, assistimos a incontáveis e tristes casos noticiados pelos principais meios de comunicação, como os de George Floyd e Breonna Taylor, nos Estados Unidos da América; e aqui, no Brasil, casos como os de João Alberto (Porto Alegre), Edson Lopes (Espírito Santo), Dona Anastácia (Belém), Matheus Ribeiro (Rio de Janeiro), Eddy Jr. (São Paulo) têm se tornado notícias corriqueiras e números estatísticos. Compartilho a visão comum, entre pesquisadores das relações étnico-raciais e a militância do Movimento Negro, de que o extermínio do povo negro é um projeto que se mantém atual, com características diferentes, mas em estreita sintonia com a proposta de eugenia das elites intelectuais e políticas brasileiras nas primeiras décadas do século XX.

Culpabilizar os mais vulneráveis pelas mazelas sociais ainda é a prática dos dominadores, por isso, registrar nossas visões de mundo, nossas experiências escolares, nossa arte, nossa cultura, nossas pesquisas e nosso ser povo, com base nas influências dos nossos ancestrais pretos africanos e indígenas é fazer memória de quem fomos, de quem somos e do que almejamos para que não continuem falando por nós.

1 BELFORD ROXO: HISTÓRIA, IDENTIDADE, PERTENCIMENTO

A escravidão dos povos negros e indígenas gerou uma dívida impagável. O racismo, o preconceito e a discriminação racial contra os povos negros e ameríndios vêm sendo mascarados pelo mito da democracia racial, nos âmbitos sociais, políticos, econômicos e religiosos, em todas as esferas governamentais do nosso país: municipais, estaduais e federal. Em Belford Roxo, essa realidade não é diferente.

Belford Roxo é um município recente, com apenas trinta e três anos de existência. Localiza-se na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, a 28 quilômetros de distância da

* Segundo a autora os munícipes não pronunciam o "d" no nome do município, apesar de gramatical e oficialmente serem assim nomeados. Na linguagem coloquial utilizam a economia linguística devido a sonoridade necessária para a comunicação oral. Porém, a norma culta da Língua portuguesa nomeia Belford-roxense quem nasce em Belford Roxo. Por isso a autora escolheu utilizar a escrita " Belforroxense" para aproximar-se mais do leitor e da realidade de seu município.

capital. Foi fundado em 3 de abril de 1990 pela Lei Estadual Nº 1.640 de 03/04/1990, após a emancipação das terras de Vila Iguassú, hoje chamada Nova Iguaçu. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, Belford Roxo possui 483.087 pessoas, com 6.116,19 habitantes por quilômetros quadrados. 78.985 quilômetros quadrados, com um índice de Desenvolvimento Humano de 0.684.² Com relação a cor ou raça, Belford Roxo possui 131.359 pessoas brancas e 351.237 pessoas pretas e pardas.

De acordo com José Américo Batista (cf. Batista, 2009), os primeiros habitantes dessa extensão territorial foram os indígenas Jacutingas, segundo a carta de João Teixeira Albernaz. Contudo, o governador Cristóvão de Barros doou as terras ao capitão Belchior de Azeredo, que criou o engenho de Santo Antônio de Jacutinga e ergueu uma pequena capela em honra a Santo Antônio, próximo ao rio Sarapuí (que, na língua Tupi, significa peixe no formato de faca). Ainda no século XVII, o engenho de Santo Antônio do Jacutinga foi dividido em Engenho de Maxambomba e Engenho da Posse. As suas terras situadas entre os rios Merith, Simpuhy e Iguassu eram também chamadas pelos indígenas Tupinambás de “o que foi água” e pelos portugueses colonizadores de “brejo”, uma vez transformada a paisagem após a criação de diversos engenhos, que, por meio de uma produtividade exploratória, esgotavam a terra, desmatavam a floresta nativa e assoreavam os rios que antes eram povoados de abundantes peixes.

Recebeu o nome de Belford Roxo devido a contribuição do engenheiro Raimundo Teixeira Belfort Roxo, que auxiliou o engenheiro Paulo de Frontin em 1888 a transportar água para a Baixada Fluminense, após um longo período de seca, pois a corte de Dom Pedro II também estava sem água. O fato de Paulo de Frontin conseguir transportar 15 milhões de litros d’água em seis dias para a Côrte ficou conhecido como o milagre das águas e devido a isso foi erguida uma estátua de ferro, conhecida como *A bica da mulata*, para registrar a chegada da água potável na Baixada Fluminense. No ano seguinte, o engenheiro Raimundo Teixeira Belfort Roxo faleceu e, em sua homenagem, uma região da Vila de Iguaçu recebeu o seu nome. No entanto, anteriormente, já fora chamado de Ipueras e de Camalhaço Brejo.

² Diferente do PIB-Produto Interno Bruto, que avalia a riqueza de um país, considerando apenas aspectos econômicos e a produtividade, o IDH-Índice de Desenvolvimento Humano considera a distribuição da riqueza e avalia aspectos sociais e indicadores de qualidade de vida, como educação, saúde, habitação, e outros.

Figura 2 - A bica da Mulata



Fonte: [Belford Roxo - Sua história - BELFORD ROXO por EUFRÁSIO PEREIRA \(2010\)](#)

O primeiro prefeito de Belford Roxo foi Jorge Júlio da Costa, também chamado de Joca pelo povo. Construiu as primeiras escolas, postos de saúde, pontos de ônibus, o pórtico, e adotou o hino do novo município. Eleito com 70 mil votos, governou de 01/01/1993 até 20/06/1995, quando foi morto num suposto assalto a caminho do Palácio Guanabara, onde teria uma reunião com o então governador Marcelo Allencar. Segundo os jornais, Joca teria reagido ao assalto e sacado sua arma, o que culminou em sua execução por jovens de 16 anos, segundo as apurações posteriores. Ricardo Gaspar, o seu vice, foi proibido, após 45 dias de gestão, de encabeçar a administração municipal, porque já ocupava o cargo de parlamentar, sendo então transferida a governança do município para Mair de Vasconcellos Rosa, ex-vereador e ex-presidente da câmara dos vereadores de 1995 a 1997.

No aspecto Cultural, destaco a existência da escola de samba Grêmio Recreativo Inocentes de Belford Roxo, do clube de futebol Heliópolis Atlético Clube, da Vila Olímpica, e, recentemente, do Centro Cultural Municipal Casa da Cultura. Além do Centro Cultural Donana, criado por iniciativa comunitária, que deu oportunidade para o surgimento de muitos jovens e grupos artísticos. As diferentes manifestações culturais do povo de Belford Roxo são parte significativa da resistência nada silenciosa dos povos negros e miscigenados da Baixada Fluminense. As folias de reis, por exemplo, sempre se fizeram presente como arte negra diante da religião branca. Nas ruas de Belford Roxo, desde 1967, a folia Estrela

do Oriente mantém viva a sua cultura guiada pelo Mestre Minervino Rodrigues Pereira; assim como a folia Estrela D'Alva, comandado pelo presidente Lucas de Moura Cruz. É esse contexto histórico cultural que a minha pesquisa perpassa.

Figura 3 - Brasão de Belford Roxo



Fonte: Wikimedia Commons, por Wanderson S. Dantas (2012)

Belford Roxo – que também é conhecida como Cidade do Amor, devido às características de seu brasão, que traz no centro a imagem de um coração, representando a base e o princípio fundamental da sociedade belforroxense – possui uma Lei Orgânica do Município (LOM) criada a partir da sua emancipação. Em seu art. 7º, de 13 de agosto de 1993 (Anexo A), decreta que:

Art. 7º - São símbolos do Município, a Bandeira, o Hino e o Brasão. §1º. O Brasão do Município, cujo logotipo conta do anexo I a esta Lei Orgânica municipal, terá as seguintes características: símbolo circular com dezesseis hastas lado a lado que representam a universalidade do sol, sobre e na base destas uma corrente que unida a uma faixa forma um hipotrocoide simbolizando a união dos homens em uma corrente de amor, na faixa a data de fundação do Município, ao centro um coração e dentro dele uma faixa branca formada por dois arcos inclinados que tangenciam o coração com as extremidades no topo e na base do mesmo, na fita a inscrição PAZ e PROGRESSO, norteando juntamente com o amor os princípios básicos do Município de Belford Roxo, acima do coração as iniciais do Município. À esquerda de quem avista e na parte superior do coração uma estrela representando o Distrito Central e abaixo da faixa uma estrela representativa de cada Distrito adjacente. Quatro estandartes com seus mastros formando um ângulo de quarenta e cinco graus sustentam o coração, posicionados dois a dois um sobre o outro todos com os mastros fincados na estrela solitária simbolizando as principais metas de trabalho permanente do Município: saúde e saneamento básico, habitação, indústria e comércio, educação e esporte. Por fim, dois ramos de café simetricamente posicionados fechando o arco formado pela fita com o nome do Município. §2º. A Bandeira Municipal definida em Lei, terá ao centro o Brasão Municipal. §3º. A alteração dos símbolos municipais só poderá ser feita mediante consulta popular, com a aprovação da maioria absoluta da população. (Belford Roxo-RJ, 1993)

Criado em 1993, o primeiro hino de Belford Roxo se tornou conhecido através dos eventos municipais e das unidades escolares presentes no município após a emancipação. As terras da cidade eram alagadas, chegando a formar brejos e pântanos, atravessadas pelo Rio Sarapuí. O sentido original do primeiro hino valorizava a coragem e o protagonismo dos munícipes, além de fomentar a importância da cultura do seu povo, que utilizava a canoagem como meio de sobrevivência, que dependia do trabalho de seus nativos para sustentar a capital onde a agricultura era baseada no cultivo da cana-de-açúcar e do café. No século XX, deu-se início ao plantio de laranjas, seguindo a experiência de Nova Iguaçu. O sentimento de pertença e de orgulho do povo retratado no hino original fica visível na letra (Hinos de Cidades, 2022) “... onde o sol sempre nasceu sorrindo”. A valorização do povo, invejado por construir a sua própria história e decidir o melhor para sua cidade: “... essa gente que decide o que é bom para o lugar...”. Apesar do abandono governamental, da pobreza e das mazelas do município, o povo segue trabalhando por entender que é a parte principal, vital, desta cidade: “ Sou parte da sua parte/ Sou vida da sua vida”. A letra do hino explicita tal realidade:

Primeiro Hino de Belford Roxo

Velho brejo, Velho Brejo! Onde o Sol sempre nasceu sorrindo
 Como invejo a tua gente
 Essa gente vivida, tão sofrida e tão valente
 Essa gente que progride Que trabalha, que estuda Essa gente que decide
 O que é bom para o lugar Que é calada e não muda
 Na luta, não se divide Belford Roxo em sua arte
 Sou parte da tua parte Sou vida da tua vida
 A canoa dos baixios De teus rios de outros cais Terra boa de outras eras
 Primavera, laranjais
 Teu destino, tua história Na memória dos avós
 Faz o hino que te oferta Céu aberto sobre nós
 (Hinos de Cidades, 2022)

O primeiro hino inseriu, no povo belforroxense, o sentido de pertença ao território. Contudo, desde 2017, os registros estruturais e históricos do município vêm sendo descaracterizados, tais como a retirada do portal na entrada do município e do monumento da Bica da Mulata da praça principal, a renomeação do hospital municipal, a substituição de pontos de ônibus rústicos característicos por pontos de ônibus metálicos, frios e impessoais, assim como a retirada de árvores para a construção de praças cimentadas sem arborização, sem bueiros para escoamento e sem acessibilidade; além da troca das cores representantes

dos espaços públicos. A valorização de um povo se faz respeitando e registrando a sua história, o seu passado e as suas conquistas ou criando informações e destruindo legados atemporais? Por que destruir o que não está deteriorado? Podemos observar nas imagens abaixo o pórtico original destruído na calada da noite de uma segunda-feira, dia 24 de julho de 2017, sem consulta à população belforroxense, numa clara mensagem de poder e descaso com o sentimento do povo. Ao observarmos as imagens dos pórticos, podemos concluir que tal ação foi desnecessária, desonesta e mal planejada, visto que o novo pórtico não expressa “A Vida” em Belford Roxo.

Figura 4 - Belford Roxo pórtico



Fonte: [Ficheiro:Belford Roxo portico.JPG – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](#)

Figura 5 - [Novo Pórtico] O pórtico da cidade ficará iluminado durante o mês março para conscientizar sobre a doença



Fonte: 1996 - 2022 O Dia por Rafael Barreto/PMBR..

Para modificar a História do povo, o atual prefeito, por meio de votação na câmara, após modificar a Lei orgânica com a emenda número 045/2017, revogou a consulta popular e a participação do povo na tomada de decisões sobre a alteração de símbolos municipais, como podemos ver no [Anexo A](#), o artigo sétimo da LOM.

Mesmo com o desconhecimento da população sobre o novo Hino de Belford Roxo, ele foi implementado no dia seguinte à promulgação, aprovada às pressas no desfile cívico municipal de 7 de setembro, segundo a reportagem de Davi de Castro no jornal (NOTÍCIAS, 2023) de 11 de setembro de 2017. O novo hino pouco retrata a emancipação do município, a realidade vivida pelo povo antes mesmo da sua institucionalização e, muito menos, a pertença livre de dogmas de fé e de escolha. Apesar de algumas palavras fazerem memória às atividades agrícolas da época, em nada, registra o protagonismo dos munícipes como o anterior. Na estrofe *“Minha Terra minha vida / O meu canto é de louvor / Cada palmo desse chão / Foi Deus que abençoou”* (SÁ, 2022) fica registrado o sentimento individualista, egoísta e racista de um governante que acredita ser dono das terras e do povo que nela vive, além de deixar claro que a “Nova Belford Roxo” estará sob liderança cristã, a

despeito das outras profissões religiosas presentes no município, como os praticantes de matriz africana, budistas, hinduístas etc. É possível observar tudo isso na letra do hino a seguir:

Novo Hino de Belford Roxo

Letra e Música – Wellington e Talita de Sá

Das fazendas e das ferrovias

A esperança nasceu nesta terra gentil Nos bosques nasceram lindas flores
Cultivando a semente regando o plantio

E o sol cedo brilha com raios de amor bate forte no peito o trabalho chegou Tens na terra o sangue de um trabalhador A herança de um povo que por ti lutou

Minha Terra minha vida O meu canto é de louvor Cada palmo desse chão Foi Deus que abençoou

Belford Roxo, meu orgulho O meu coração é teu
És um filho tão amado O menino que cresceu

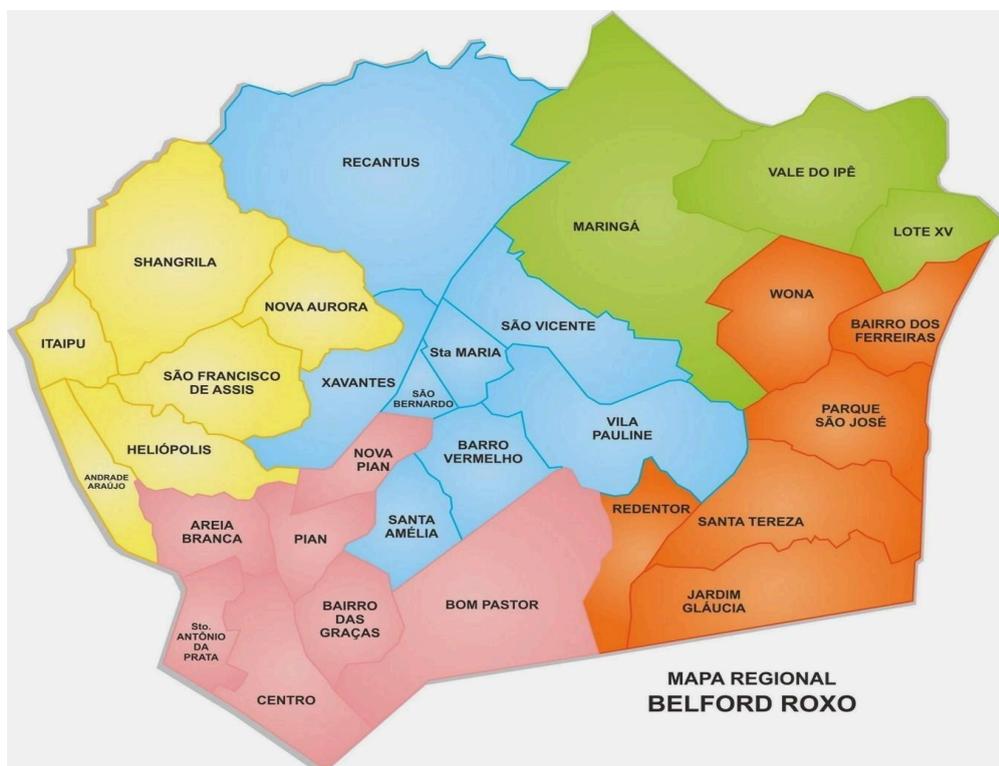
És a fonte de água milagrosa Que nos enche de paz e terna gratidão
Dos feitos do passado
Sempre estão registrados em nossos corações

E a noite chegando no entardecer As estrelas brilhando e a Luz crescer Ilumina o caminho que devo trilhar
Nestas terras de sonhos eu vou alcançar
(SÁ, 2022)

É possível perceber na letra do segundo hino um apagamento das características principais do município e do povo, como por exemplo as características físicas do solo alagado e a prática agrícola laranjeira, marca registrada do território desde o período inicial, quando ainda era habitado pelos povos originários; além do desejo de apagamento da marca da coletividade presente na cultura belforroxense. Será que a força política-partidária será capaz de eliminar a força do povo, que é calado e não mudo?

Segundo dados do Censo IBGE de 2022, o município possuía 57.072 alunos de 203 escolas municipais, 3.075 professores no Ensino Fundamental e 13.337 alunos e 1.060 professores no Ensino Médio. Hoje, Belford Roxo é subdividido em cinco subprefeituras: Areia Branca, Nova Aurora, Jardim Redentor, Parque São José e Lote XV. O mapa a seguir mostra como esta subdivisão se concretiza:

Figura 6 - Divisão regional de Belford Roxo e seus bairros



Fonte: Suely Gava.

Em pleno século XXI, os modelos de governo imperiais ainda oprimem principalmente os povos negros e pobres de Belford Roxo e da Baixada Fluminense, que, mesmo vivendo numa república democrática, luta, não de forma muda, diariamente por um país verdadeiramente democrático e de igualdade racial. Por isso, é urgente a discussão sobre as consequências da escravidão em nosso país, em nossos Estados e Municípios.

Observando os livros didáticos em geral, apesar de alterações pontuais, ainda é preponderante o eurocentrismo e a etnicidade branca como ideal positivo, e as figuras negras e suas trajetórias, sempre inferiorizadas, descritas apenas como empregada doméstica, segurança ou porteiro, e outros exemplos de atividades subalternizadas. Não representar é também deixar morrer a presença negra na história. As escolas de Belford Roxo perpetuam essa realidade ou tem buscado uma educação antirracista? Vamos refletir mais sobre isso no próximo capítulo.

2. RACISMO E EDUCAÇÃO: DAS TRADIÇÕES AOS PROCESSOS DE SUPERAÇÃO

Após a falsa libertação dos negros/as escravizados/as, a ideia de raça no Brasil serviu

ao propósito de subjugá-los/as e excluí-los/as – e a seus descendentes, por serem considerados inferiores. Na visão das elites intelectuais e políticas, era necessário mantê-los à margem da sociedade, visto que almejavam preencher as terras brasileiras com mão de obra “superior”, estrangeira e branca.

2.1. A raça e o pensamento social brasileiro

De acordo com Carlos B. Vainer (1990), o Estado Brasileiro foi estruturado sob forte influência da ideia de raça, com a pretensão de “higienizar” a sociedade brasileira, por meio do branqueamento da população. Para fundamentar a sua argumentação, Vainer cita um trecho de Oliveira Vianna, um dos mais influentes pensadores da época: “[...] pelo fato de termos uma formação em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado” (Vainer, 1990, p. 105).

Neste ponto, faz-se necessário explicar qual será a definição de racismo adotada por mim nesta pesquisa. O conceito de raça, aqui e nos trabalhos com os quais dialogo ao longo do texto, assume/defende a perspectiva de que não há raça no sentido biológico. Até meados do século XX, essa categoria era usada para designar grupos populacionais que possuíam em comum características fenotípicas, como a cor da pele e a textura dos cabelos, correspondentes a heranças genéticas. Este trabalho, dialogando com vasta bibliografia crítica, como Munanga (1999), compreende que não há fundamento na compreensão de que tais heranças genéticas correspondem a características culturais, morais, espirituais (como inteligência, coragem, caráter etc); e que não é possível hierarquizar as “raças” – o que há, ao fim e ao cabo, é uma única espécie humana. Logo, quando aqui utilizo a palavra raça, entendo-a como uma categoria das ciências sociais. Penso, sobretudo, na conceituação de Stuart Hall, em *Da Diáspora*, quando afirma: “Raça é uma construção política e social. É uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (Hall, 2003, p. 69).

No entanto, é preciso salientar que a ideia de raça, situando a raça branca no topo dessa hierarquia, impregnava a ciência europeia desde o início da modernidade e, especialmente, a partir dos meados do XIX. E que a sua influência era quase absoluta entre a intelectualidade brasileira. A esse respeito, considero importante a visão de Correa, de que o racismo científico foi utilizado como um instrumento de construção do país almejado, gerando um laboratório racial, pois o trabalhador nacional não representava “matéria-prima” adequada para a sociedade do futuro.

Não é preciso supor uma decisão maquiavélica e concertada das lideranças políticas no sentido de branquear a população brasileira ou de excluir os negros do mercado de trabalho para reconhecer a importância de distinções raciais, ainda que não formuladas em dispositivos jurídicos, para as relações sociais como um todo e suas consequências para a participação dos negros e seus descendentes na vida brasileira. (Correa apud Vainer, 1990, p. 51)

Pensamentos racialistas e branqueadores eram apoiados pela quase totalidade da elite brasileira no início do século XX, basta lembrar do Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929.³ Outra autora fundamental, a meu ver, para as reflexões sobre a importância da noção de raça para as políticas públicas que estruturaram o Estado Republicano é Giralda Seyferth (1996). Ela afirma que o pensamento social brasileiro foi dominado pela hierarquia das raças, teoria que deu origem ao movimento da Eugenia, no qual as raças humanas consideradas inferiores deveriam ser reduzidas e/ou extintas. Essa teoria sobre as raças humanas se apoiou nas diferenças anatômicas entre indivíduos de distintos grupos sociais para inferiorizar povos e dominá-los. Com base na teoria da seleção natural, desenvolvida pelo naturalista Charles Darwin, foi criado o “darwinismo social” – que nada tem a ver com as ideias do cientista, uma vez que este estudou apenas a natureza e não seres humanos –, que serviu de base política e ideológica para sustentar que a raça branca dominante eliminaria as outras e criaria raças puras.

2.2. Eugenia – democracia racial – ações afirmativas?

A partir dos anos 1930, vai ficando cada vez mais evidente para as elites intelectuais e políticas do país que as ideias eugenistas não teriam como prosperar numa sociedade já bastante mestiçada, com tanta presença negra nas artes, nos esportes, nas ciências e em muitas outras áreas de importância social e cultural. A título de exemplo, caberia lembrar de personalidades muito prestigiadas, como Machado de Assis, na literatura; o professor Hemetério dos Santos, na Educação (Pereira dos Santos, 2019); e Juliano Moreira, na Ciência Médica. Também passam a ser acolhidas em âmbito social, de maneira incontornável, manifestações culturais de matrizes africanas, como a Capoeira e as Escolas de Samba, inicialmente no Rio de Janeiro e, logo após, em outras localidades; aos poucos, embora com restrições, tais manifestações vão conquistando espaços públicos e legitimidade

³2 A eugenia foi uma teoria “científica” que pregava a possibilidade da raça humana ser aperfeiçoada a partir da seleção natural, e que as características hereditárias seriam decisivas para a evolução da espécie humana. O nazismo, na Alemanha, que provocou a II Guerra Mundial, pode ser visto como o auge da ideia de raça e do esforço final de valorização e implementação de ideais eugenistas. Com sua derrota, e com os avanços dos estudos nas Ciências Naturais, a eugenia e o “racismo científico” foram desmoralizados. O Congresso Brasileiro de Eugenia foi realizado na Academia Brasileira de Ciências, com ampla cobertura dos jornais da época, e com a participação da “nata” dos cientistas e intelectuais brasileiros.

institucional.

É então que aparece a obra de Gilberto Freyre. Esse intelectual trouxe uma nova interpretação da formação da sociedade brasileira, na qual reconhecia a importância dos negros, dizendo que, no Brasil, a escravidão havia sido diferente, dada as características do colonizador português. Para Freyre, a intensa mestiçagem comprovava a diferença na colonização brasileira em relação a outras nações das Américas, e que isso, portanto, havia criado uma sociedade harmoniosa do ponto de vista racial – um verdadeiro exemplo para o mundo! Estavam assim lançadas as bases do mito da democracia racial, que logo passou a predominar entre a intelectualidade, influenciando toda a sociedade.

Hoje, devido a novas pesquisas e a intelectuais mais críticos, e, sobretudo, às ações do Movimento Negro, tomamos conhecimento de que, além de personalidades negras e da força da cultura negra, havia, também, iniciativas políticas e pensamentos críticos à visão de que no Brasil vigorava uma democracia racial. Segundo Pereira (2008), pode-se falar em três impulsos das lutas negras, que não tinham apenas visões culturais. O primeiro impulso, entre os anos 1920 e 1930, tem como principal exemplo a Frente Negra Brasileira, uma potente organização negra nos anos 1930, criada em São Paulo, mas que possuía associados em vários outros estados; o segundo impulso, entre os anos 1940 e 1950, tendo como principais expoentes o Teatro Experimental do Negro (TEN), em que já se destacava a liderança política (além de ser o diretor e o principal ator da companhia) de Abdias do Nascimento, e o Teatro Popular do Negro (TNP), com destaque para Solano Trindade, que, além da liderança política, era um poeta respeitado no ambiente cultural da capital brasileira; e o terceiro impulso, acontece a partir dos anos 1970, com a criação de novas entidades negras e a grande influência das lutas de libertação africanas e do Movimento pelos Direitos Civis da população negra estadunidense.

Para Pereira (2008), as ações afirmativas e cotas representam um legado dessa geração do terceiro impulso, que, diferentemente dos anteriores, conseguiu se manter e ampliar, espalhando-se por todas as regiões brasileiras, além de conquistar espaços políticos-institucionais, assim como legislações favoráveis e ampla influência na sociedade civil.

É nesse contexto de ampliação e fortalecimento das lutas contra o racismo a partir dos anos de 1970, no Brasil e no mundo, que vão ser criadas as leis 10.639/03 e 11.645/08. Não pode ser visto como mera coincidência: nesses trinta anos decorridos entre 1973-2003, houve três Conferências Mundiais contra o Racismo e a Discriminação Racial. Duas em Genebra (1978 e 1983) e a terceira em Durban-África do Sul (2001). A Terceira Conferência

Mundial contra o Racismo é, sem dúvida, a mais reconhecida e citada⁴. A partir de 2000, quando se realizaram as reuniões preparatórias, o protagonismo da militância negra brasileira foi marcante, tanto internamente quanto internacionalmente⁵. Desse processo em diante, ganharam força as propostas de ações afirmativas, enfatizando na Declaração Final de Durban a adoção de “medidas mais eficazes e sustentadas a nível nacional e internacional para a eliminação de todas as formas de racismo e discriminação racial”, da qual o Brasil era signatário e incontestável protagonista na elaboração e redação⁶.

Embora, atualmente, haja iniciativas governamentais e da sociedade civil no Brasil para combater o racismo e a discriminação racial, conclusões do CERD⁷ destacam a necessidade de medidas mais efetivas e urgentes para garantir que os direitos das mulheres negras e indígenas, de todas as pessoas brasileiras e de todos os povos sejam protegidos e respeitados.

Do período colonial até hoje, as populações negras e indígenas brasileiras vem sendo marginalizadas pelos diversos governos, que não criavam políticas públicas específicas para reparar os danos seculares a elas causados. Foi com o intuito de modificar esta realidade que, por pressão do movimento negro capitaneando o antirracismo, o Governo Federal, no primeiro Governo do Presidente Lula, criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), sancionou a lei 10.639/03, e criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECAD(I)-MEC. A atuação desses órgãos, quase sempre de maneira complementar, foi decisiva para a formulação, planejamento e execução de políticas públicas, junto aos sistemas educacionais, que

⁴3 Reuniu mais de 2500 representantes de 170 países, incluindo 16 Chefes de Estado, cerca de 4000 representantes de 450 organizações não governamentais (ONGs) e mais de 1300 jornalistas, bem como representantes de organismos do sistema das Nações Unidas, instituições nacionais de direitos humanos e público em geral. No total, 18.810 pessoas de todo o mundo foram credenciadas para assistir aos trabalhos da Conferência. Pereira e Silva (2013) relataram que as delegações brasileiras – oficial e não oficial – eram compostas de grande quantidade de militantes do Movimento Negro Brasileiro. Segundo a sua pesquisa, era a maior delegação nacional presente em Durban, perdendo apenas para a delegação de sul-africanos.

⁵4 Foram realizadas Conferências Preparatórias Para Participação na III Conferência Mundial Contra o Racismo em todas as regiões brasileiras, e uma Conferência Nacional Preparatória, realizada no Rio de Janeiro em março de 2001. Delegações de militantes negras/os participaram de três Conferências Preparatórias: a das Américas, Santiago do Chile, 2000; e das duas realizadas em Genebra-Suíça, 2000 e 2001. Todo esse amplo e intenso processo da preparação brasileira é descrito e analisado por Pereira e Silva (2013).

⁶5 Edna Roland, militante negra brasileira – havia sido fundadora De GELEDÉS - Org. De Mulheres Negras, e, naquele momento era Coord. Executiva da organização de Mulheres Negras FALA PRETA – foi membro da delegação oficial brasileira, e eleita a Relatora Oficial da III Conferência Mundial Contra o Racismo.

⁷6 O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial monitora a adesão dos países à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que, até o momento, conta com 182 Estados-membros. O Comitê é composto por 18 especialistas independentes em direitos humanos provenientes de todo o mundo, que atuam a título pessoal e não como representantes dos Estados-membros. Edna Roland, a militante negra, relatora da III CMCR, foi membro desse Comitê por mais de 15 anos.

propiciaram a implementação das mesmas, a partir da orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER).

Segundo dados do Censo de 2022 realizado pelo IBGE, o número de brasileiros que se declararam brancos é de 91 milhões, 82 milhões se declararam pardos, 15 milhões se declararam pretos e menos de 1 milhão se autodeclarou amarelo ou indígena. A disparidade numérica na declaração entre pardos e pretos deve-se à quanto mais escura a cor da pele, maior incidência de exclusão e desvalor.

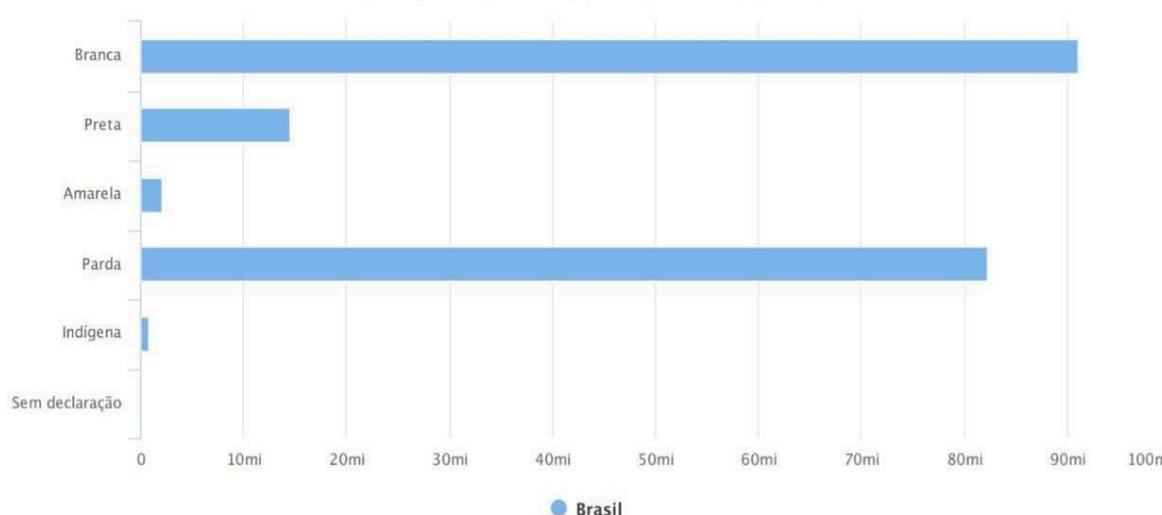


Figura 7 - População residente, por cor ou raça, 2022
 Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022

Para reverter esse quadro, as DCNERERs apontam a necessidade de políticas educacionais, capazes de corrigir lacunas, estigmas e estereótipos sobre as trajetórias de descendentes de negras/os e indígenas. Além disso, apontam a necessidade de cursos de formação continuada a educadores, de mudanças curriculares e produção de materiais e práticas didático-pedagógicas mais efetivos no enfrentamento às discriminações e ao racismo, que estruturam as desigualdades sociais.

2.3 O racismo é estrutural

Importante a contribuição de Sílvio Almeida para um arremate dessa discussão. No livro *O que é racismo estrutural* (2018), Almeida explana o conceito de racismo estrutural, que favorece reflexões mais profundas sobre características desse sistema de poder e valores: a sua amplitude e capilaridade de influência, e, claro, a sua condição determinante das relações de poder, entre pessoas e grupos sociais, e entre as instituições sociais do Brasil. A definição sintetizada das principais características do caráter estrutural do racismo

no Brasil, numa sentença, seria “[...] por um lado, a negação do próprio racismo como sistema de opressão e, por outro, a defesa de uma ideia de humanidade universal” (Almeida, 2018).

Portanto, segundo esse autor, haveria os processos de “racialização” nos quais grupos diferentes e plurais do Brasil são nomeados – a partir da ideia de raça – de negros e indígenas, ao mesmo tempo que o grupo que detém a hegemonia geralmente não se denomina (grupo branco). Desse modo, o grupo que poderia ser chamado de branco, ao mesmo tempo que não se compreende como um grupo racial, também “esconde” sua posição social de raça hegemônica, além de perpetuar problemas e questões sociais que construíram o racismo e fazem a sua manutenção. Estatisticamente, é possível a interpretação dos dados da publicação de NCPI (2021) de que, apesar do grupo entendido como negros, que incluem pessoas autodeclaradas pretas e pardas, constituir a maioria da população, essas pessoas são praticamente inexistentes entre as pessoas mais ricas. Pode-se observar a urgência de estratégias de combate ao racismo e criação de uma sociedade de equidade de gênero e raça. Embora de formas e amplitude restritas, algumas dessas estratégias já são perceptíveis e, até mesmo, começam a ser aplicadas por meio de políticas públicas e ações de setores organizados da sociedade civil. Essas definições preparam o solo para tratar das perspectivas de assegurar uma sociedade democrática, considerando o combate às desigualdades.

Segundo Sílvio Almeida, a estruturação do racismo é uma forma de propagar e manter os privilégios dos governantes. Com certeza, ao não propiciarem uma formação antirracista, mantêm o racismo desde a base: “Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda a sociedade” (ibidem).

Portanto, as escolas que não identificam e não corrigem as cotidianas práticas racistas perpetuam preconceitos e discriminações, sempre presentes na estruturação das desigualdades. Por isso, é urgente a formação de educandos/as antirracistas, pois é sensível o aumento de falas insidiosas sobre a existência de “racismo reverso”, por exemplo, na sociedade atual. Pessoas desinformadas, desinteressadas-indiferentes, ou mesmo hostis em relação às demandas antirracistas, chamam de “vitimismo” o sofrimento da maioria preta, parda e indígena. Segundo Almeida, o racismo reverso não é possível:

[...] é absolutamente sem sentido a ideia de racismo reverso. O racismo reverso

seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às maiorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele... O que fica evidente é que a ideia de racismo reverso serve tão somente para deslegitimar as demandas por igualdade racial. (Almeida,2020, p.35)

As pessoas brancas bem-posicionadas ainda não compreenderam (ou não querem compreender) que estão ou alcançam com mais facilidade tais lugares ou ocupações de privilégios, porque são herdeiros de políticas públicas do nascente Estado republicano; desde os finais do século XIX, foi implementada no Brasil uma política de branqueamento da população por meio de decreto-lei⁸, no qual só se admitia a entrada como imigrantes de pessoas brancas vindas da Europa. Para essas famílias e grupos sociais imigrantes, exclusivamente europeus, foram concedidas extraordinárias políticas de ações afirmativas: foram doadas, ou vendidas por preços irrisórios e condições excepcionais de pagamento, terras para o plantio, móveis, ferramentas e equipamentos, sementes, condições de sobrevivência imediata (hoje, seria algo como cestas básicas), além de auxílio financeiro. E aos negros, desde a pós-abolição, foram-lhes dadas condições reais de estudo, trabalho, moradia e lazer? Não. Nenhuma forma de reparação!⁹

Vistos e classificados como raça inferior por quase todos os cientistas da época, os africanos e indígenas precisaram e os seus descendentes precisam até hoje comprovar a sua humanidade e capacidade. Raimundo Nina Rodrigues, em seu livro *Os africanos no Brasil*, escreve:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem em comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a Ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções”. [...] A raça negra, no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. (Rodrigues, 1976, p. 7)

⁸ “É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, exceptuados os indígenas da Ásia e da África...” (Decreto-lei nº 528. 28.06.1890)

⁹ Nas últimas décadas do século XX, foi ganhando respeitabilidade o conceito de *branquitude*, que se refere ao estado de inconsciência ou de indiferença de pessoas e grupos sociais que se vêm e são vistos como brancos, em relação às suas vantagens e privilégios herdados e perpetuados como legado residual do racismo (cf. Bento, 2002).

Pessoas negras ainda são classificadas como inferiores? Não? Então, por que ainda nos encontramos segregados nas periferias e em espaços de pobreza das grandes cidades? Por que as escolas públicas brasileiras de ensinos fundamental e médio ainda são compostas por maiorias pobres, pretas e pardas, ou seja, negras?

Na tentativa de identificação dessas ações de combate ao racismo, há nas entrevistas e conversas entre a militância e ativistas dos projetos pesquisados exemplos que estão em prática, devido a uma luta histórica, não só como formas de combate ao racismo no Brasil, mas como construção de uma democracia efetiva.

2.4 Reflexões sobre Educação “no chão da escola”!

O investimento nos cursos de formação continuada de professores em conteúdos da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como da história e cultura indígena, é necessário e urgente. A lei 10.639/03 explicita as áreas da Educação Artística, da Literatura e História Brasileiras, mas as DCENERER's – que normatizaram a implementação da lei – preconizam sua abordagem em todos os níveis de ensino e em todas as modalidades educacionais. E argumenta ainda sobre a necessidade de que sejam inseridas nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, de modo que os debates sejam embasados e formadores de novas e consistentes opiniões. O mito da democracia racial sustentou práticas veladas de racismo e as desigualdades sociais em nosso país. Sem a ampla veiculação desses conteúdos e o aprofundamento dessas discussões no âmbito da educação, no significado mais amplo desta palavra, nossa sociedade correrá sempre o risco de se deixar envolver por retóricas mistificadoras de extremistas disfarçados de nacionalistas e patriotas.

Dentre as propostas e avaliações nacionais de combate ao racismo, os principais pontos observados entre as/os agentes nos projetos pesquisados em Belford Roxo foram:

- A importância do combate ao racismo e promoção da igualdade.
- Discussão sobre a crise multidimensional no Brasil, incluindo aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais.
- Críticas ao negacionismo, o genocídio e as políticas destrutivas para a saúde, educação e desenvolvimento regional.
- Alerta sobre os impactos do racismo e a ampliação da violência e

marginalização sofridas principalmente pela população negra no Brasil.

- A intenção de acabar com a fome no Brasil, que incide especialmente entre a população negra.
- A busca por emprego e trabalho digno, em vez de depender apenas de programas de assistência social.
- A necessidade de rever a atual política de direitos trabalhistas, que impede muitas pessoas de se aposentarem.
- A crítica ao "teto de gastos" e a defesa de investimentos públicos, em vez de priorizar os interesses dos bancos, e a necessidade de políticas públicas efetivas e de recursos financeiros para promover a igualdade racial e combater o racismo.
- A necessidade de garantir representatividade política para negros e negras em todos os níveis de poder e decisão.
- O combate à violência policial e a importância de promover a segurança do povo, especialmente da juventude negra.

Exponho, a seguir, uma súmula de pesquisa sobre abordagens da questão racial na educação, para argumentar sobre a proximidade entre preocupações das/os ativistas/militantes belforroxenses e visões que vêm sendo construídas em contextos acadêmicos-institucionais.

Na Revista Brasileira de Educação (v 26, Out-2021), por exemplo, as reflexões sobre o tema racial, e não só no Brasil, vem ganhando força:

Diego Fernando Peña Garnica, em seu artigo sobre *A voz da mulher afro*, analisa esse protagonismo como meio de preservar o patrimônio cultural racial no arquipélago de San Andrés, Santa Catalina e Providência; para ele, abordagens de etno-educação, pedagogia crítica e comunicação popular apresentam o importante papel da mulher negra na educação.

A importante discussão sobre o impacto das ações afirmativas no acesso ao ensino superior, por sua vez, encontra-se numa sequência artigos:

Daniel Calbino Pinheiro, Rafael Diogo Pereira e Wescley Silva Xavier, no artigo sobre *O*

impacto das cotas no Ensino Superior, afirmam que são similares os rendimentos acadêmicos dos jovens cotistas negros no Ensino Superior, se comparados com os de ampla concorrência; assim como seriam menores as taxas de evasão entre cotistas, que, majoritariamente, concluiriam suas graduações em menor tempo;

Antonia Amanda de Araújo, Alessandra de Araújo Benevides, Francisca Zilânia Mariano e Rafael Barros Barbosa, no artigo *Diferencial de desempenho dos estudantes cotistas no Exame Nacional de desempenho de Estudantes*, defendem a visão de que sobre a nota bruta o efeito foi negativo, inclusive com desempenho abaixo dos não cotistas no ENADE.

Ambos dialogam com o artigo *O acesso à Educação Superior e o fortalecimento da identidade negra*, de Eugenia Portela de Siqueira Marques. Para essa autora, além das cotas, há outros fatores auxiliares na formação dos jovens negros universitários.

Ainda sobre a questão das políticas afirmativas, temos o artigo de Isabelle Batista de Lemos, intitulado de *Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade*; e o artigo *Aspectos étnicos raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil apontam para as questões do racismo, do preconceito e do mito da democracia racial em nosso país*, dos autores Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann, Pedro de Castro Tedesco e Yasmine Mazzoni Jalmusny.

Os artigos que tratam sobre a educação quilombola e indígena não conversam entre si:

Suzana Alves Escobar, Ana Maria de Oliveira Galvão e Ana Maria Rabelo Gomes abordam o tema da *Escrita indígena nas comunidades Xakriabá*, defendendo que a aprendizagem da língua nacional só se faz atribuindo aos usos e funções do contexto tribal;

Lourdes Fátima Bezerra Carril expõe *A urgência de projetos educacionais que tenham origem na etnicidade e na cultura dos quilombos assim como em seus contextos e textos*.

Já as autoras Kelly Russo e Mariana Paladino fazem *O recorte da lei 11.645/2008 e sua aplicação nas escolas municipais e estaduais do Rio de Janeiro*.

Toda essa bibliografia aponta apagamentos e silenciamentos das questões étnicas raciais nas realidades educacionais e comunitárias.

Penso que é importante demorar um pouco mais, em algumas considerações sobre a Educação Básica e Educação Superior, que conformam a educação brasileira. A Educação básica é formada pela Educação infantil, que compreende a criança de 0 até 5 anos; o Ensino Fundamental compreende desde o 1º até o 9º ano, com crianças e adolescentes entre 6 e 14

anos; e o Ensino médio formado por três ou quatro etapas, com adolescentes de 15 aos 17 ou 18 anos. Já o Ensino Superior, compreende os cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão.

No âmbito educacional, as desigualdades étnicas começam já na primeira etapa da Educação Infantil, na formação da identidade, do ideal de vida, de beleza, de literatura, de arte e de sucesso pessoal. A relação entre os seres humanos nos primeiros meses de vida influencia nas interações sociais para toda a vida. A socialização é requisito primordial para a sobrevivência, por isso, o vínculo parental é essencial. Segundo Borba (2022), a mãe ou a pessoa que cuida do bebê em sua primeira infância necessita construir uma relação que corresponda às suas necessidades, de modo que esta se desenvolva corretamente nas esferas emocional, psíquica e física. Necessidades estas também trabalhadas pela Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica Brasileira, que tem como sujeito a criança de 0 a 5 anos.

No ambiente escolar, a propagação do racismo se faz – por vezes, inconscientemente e/ou involuntariamente – por meio de piadas, cantigas, parlendas, brincadeiras populares e folclóricas em que coloca o negro em papéis apenas cômicos, vulgares, descartáveis, subalternos e animalescos. Para exemplificar, trago uma cantiga muito corriqueira no âmbito da educação infantil:

Plantei um pé de alface no meu quintal
 Nasceu uma neguinha de avental
 Rebola neguinha que eu quero ver
 Samba neguinha que eu quero ver
 Meu pai não quer que eu me case com o José
 O José é um vagabundo que não lava o pé
 (Autoria desconhecida)

Nesta brincadeira, as crianças formam uma roda e uma menina se coloca no centro, fecha os olhos com as mãos e gira apontando o dedo. Quando a cantiga termina, no trecho “não lava o pé”, ela retira as mãos do rosto e a criança sinalizada se coloca no centro, e a brincadeira recomeça. Sim, nossas crianças brincam inocentemente, mas quem as ensinou o fez de forma não intencional, não racista? Numa educação antirracista, tal brincadeira leva aos seguintes questionamentos: Por que do pé de alface nasce uma neguinha e de avental? Por que a neguinha rebola e samba? Por que o José é um vagabundo? Por que ele não lava o pé? No período colonial quem plantava? Qual a raiz do nosso samba, da nossa ginga? Por que tantos homens negros e pobres foram nomeados como José e João? Por que negros não tinham água ou quaisquer condições básicas de higiene? Tais reflexões fazem parte de uma

educação antirracista que valorize o povo negro e sua história, e busque enfrentar, a fim de eliminar, nos primeiros anos de escolaridade, o racismo presente na estrutura escolar. Pereira afirma que: “A História e Cultura Afro Brasileira quando não invisibilizada tem sido folclorizada e estereotipada nos conteúdos didáticos” (Pereira, 2004, p. 3).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs (Brasil, 2010) orientam o trabalho dos espaços de desenvolvimento infantil públicos e privados que tenham como público-alvo as crianças de 0 a 5 anos, com o intuito de embasar o processo de desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância. Com a Resolução Nº 5 de 17 de dezembro de 2009, o governo Federal estabeleceu que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, portanto, deve ser oferecida em instituições educacionais com períodos integrais ou parciais e supervisionadas pelo sistema de ensino regulador. E salienta que: “É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem o requisito de seleção” (DCNEI, 2010, p. 12).

O trabalho na educação infantil é de crucial importância para a formação das crianças como cidadãs possuidoras de direitos na construção de suas identidades individuais, por meio de experiências coletivas nos diferentes espaços que elas se encontram. Portanto, o currículo da Educação Infantil deve possuir conhecimentos de linguagens tecnológicas, artística, ambiental, científica e cultural, capazes de abarcar o desenvolvimento pleno desses sujeitos históricos, com base em propostas pedagógicas elaboradas por toda a comunidade escolar. A matrícula por parte dos responsáveis legais na Educação infantil é facultativa de 0 a 3 anos e obrigatória de 4 a 5 anos, a frequência não influencia na futura matrícula no Ensino Fundamental e as vagas necessitam ser próximas às casas das crianças.

Segundo as DCNEIs, as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem ter por base três princípios básicos: éticos, políticos e estéticos.

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (ibidem, p. 16)

Tais princípios auxiliam na concepção pedagógica ao garantir recursos necessários para que as crianças exerçam seus direitos e deveres sociais, adquiram saberes e acessem os bens e serviços de forma qualitativa e igualitária. Somente assim, serão capazes de construir relações fraternais, com respeito às diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero e de classe.

Na proposta sobre diversidade, as DCNEI salientam que é urgente uma educação antirracista que auxilie na autoestima das crianças negras e enfrente o racismo e a discriminação que elas sofrem desde a gestação. Por isso, é tarefa dos educadores educar e cuidar por meio dos eixos norteadores, interação e brincadeiras, pois as ações incentivam múltiplas vivências reais e imaginárias e contribuem para a formação integral da criança pequena. É necessário trabalhar: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (ibidem, p. 21).

Através de contação de histórias, pintura, recorte colagem, leitura de imagem, música, poesias etc. sobre as diferentes culturas negra, indígena, europeia e asiática é possível propor experiências éticas e estéticas que auxiliem as crianças a experimentar sensações e sentimentos positivos diante da diversidade cultural e étnica em que vivemos. Para que isto aconteça, é importante despadronizar comportamentos e não alimentar estereótipos e falas racistas tão presentes em nossa sociedade brasileira, de modo que as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil também propõem que: “Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (ibidem, p. 26).

A autovalorização do negro passa pela aceitação do próprio negro brasileiro, que, consciente de sua formação étnica e de sua importância na formação e desenvolvimento nacional brasileiro, compreenderá que também descende de um povo forte, guerreiro, espiritualista e honroso. Dessa forma, não se permitirá mais usar as palavras como negro ou preto de maneira pejorativa.

O papel da escola também é apropriar-se das vivências das/os educandas/os para ofertar experiências que propiciem conhecimento e interação, além de fomentar a discussão e a pesquisa sobre a importância e a influência dos povos negros.

3 O PROTAGONISMO DA MILITÂNCIA NEGRA E A CONQUISTA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Em 2003, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei 10.639, incluindo nos currículos a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os estabelecimentos de ensino público e privado, do ensino fundamental ao ensino médio, visibilizando assim as lutas negras no decorrer da história e da formação do povo brasileiro.

Coube à professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva¹⁰, como membra do CNE, elaborar os pareceres e a resolução que, afinal, tornaram-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERERs), normatizando a implementação dos Art.26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Com base nas DCNERERs, fica evidente que esses temas e conteúdos devem constituir a formação educacional durante todo o ano letivo, não somente nas datas já demarcadas no calendário escolar, que trazem negros estereotipados e engessados em lutas e lugares específicos, reproduzindo visões racialistas/racistas e distorcidas, como é comum no dia 13 de maio. Conforme as DCNERERs, os conteúdos devem ser trabalhados em todas as áreas do currículo, em todas as modalidades educacionais e em todas as disciplinas, e não apenas na História, na Educação artística e na Literatura, como fora concebida originalmente no texto da lei.

Implementar a Lei 10639/2003 é acreditar que um país justo e igualitário é possível. A lei permite à escola propiciar atividades pedagógicas com base nas experiências de alunos e professores, contextualizando as diversas relações com pessoas negras (pretas e pardas), brancas e indígenas, por meio de debates positivos, que superem os conflitos, valorizando assim as manifestações individuais e coletivas. Uma problemática para o ensino é que o conjunto de professores brasileiros, com certa razão, alega não possuir preparo acadêmico sobre o assunto; até mesmo, os profissionais de História. Como e o que ensinar?

A concepção, o planejamento e a execução de políticas públicas antirracistas e reparatórias de prejuízos históricos para a população negra são meios eficazes para exterminar aquelas desvantagens. Segundo Sílvio Almeida (2019), o Estado usa o racismo contra o negro como uma arma ideológica para justificar e manter a hierarquia social. E a luta racial se dá através da exploração, da exclusão, do apagamento, da subalternização, da animalização e do silenciamento do educando negro, invisibilizando-o nos currículos, nas falas dos docentes ou nas práticas pedagógicas.

Nosso país é composto pela união de diversos povos e, como resultado, temos uma

¹⁰ Nascida em Porto Alegre, no bairro Colônia Africana. Graduada em Letras Português–Francês. Talvez tenha sido a primeira mestra e doutora negra em Ciências Humanas, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, elaborando o Parecer CNE/CP 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ela havia presidido o II COPENE - Congresso De Pesquisadores Negras-os, e fora uma das fundadoras da ABPN-Associação Brasileira de Pesquisadores Negras-os. Nessa condição, havia sido indicada, em 2002, para compor o CNE - Conselho Nacional de Educação.

população etnicamente diversificada. Segundo o documento do Plano de Desenvolvimento da Educação (2008), proposto pelo MEC, esse assunto pode ser abordado através das questões de inclusão x exclusão, na ação afirmativa ou discriminação positiva e nas “políticas de diferença”. Tais discussões buscam reconhecer as inúmeras contribuições, valorizando assim as suas religiões, as suas línguas, tradições e culturas.

Como educadores formadores de opinião e visão crítica, necessitamos apresentar a história do povo negro africano a partir de seus feitos históricos, mostrando a sua força, inteligência e criatividade, e não apenas a partir do momento em que foram escravizados, enfocando as humilhações degradantes e desumanas a eles impostas. Nilma Lino Gomes (2002) afirma:

Pensar a relação entre Educação e identidade negra nos desafia a construir, juntos, uma pedagogia da diversidade. Além de nos aproximarmos do universo simbólico e material que é a cultura, somos desafiados a encarar as questões políticas. Torna-se imprescindível afirmar que, durante anos, a sociedade brasileira e a escola distorceram e ocultaram a real participação do negro na produção histórica, econômica e cultural do Brasil, e, sobretudo, questionar os motivos de tal ocultamento. (Gomes, 2002)

A Lei 10.639/2003 é uma grande vitória para os negros brasileiros, pois traz para a escola questões sobre preconceitos e discriminação. Sales Augusto dos Santos, em seu artigo *A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta antirracista*, afirma que através da educação escolar os/as negros/as trilharam caminhos para ascender socialmente:

A valorização da educação formal foi uma das várias técnicas sociais empregadas pelos negros para ascender de status. Houve uma propensão dos negros em valorizar a escola e a aprendizagem escolar como um “bem supremo” e uma espécie de “abre-te sésamo” da sociedade moderna. A escola passou a ser definida socialmente pelos negros/as como um veículo de ascensão social... (Santos)

É papel da escola e da sociedade construir valores sociais com base nas diferenças e apoiar o contínuo exercício social na busca de uma sociedade que almeja ser mais justa, igualitária e democrática, pois compreende que seus povos têm o direito de viver as suas diversidades étnicas, religiosas e culturais. Por meio das políticas afirmativas, é possível enfrentar as mazelas causadas pelo racismo e pelo mito da democracia racial que ainda impera em nosso país.

Uma educação antirracista se faz como um alicerce capaz de formar e fortalecer as identidades pessoais. O Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira faz-se necessário para levar a Comunidade Escolar à compreensão da base histórica da colonização

européia, principalmente das práticas portuguesas no continente africano, a valorização do negro e a reflexão sobre o preconceito na sociedade. Nossos educadores têm a formação necessária para isso?

Pesquisando sobre a Prática de uma educação antirracista no *Município* de Belford Roxo, em visita a Semed, e em entrevista com Thatiana Barbosa da Silva, responsável pelo setor da Educação na EJA, pedagoga formada pela UERJ de Duque de Caxias (FEBEF), Especialista em Educação étnico racial pela UFF, Mestre em Educação pela UFRRJ e pesquisadora sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) obtive a informação de que 65% dos alunos da EJA são negros e, para atender a necessidade desse público, de 2005 a 2018, existiu um trabalho consistente e regular acerca da implementação da lei 10639/2003, com a liderança das professoras Inácia Stela e Norma Sueli, que realizavam mensalmente jornadas de formação com os professores da rede voltadas para essa temática. Esse trabalho foi paralisado no período pandêmico, e devido à saída delas da secretaria. Em 2018, a Secretaria Municipal de Educação, através da divisão de EJA, da qual Thatiana faz parte, propôs o estudo do livro *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, em que, indiretamente, foi trabalhada a questão racial. Em 2022, o EJA está efetivamente estudando a questão racial através do Projeto *Somos maiores do que nossas cicatrizes: a poesia como prática de liberdade através da luta e resistência de Luiz Gama*". Porém, contrastando com as informações anteriores, Thatiana informou que a SEMED não tem uma proposta de educação étnico-racial para a rede e que fica por conta de cada unidade decidir como aplicar a Lei 10639/2003.

A diretora Eliete de Azevedo Pinto, gestora da Escola Municipal Bairro Maria das Graças, expôs que no Projeto Político Pedagógico não há um trabalho específico sobre a questão étnico-racial, mas que a sua unidade trabalha diariamente a consciência negra, e que 85% dos/as alunos/as são pretos/as e pardos/as. Eliete afirma ainda que a Secretaria Municipal de Educação não oferece material didático, formação, diretriz curricular ou quaisquer outras orientações, e que, durante todo o período de 24 anos que leciona na rede, nenhum movimento educativo étnico-racial foi municipalmente estruturado:

Nenhum, nenhum pedido assim pra alguma coisa, né? Ah, vamos fazer um projeto? Ah, vamos fazer? Não vem nenhum material, não vem não, não vem geral, né? Principalmente direcionado à etnia, nada, nada que eu possa te dizer, Ah, teve um dia, mas eu vou te falar isso eu. Eu não lembro desse recurso, nunca em 24 anos. (Pinto, 2023)

Para ter uma visão sobre a proposta aplicada no município por meio das Escolas

Estaduais, tive o privilégio de retornar à minha escola de fundamental II, a E. E. Vital Brasil, hoje dirigida pela diretora Neila Teixeira Caldas, que declarou que a Secretaria Estadual de Educação oferece sistematicamente recursos didáticos sobre a temática étnico-racial e que a escola propõe que a temática seja trabalhada em todas as disciplinas, mas que ainda não há um Projeto sistematizado que atue regularmente.

Com relação ao Projeto em si, a gente realiza sempre que possível, sempre que tem uma brechinha a gente está colocando o tema em questão com palestras, com atividades mesmo voltadas pra isso, mas infelizmente se resume a isso. E no final em novembro que já é uma exigência da SEEDUC, Secretaria Estadual de Educação, a gente realiza sempre uma culminância com o projeto, uma coisa mais específica voltada pra esse tema. É isso. Infelizmente gostaria muito de poder falar pra você contar uma experiência maravilhosa, mas... (Caldas, 2023)

A nível Federal, o município de Belford Roxo conta apenas com um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que vem lutando para se manter no território, devido a uma disputa política da atual gestão municipal, que, desde a implantação em 2016, intenta a sua retirada do espaço do Marco Zero, em frente ao 39º batalhão, no bairro São Bernardo. O Instituto faz parte de uma proposta do governo da Presidenta Dilma Rousseff de uma política federal de capitularidade, de extensão universitária. Ainda hoje, atua numa estrutura modular (construções simples e rápidas) devido aos embargos sofridos. Em entrevista ao professor Estevão Leite, que atua nessa unidade do IFRJ desde a sua implantação, foi possível compreender os entraves sofridos:

Logo em seguida, depois de ter construído os módulos, a gente tinha ainda outras obras complementares que seriam feitas neste 1º momento. Já existe o projeto, na verdade sempre existiu o projeto do prédio principal, só que todas as nossas obras são embargadas pela prefeitura de Belford Roxo. A instituição não consegue as licenças municipais para fazer as obras de construção, complementação, paisagística e de tudo o que é necessário para dar dignidade para quem vai acessar a Universidade, a Instituição. Na ocasião, chegou-se a fazer uma licitação para as obras paisagísticas, construção de caixa da água, do esgotamento sanitário e a obra foi embargada pela prefeitura, inclusive embargada de forma violenta pela guarda municipal, agentes armados. As visitas da prefeitura quando foram ao campus sempre foi de forma violenta. Enfim, nessa história desde 2017, a prefeitura aciona a Justiça e a gente vem nesse bate e volta. (Estevão Leite, 2021)

Por que um gestor municipal não iria querer um Instituto Federal para promover educação pública, gratuita e de qualidade para os seus munícipes, de maioria preta e parda? Qual a intenção explicitada nessa questão? Durante esses dez anos, as brigas políticas se acirraram, enquanto os/as nossos/as jovens ainda são obrigados a estudar fora do território, com recursos mínimos para transporte, alimentação e recursos didáticos.

Como nossos/as educandos/as construirão uma identidade negra sem que haja plena

implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08? Para Gomes (2005), em seu texto *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão*, cabe também a cada escola e educador/a – como *Agentes das leis* – auxiliar na construção das identidades negras positivas e na construção do antirracismo pra valer, durante todo o período formativo:

A identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (Gomes, 2005, p. 44)

As ações afirmativas são paliativas, pequenos passos para o almejado ideal. Não resolvem de todo a questão, mas auxiliam na construção de uma sociedade mais igualitária. Permitem o acesso, porém não garantem a permanência. Porque, mesmo havendo legislações, documentos, consciências etc., o racismo é estrutural, ou seja, não se consegue cumprir a lei a contento; depende das circunstâncias, de quem é o agente no contexto educacional, no contexto da saúde ou em relação à segurança e violência policial etc.

Para a reprodução das relações de poder, é inegável a força da lei. Por meio do dispositivo jurídico, muitas pessoas foram escravizadas, torturadas, estupradas, humilhadas e mortas. Ainda por meio das leis, outras tantas foram impedidas de estudar, trabalhar, cuidar da saúde, ir a teatros, aos cinemas e a igrejas. Tudo por causa da cor da pele, de sua cultura e ancestralidade, de sua raça, de sua origem. Ainda hoje, a grande maioria negra carrega os estigmas construídos sobre os seus antepassados, pois permanecem segregados territorialmente nos morros e periferias, sem acesso a escola de qualidade, a tratamento de saúde digno, a qualificação profissional e empregos bem remunerados, e acesso a lazer de qualidade e em segurança. Apenas a compreensão de que o racismo é estrutural, portanto, explica o fato de que aquelas maiorias, apesar de leis e regulamentações, não consigam, de fato, usufruir de bens e serviços públicos de qualidade. Não é possível apagar ou esquecer os sofrimentos, as perdas, as humilhações e o preconceito sofridos por mais de 500 anos, porém é possível reparar algumas consequências da escravidão através da garantia dos direitos socioeducativos para cada criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso negro/a brasileiro/a.

Os projetos sociais buscam despertar uma identidade racial no público atendido e na comunidade local que está sendo beneficiada pelas suas ações. Todavia, a falta de recursos financeiros, de pessoal voluntário e de espaços estruturados, são os principais fatores que

dificultam o fortalecimento, crescimento e melhores resultados de suas ações.

O Estado Brasileiro, na Constituição Federal, Art.3º, incisos III e IV (1988), firma compromisso perante a sua população de cumprir com o estabelecido, respectivamente: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). Portanto, partindo desses incisos e dos compromissos internacionais assumidos pelo país, como na Convenção da UNESCO de 1960 direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, bem como a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas na cidade de Durban em 2001, que pode ser inferido que a necessidade das ações de combate ao racismo demandadas pelo povo negro e demais grupos da sociedade civil, capitaneados pelo movimento negro, foram consideradas pelo Estado Brasileiro.

Com isso, uma das formas de combater ao racismo, buscando-se num primeiro momento o reconhecimento do racismo e de suas consequências, bem como a necessidade de reparação de seus danos históricos – que, ademais, se perpetuam até os nossos dias – e propostas pela sociedade e adotadas no Brasil, são os programas de ações afirmativas:

[...] isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (Brasil, 2004, p.12)

De acordo com esta definição de ações afirmativas, apesar das ações de caráter educacional (ou mesmo, àquelas ações voltadas para a ação direta ou indireta no campo da educação) serem as mais evidentes, há outras ações desempenhadas pelo movimento negro, como a elaboração de cartilhas sobre o racismo ou a realização de consultoria para instituições dispostas a pensar as relações raciais dentro de seus espaços e partes interessadas. Logo, é possível afirmar que há outras ações que podem contribuir decisivamente para maior alcance e melhores resultados das ações afirmativas, de modo a aprofundar o processo de reparação histórica.

4 PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

A ausência de políticas públicas e de perspectivas para o futuro exige dos cidadãos belforroxenses a criação de projetos e redes de apoio para a maioria negra e pobre, que se

encontra em situação de vulnerabilidade e anseia por transformação social imediata e real. Tais ações sociais são frutos dos esforços solidários de homens, mulheres e jovens negros/as que sonham em construir juntos consciência cidadã, sendo protagonistas das suas próprias histórias. As organizações sociais que irei apresentar são sem fins lucrativos e nasceram da análise das problemáticas do seu entorno e da diagnose encontrada.

De acordo com Bonfim (2010), um Projeto Social pode ser conceituado como a união de situações e problemas que necessitam de ações resolutivas, individuais e coletivas, na busca por transformar o presente negativo num futuro positivo. Nos municípios da Baixada Fluminense, onde a criminalidade e as milícias imperam com liberdade, os projetos sociais são símbolos de resistência diante dos dominadores.

Diante da realidade da luta contra o racismo em Belford Roxo, o povo constrói e participa de projetos sociais revelando o seu protagonismo, demonstrando que no município não existe apenas violência, pobreza e criminalidade, mas também solidariedade, música, dança, poesia, debates, educação comunitária, saúde coletiva etc.

4.1 Obra social *Crescendo Juntos* (JARDIM REDENTOR)

É uma obra social, não governamental, desempenhada pela Congregação religiosa católica Irmãs Salesianas do Carisma de Dom Bosco desde o ano de 2000, situada no bairro de Vila Pauline, Belford Roxo. Atende um número total de 110 crianças e adolescentes – e há mais de 400 pessoas na lista de espera. Todos se declaram cristãos: 90% protestante e 10% católica. Segundo relato dos educadores, as religiões de matrizes africanas são proibidas pelo tráfico de drogas atuante na localidade, o poder paralelo vem aliciando menores na região e não há uma ação educativa do Estado para um real impedimento.

A obra social trabalha com crianças e adolescentes nos horários de contraturno escolar, com atividades envolvido esporte, artesanato, teatro, ballet e coreografia refletida (reflitdance), fomentando o trabalho em equipe, a aprendizagem coletiva e a fraterna convivência em sociedade. Os jovens que participaram do projeto ao longo desses anos obtiveram maiores desenvolvimentos pessoais, educacionais e financeiros; há um menor número de jovens grávidas e de meninos e rapazes ingressando no mundo do tráfico, no crime organizado. As ações de empoderamento das famílias e dos adolescentes auxilia a população negra, pobre e favelada, a ser protagonista da própria história. Mas durante todos esses 23 anos de atuação da obra social *Crescendo juntos* no município é sentida, por todos os voluntários que nela atuaram e atuam, as constantes mortes de jovens negros periféricos, devido às lutas territoriais entre as facções, as incursões policiais desorganizadas e letais, e a

ausência de políticas governamentais preventivas.

A fala um antigo educador do projeto social descreve essa triste realidade, detalhadamente:

Um outro dado bem significativo é que eu vou colocar há uns oito anos... uns oito anos atrás, a gente percebe algo que é da sociedade de maneira geral, que é uma grande doença da sociedade, que é o extermínio da juventude, de maneira muito especial da Juventude Negra. Nós tivemos há uns 8 anos, há 15 anos atrás aqui, um dia muito violento. Que você vai dizer assim: — Nossa! Mas aqui em Vila Pauline, quase todo dia é violento, mas esse dia a violência foi atípica. Porque nós vimos, é... meninos, jovens negros esquartejados passando em carroça. Foram dez na época, passou até nos diversos meios de comunicação. (Educador, 2023)

Os corpos negros são vistos como descartáveis e, mesmo com a crescente consciência e atuação de lideranças comunitárias nas comunidades, as autoridades locais os tratam com descaso e são indiferentes aos seus destinos. Tais questões são fruto do racismo contra a população negra de nosso país, em que não se questiona as causas da adesão de tantos jovens e crianças ao mundo do crime, apenas os marginaliza e os sentencia à morte como solução para o crime e a violência que todos suportamos. Com os seus próprios modos de expressão, essa é uma visão comum entre os participantes da obra social *Crescendo Juntos*.

Para Nilma Lino Gomes (2005), aprendemos nos círculos sociais a não nos importarmos com tudo o que tem relação com as causas dos grupos negros.

A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso, o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana? A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória. (Gomes, 2005, p. 46)

A ONU constatou que os jovens são 16% da população mundial, ou seja, 73 milhões estão desempregados e sem perspectiva de futuro. Segundo o Atlas da Violência de 2018, a porcentagem de pessoas pretas ou pardas assassinadas no Brasil é de 71%, a maioria jovem.

Ser jovem no Brasil requer ações de luta, resistência e criatividade. É preciso lutar como grupo, como povo negro, através de movimentos coordenados e pontuais que visem a eliminar – ou, pelo menos, minimizar – as dores dilacerantes de tantas minorias.

Em Janeiro de 2020, o Jornal O DIA publicou que dos treze municípios da Baixada Fluminense, Belford Roxo liderava o ranking negativo de maior número de tiroteios, sendo nomeada como a cidade mais violenta. O site notícias de Belford Roxo já havia registrado

este aumento desde 2018.

Figura 8 - Gráfico notícias de Belford Roxo



Fonte: Fogo Cruzado, 2018.

As milícias tem ocupado vários territórios antes dominados pelo tráfico e as constantes disputas territoriais têm feito vítimas, envolvidas ou não com as atividades relacionadas ao mundo do crime. Segundo a reportagem do Jornal Extra de 4 de abril de 2022, ao grupo de Direitos à Memória e Justiça racial pertencente aos Direitos Humanos, Belford Roxo é ocupado por milícias em praticamente todo o seu território, o que aponta e explica o nível desmedido de violência no município.

Figura 9 - Mapa parte de Belford Roxo é dominada por milícias.



Fonte: IDMJR-Iniciativa de Direito à Memória e Justiça Racial, 2022

Crianças e jovens são cooptadas diariamente pelo poder paralelo. Sem o respaldo da educação formal, a educação informal não tem os mecanismos necessários para garantir oportunidades de escolhas para todos. Cabe, portanto, aos Sistemas Educacionais, a responsabilidade de garantir acesso e permanência para os seus educandos.

A importância das vidas negras é diariamente reafirmada pela presença dessa obra social, que acredita na liderança e no protagonismo de crianças, adolescentes e jovens pretos/as e não pretos que frequentam o espaço. Permanecer resistindo apesar das dificuldades.

Figura 10 - Obra social Crescendo Juntos



Fonte: Acervo Pessoal, 2022

Figura 11 - Obra social Crescendo Juntos - atividade educativa antirracista: formação de jovens líderes



Fonte: Fotos e vídeos do Instagram: @crescendojuntosocj

4.2 Projeto Mais por nós (JARDIM REDENTOR)

O projeto tem início em 2020, em meio à pandemia de COVID-19, em que a maioria do povo pobre sofre também com o desemprego e com a fome. As escolas, o comércio não-essencial, os clubes, as igrejas, tudo fechado. E Belford Roxo – cidade-dormitório – deixa esse posto (pelo menos, por dois anos) e passa a ser cidade-habitada por famílias inteiras sem ocupação e carentes de tudo. É em meio a essa realidade que nasce o projeto *Mais por nós*. Jovens universitários, moradores da favela do Bairro Vermelho, em Belford Roxo, por meio de mídias sociais, conectam-se e iniciam redes de apoio em busca de arrecadar alimentos para as famílias do entorno. A pé ou de bicicletas, os jovens passam nas casas e no comércio local, pedindo doação de alimentos não-perecíveis, enfrentando principalmente o risco de se infectarem com o vírus mortal da COVID-19. A princípio, iniciaram as suas atividades auxiliando o total de 50 famílias. Atualmente, no ano de 2023, o número já está em 120 famílias, isto porque o projeto não tem condições e estrutura para

atender mais pessoas.

As ações sugeriram como forma de amenizar a fome de famílias carentes residentes na Comunidade sem terra, porém, muitas são as dificuldades das famílias assistidas: moradia digna, acesso a água, esgoto, escola, creches, postos de saúde próximos, comércio, iluminação pública, segurança urbana etc. As jovens criadoras desse Projeto, Hellen Freitas e Rayane Pereira, ainda promovem rodas de conversa com jovens-mulheres para leitura e discussão de textos literários produzidos e doados por outro projeto “Biga e Mica”, buscando promover e orientar mulheres pobres de periferias. Participo do grupo como benfeitora, auxiliando no recolhimento das doações alimentícias e nas ações práticas, porém, não atuo nas tomadas de decisões, porque acredito que os jovens devem continuar sendo protagonistas na liderança do projeto e um adulto, muitas vezes, acaba tomando para si as demandas diretivas.

No dia marcado, todos se encontram na praça Agai, próxima a entrada do Assentamento. Na subida, somos cumprimentados pelos moradores e bem recebidos por toda a comunidade local. Contudo, as ações só acontecem com a permissão da organização criminosa que domina o território. Durante as ações, ao observar as famílias, os jovens-líderes perceberam que as crianças precisavam de uma atividade específica. Reuniram-se e programaram o Dia das Crianças, que aconteceu em outubro de 2020, com palestra e oficina de saúde bucal, corte de cabelo para os meninos, trançagem para as meninas, brincadeiras de rua (queimado, pula corda, cabo de guerra, equilíbrio sobre cordas, vivo ou morto etc.) e distribuição de doces e brinquedos. A alegria das crianças era percebida em cada olhar e em cada sorriso. Uma ação juvenil transformando vidas! Os jovens sendo protagonistas da própria história.

Desde o início, no ano de 2020, o projeto atuava no território do Barro Vermelho, em Belford Roxo, num campo de futebol abandonado de chão de barro, sem traves ou marcação desportiva. No entorno, há um assentamento de famílias que ocuparam o terreno desde 1994 e que, inicialmente, foi acompanhado pela igreja católica, mas hoje é dominado pelo tráfico, visto que o poder público continua ausente nessa localidade. A fala da jovem Hellen Freitas retrata bem a realidade da comunidade.

Essa comunidade se iniciou ali no final dos anos 90, início de 2000, com a divisão, a emancipação de Belford Roxo, porque antes, Belford Roxo, ele fazia parte de Nova Iguaçu e, depois disso, quando houve a emancipação, muitas pessoas nesse processo ficaram sem casa, sem moradia e essas pessoas se viram obrigadas a se dirigirem aos morros. E aí nesse processo, um desses morros se tornou o Sem teto. E antes, era mesmo lugar sem ninguém, era somente um morro mesmo. E aí essas pessoas começaram a se dirigir para lá... e construir casas e tudo mais... mas é

uma região de muita vulnerabilidade e eu costumo dizer, até mesmo, de esquecimento. Mas, a gente percebe também que os sem terra, ele faz parte de um projeto político de morte das pessoas periféricas, as pessoas pretas. Porque até hoje muitas ruas do sem terra sequer são cadastradas na prefeitura, nem existem no mapa. Então lá não chega carta, lá não existe né, para as autoridades é um bairro que não existe, mas a gente sabe que para a polícia esse lugar existe. Porque, quando tem operação policial, quando tem algum tipo de confronto, é lá que eles estão e é lá que muitos jovens morrem.

Neste ano de 2023, iniciaram também atividades de reforço escolar numa sede alugada com recursos doados pelos próprios voluntários, localizada na Travessa 13, número 220, Barro vermelho, Belford Roxo. Ao perceberem a carência de vestimentas e calçados, mutirões de arrecadação de roupas também foram organizados pelo projeto. Entre a curadoria e a doação, os jovens se encontram para planejar as ações, ora online, ora presencialmente. No diálogo com os jovens-líderes, escuto sempre as dificuldades de habitar um território abandonado pelo poder público local e distante da capital, o que inviabiliza o acesso aos meios de trabalho, produção, consumo, esporte, saúde, educação e lazer ofertados aos jovens brancos e ricos. A jovem-mãe Rayane Pereira expõe a sua dificuldade como mulher preta e periférica para estudar Serviço Social numa universidade federal (UFRJ), em um território tão distante do seu município.

Como é ser mulher negra no espaço da universidade? A princípio, é por morar em Belford Roxo, por ser uma jovem negra periférica e estudar lá na Urca, então acho que por si só já fala tudo. Por eu ser mãe também, que é uma dificuldade também, porém uma motivação gigante. Fui mãe cedo, assim que eu comecei, assim que eu passei pra faculdade descobri que eu estava grávida, e aí me atravessou. É aquilo, tu acaba se tornando uma estatística né. O que me faz fugir disso é eu estar na Universidade, é eu ter ela e pensar que minha vida, minha filha terá uma vida diferente em relação às oportunidades. Entendeu? É Ela já saber que a mãe tá aí na correria, por uma cidade mais justa... Acho que é isso por ela pensar já, ter essa possibilidade de uma educação antirracista que é isso que eu pego aqui para ela, que trago aqui para ela.

Inspirados no lema africano Ubuntu (*“Eu sou porque você é”*), eles seguem conscientes que só têm eles por eles; mais por nós.



Figura 12: Projeto mais por nós 1. Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Figura 13: Projeto mais por nós 2. Fonte: Acervo Pessoal, 2021

Figura 14 - Projeto mais por nós atividade educativa antirracista: roda de conversa literária



Fonte: Fotos e vídeos do Instagram @mais.por.nos

4.3 Centro cultural Donana (AREIA BRANCA)

É um espaço cultural que promove atividades artísticas, desde a década de 1980, no quintal de uma casa situada na Rua Aguapeí, número 197, na Areia Branca, Belford Roxo. Atua na educação e formação, com atividades culturais e artísticas, além de esporte e lazer, e não é apoiado diretamente pela governança municipal. Foi criado no quintal de Ana Alves Nascimento e José Rosa Nascimento – pernambucanos lutadores que vieram de Recife em busca de uma vida digna e trabalho, pais de duas meninas e um menino –, com os objetivos de homenagear Dona Ana, mulher acolhedora e rezadeira, conhecida na comunidade por rezar as crianças e oferecer um lugar para a expressão artística, já que, na época, o a administração pública do município nada oferecia. No ano de 1994, interrompeu as suas atividades por motivos financeiros, pois eram mantidas por doações de pessoas físicas, sem qualquer apoio governamental. Ainda hoje, no ano de 2023, segundo Dida do Nascimento, filho de Donana, o município não oferece nenhum tipo de auxílio financeiro.

Até hoje não tivemos um apoio real do poder público. Então a gente parte para fazer conselho, para fazer todo o processo para realizar um diálogo transparente sobre cultura e arte na cidade, mas as pessoas não têm essa cultura de investir numa instituição, que é independente, que faz o trabalho e, muitas das vezes, o trabalho que a própria cidade mesmo, o próprio poder público não faz. A gente atua nessa área atendendo um grupo, mas a gente quer aumentar, e para aumentar a gente precisa dos patrocinadores e isso ainda não aconteceu.

Em 2009, artistas voluntários reiniciaram as ações no CCDA com a exibição gratuita de filmes infantis e adultos e, em seguida, faziam debates coletivos. A partir de 2010, com a conquista dos recursos midiáticos do Projeto Cine Cultura, do Governo Federal, o *Centro* pode voltar a realizar as suas atividades de forma sistemática. Em 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU), com o documentário *Baixada nunca se rende*, evidencia a resistência e a resiliência do povo preto e pobre da Baixada (e de Belford Roxo), que, através da música, conta a sua história, utilizando principalmente o *Espaço Donana*. Para orgulho do povo belforroxense, neste espaço cultural, surgiram os grupos Cidade Negra, o Rappa, Negril, kmd 5, Cabeça de Nego etc., que hoje fazem sucesso na música brasileira levando a história e a luta do povo negro.

No período da pandemia de COVID-19, o *Centro Cultural Donana* ganhou com um projeto artístico musical o benefício da Lei Aldir Blanc, permitindo levar a mais pessoas a arte belforroxense, de forma online e também presencial, nos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Todo quarto sábado do mês, acontece o sarauzinho com as crianças na parte da tarde e o Sarau Donana, a partir da noite. Inicia com os poetas residentes e segue com o Pó de poesia, onde todos os artistas presentes têm a palavra para recitar os seus poemas ou expressar-se artisticamente de forma espontânea. No terceiro momento, o poeta convidado apresenta os seus poemas e algumas reflexões, com base no tema da semana, durante 15 minutos. E o Sarau finaliza com apresentações musicais. No espaço do Donana, também ocorrem exposições artísticas abertas ao público. Todos os eventos são gratuitos. Oferecer esse momento de protagonismo aos artistas do município, em sua maioria jovem, é de extrema importância, pois valoriza e incentiva a cultura local no seu início, nos seus primeiros passos.

Então a gente sempre oferece esse primeiro momento: de subir pela primeira vez no palco; de falar a sua poesia ou cantar a sua música pela primeira vez; de expor seus trabalhos artísticos pela primeira vez.

Tive o privilégio de participar como poeta convidada no Centenário de Luiz Gama. Foi uma experiência incrível! Expus minha pesquisa sobre o território de Belford Roxo, apresentei o Fórum Ubuntu como movimento negro atuante e recitei os meus poemas sobre questões étnico-raciais. Escrevi um poema especificamente para este sarau, chamado LIBERTA- AÇÃO:

Luiz, menino
Livre, vendido
De escravo à advogado
De odiado a amado.

Leitor, fujão
Jornalista, tipógrafo
De praça a expulsão
Por insubordinação.

Rábula, defensor
Da república, da abolição
Dos irmãos escravizados
Mais de 500 libertados?

Gama,
Lama
Liberdade pra quem?
Quem te engana?

Sem casa, sem trabalho
Sem escola, sem pão
Sem igualdade de direitos
Sem representação .

Quem liberta pela ação
Reconhece os feitos
Corrige os defeitos
Do racismo direcionado
Aos pretos e pretas de hoje e do passado.

(Jane Quintino Pinto, 2023)



Figura 15: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira/ centenário luís gama 1
Figura 16: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira/ centenário luís gama 2
Figura 17: Atividades educativas antirracistas: sarau de poesia cultura popular brasileira/ centenário luís gama 3
Fonte: Fotos e vídeos do Instagram @centroculturaldonana

O CCDN realizou também o *Projeto Rua Cultural*, alegrando e instruindo a comunidade local com arte, cultura e lazer, após a realização de um festival de música na rua em frente ao quintal cultural Donana.

4.4 Instituto Candace (AREIA BRANCA)

Localizado na Rua Acaraú nº 378, em Heliópolis, o *Instituto de Mulheres Negras Candace* possui instalações atrativas e oferecem dignidade e perspectiva para as mulheres pretas e pobres do bairro. As ações vão para além do assistencialismo, porque o instituto também atua na qualificação profissional, em parceria com o Projeto Gerando falcões, e propõe apoio e acompanhamentos das mulheres e seus/suas filhos/as. Foi criado no ano de 2007, a partir de uma situação de racismo sofrida por Mara Ribeiro na unidade escolar em que atuava como gestora. Uma supervisora, ao perceber seu crescimento na Comunidade Escolar, dispensou-a, dizendo que o seu lugar era na cozinha, atrás do fogão, lugar do qual ela nunca deveria ter saído.

Em 2002, que foi quando eu fui apresentada ao racismo quando eu estava num cargo de gestão do CIEP 374 por minha chefe, uma mulher branca e loira, que me disse ao retirar-me da direção: “você vai voltar pra detrás do fogão da sua casa, porque lá é que é o seu lugar”. Eu não conhecia, eu não tinha ainda a consciência racial, eu não tinha a identidade racial. Porque sou oriunda de uma família hegemonicamente negra, com conceitos do respeito ao próximo, do respeito ao outro. De tratar o outro como você gostaria de ser tratada, respeitar o outro como você gostaria de ser respeitada e não por questões da diferença de pele, da diferença de cor de pele. E é muito difícil. Hoje, eu entendo que a população negra, as condições de vida que a população negra atravessa e enfrenta no seu dia a dia, não é tão somente uma questão de territorialidade, ou uma questão de conceitos sociais. Não é tão somente a violação desses direitos por conta da territorialidade ou da geografia, do espaço territorial que essa população vive e ocupa. Está muito relacionada ao racismo e esse racismo, ele tem nome: *Racismo estrutural*, que faz a diferença e que imprime a diferença na vida das pessoas. Assim como imprimiu na minha... As pessoas negras que moravam aqui, até alguns que moram ainda hoje, não conhecem o racismo. Ignorar o racismo completamente, como se isso fosse só uma palavra e não fosse uma doença. E aí, eu reunida com outras mulheres e algumas mulheres quase da minha família, eu decido socializar o desejo com essas mulheres de criar o Instituto para que a gente pudesse tá levando esse conceito, essa orientação e levantando casos de outras mulheres, outras pessoas que viviam o racismo no município e não sabia o que era o racismo, como eu não soube... à época, não tinha defesa. E aí, era assim, mais por paixão à causa, não era paixão. Mais pela dor que... que eu sofri e tive que aprender a tratar, nasce o Instituto Candaces.

A partir do olhar de Nilma Lino Gomes (2005), pode-se dizer que o racismo sofrido por Mara foi individual e institucional, pois originou-se de um sentimento de superioridade, passou pela agressividade e buscou segregá-la em um tipo de emprego.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. É o que vemos quando nos

reportamos ao extinto regime do Apartheid na África do Sul ou os conflitos raciais nos Estados Unidos, sobretudo na década de 60, 70 e 80. No Brasil, esse tipo de racismo também existe, mas geralmente é camuflado pela mídia. A forma institucional do racismo, ainda segundo os autores supracitados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada. (Gomes, 2005, p. 53-4)

Apoiada pelo fórum de mulheres pretas estaduais e inspirada pelo samba enredo do G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro (RJ) do ano de 2007, Mara, com as suas parceiras e colaboradoras, cria o Instituto para apoiar outras mulheres pretas belforoxenses, fazendo parcerias com as Universidades próximas, como a Estácio e a UNIABEU, com seminários e formações; e com a Coordenadoria de Políticas para a Mulher. Em 2015, assumiu a Superintendência de Igualdade Racial do Estado do RJ, porém, não deu para conciliar com a causa. As voluntárias são formadas em Zootecnomia, Biblioteconomia, Pedagogia e atuam profissionalmente na área de Educação.

Apoiarmos umas às outras fortalece o coletivo e sustenta na caminhada diária. A certeza de que juntas, somente juntas, alcançarão o almejado é o que movimenta as ações do Instituto Candace, na Cidade de Belford Roxo, nossa pequena mãe-África, nossa terra, nosso chão.

Mãe África

Mãe, Mãe África
O que fizeram de ti?
O que fizeram de mim?
O que fizeram de nós?
Mãe, Mãe África
Como gritar
se amordaçaram a nossa voz?
Estupram-nos.
Agridem-nos.
Matam-nos!
E quem luta por nós?
Debaixo deste sol
Nas terras deste imenso Brasil
Somos tratados como esterco do mundo
Órfãos. Viril. Guarani.

Que beleza os pássaros
 Que pela manhã se põem a cantar.
 Que saudade de Ti, mãe
 Que me geraste mesmo sem lar.
 Mãe, Mãe África
 Vivendo nesta terra
 De pretos, pretas irmãs
 Unidos pela raça e pela dor
 Lutamos por Belford Roxo
 A nossa cidade
 A cidade do Amor.

(Jane Quintino Pinto, 2022)

Figura 18: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 1.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022



Figura 19: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 2. Fonte: Acervo Pessoal, 2022
Figura 20: Herdeiras de Candaces: Instituto de Mulheres Negras 3. Fonte: Acervo Pessoal, 2022

4.5 Projeto Paulo Freire (LOTE XV)

O Preparatório Comunitário Paulo Freire iniciou como um pré-vestibular numa parceria com o Colégio Silva Dias para uso do espaço e, somente em 2009, começou a funcionar nas dependências da Paróquia São Simão. Surgiu com a grande procura de Jovens e Adultos, com fila de espera e poucos espaços educativos oferecidos apenas pela FEUDUC- Fundação Educacional de Duque de Caxias (particular). Auxilia os jovens na preparação para os concursos, mas também a compreender os programas dos diversos sistemas de acesso (Cotas, Prouni, pré Enem, Isenção, SISU), pré-técnico (Pedro II, FAETEC, CEFET, IFRJ, Colégio Militar, Fiocruz, Sesc, Sesi etc), revolucionando as perspectivas e a realidade local. Apesar da violência em toda a região, o preparatório permanece funcionando no período Noturno.

O pré-vestibular comunitário Paulo Freire de Lote XV é uma ação positiva em Belford Roxo, que propicia a jovens e adultos/as negros/as e pobres a sonharem com um futuro mais justo e melhores oportunidades profissionais. Na pandemia, na modalidade online, nasceu também o pré-indígena e o reforço escolar, favorecendo a discussão étnico-racial.

Figura 21 - Projeto Paulo Freire



Fonte: Acervo Pessoal, 2021



Figura 22 - Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem

Figura 23 - Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem

Figura 24 - Projeto Paulo Freire atividade educativa antirracista: capoeira/ aulões pré-enem

Fonte: Fotos e vídeos do Instagram @paulofreirepvc

Na entrevista com o professor George Ferreira Lau, graduado em História e pós-graduado em História e Cultura Afrodescendente pela PUC (polo de Caxias), coordenador do Projeto Paulo Freire, ele expôs a importância desse tipo de iniciativas na transformação das vidas de jovens negros/as e pobres das periferias.

A gente começou então ali em 2009 né, com o pré-vestibular somente. A gente foi dando passos, turma pequena, poucos professores pra dar aula. Esses professores revezavam entre si pra poder cobrir né, aquela semana de horário e a gente conseguiu fechar o primeiro ano, parecia que nada ia dar certo né, por quê? Porque se não tem resultado, como é que fica, né... já tinha pouco aluno e não ter resultado, isso seria desmotivador. E aí, pelo contrário, nós tivemos resultado e muito significativo, sabe. Um resultado com qualidade que nos ensinou até a contar as vitórias. Hoje, a gente fala no Paulo Freire que nós temos mais de 500 vitórias. Porque se você tá lá no projeto e passa pra Universidade, a gente conta uma vitória.

Ouvir as vozes de tantos *agentes das leis* traz novos olhares para um município estigmatizado como reduto de miséria, violência e da opressão racista. A união de pessoas de todas as etnias, raças, religiões e saberes aponta a certeza de dias melhores, em que jovens negros/as construirão identidades positivas, como defende Nilma Lino Gomes (2005):

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio pelos negros e pelas negras brasileiros(as). (Gomes, 2005, p. 43)

Pesquisando e acompanhando estes projetos é possível perceber o quanto as ações e vozes dos agentes da leis fazem diferença na vida e na história de tantos belforroxenses. Os projetos sociais são importantes e válidos.

5 A RESISTÊNCIA BELFOROXENSE É UM MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

Penso em justificar esse sub-título a partir das vivências propiciadas por essa pesquisa, da leitura de uma narrativa sobre o *Projeto Baixada* (influenciado pela Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire); e pela confluência de minhas reflexões, com os pensamentos de bell hooks e Nilma Lino Gomes.

Importante, então, abordar o PROJETO BAIXADA, através da dissertação de mestrado, na Fundação Getúlio Vargas: *Nos limites do possível: uma experiência político-pedagógica na baixada fluminense* (2013), de Eliane Ribeiro Andrade. Essa autora expõe o contexto daquela atuação e pode auxiliar a análise de outros projetos sociais de caráter educacional na Baixada Fluminense. Ao reconstruir a trajetória desse projeto e analisar as parcerias estabelecidas, é possível estabelecer um comparativo para a compreensão mais profunda das dinâmicas e desafios enfrentados.

O trabalho apresenta uma trajetória significativa do Projeto Baixada, desenvolvido na Baixada Fluminense durante o período de fevereiro de 1986 a março de 1990. É relevante destacar que, na época em que o projeto foi realizado, o município de Belford Roxo fazia parte do território do município de Nova Iguaçu. Sobre o Projeto Baixada:

[...] o Projeto Baixada durou cerca de três anos e meio, de 1986 a 1990, desenvolvido entre grupos organizados representativos dos movimentos sociais (Federações e Associações de Moradores, Comunidades Eclesiais de Base - CEBs da Igreja Católica, Clube de Mães etc.) e a Fundação Educar, órgão governamental representado pelos educadores acima referidos, que, por sua vez, enquanto cidadãos, participavam de diversas atividades vinculadas aos movimentos sociais. O trabalho objetivava alfabetizar jovens e adultos, apresentando conteúdos de forma crítica e questionadora, [...] formando um total de 500 educadores da própria Baixada Fluminense e alfabetizando cerca de 20.000 pessoas, em sua grande maioria jovens de 13 a 25 anos de idade. (Andrade, 1993, p. 9-10)

O período em que o Projeto Baixada ocorreu foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos sociais organizados e pelo processo de redemocratização no Brasil.

Naquela conjuntura, buscava-se formar e profissionalizar educadores da Baixada Fluminense, visando a alfabetização de jovens e adultos por meio de metodologias que estimulassem a conscientização cidadã e a autonomia frente às dificuldades da sociedade moderna.

As entidades da Baixada Fluminense que construíram e desenvolveram o Projeto foram: Movimento União de Bairros, Associação de Moradores do Bar dos Cavaleiros e Clube de Mães da Taquara, no município de Duque de Caxias; Movimento dos Amigos de Bairros e Cáritas Diocesana, no município de Nova Iguaçu; Associação de Moradores do Canal Meriti no município de São João de Meriti. Seu envolvimento possibilitou que se implementasse o projeto por meio de um planejamento de caráter participativo ou, mais especificamente, através de um processo de gestão coletiva, onde todas as decisões eram discutidas pelos representantes dos diversos segmentos ou seja: professores, supervisores, líderes comunitários, educadores da Fundação Educar, etc. (ibidem, p. 10)

Através da análise desse projeto, é possível compreender as relações complexas, tensas e repletas de contradições entre os parceiros envolvidos na área da educação. Essa compreensão histórica proporciona uma bibliografia mais ampla para a análise dos projetos sociais atualmente em andamento na Baixada Fluminense.

Ao retomar o passado antes de um diálogo sobre o presente, o trabalho ficará aberto para leituras que visem identificar possíveis continuidades, descontinuidades, avanços e desafios na implementação de projetos sociais na região ao longo dessas três décadas. Além disso, o estudo da história do Projeto Baixada oferece uma perspectiva histórica valiosa para a compreensão das raízes e impactos dos projetos sociais na comunidade local.

Portanto, o uso desse trabalho como contextualização histórica no estudo e análise dos projetos sociais na Baixada Fluminense, mais de trinta anos depois, contribui para uma análise mais abrangente, embasada e informada sobre as transformações ocorridas na região e auxilia na compreensão dos desafios e possibilidades que surgiram ao longo do tempo.

Segundo a autora, a Baixada Fluminense apresentava um dos mais fortes processos de organização da população brasileira na década de 1980. As organizações populares, como associações de moradores, comunidades eclesiais de base, bases dos partidos políticos e organizações sindicais, desempenharam um papel fundamental nesse contexto. A autora destaca que essas formas de organização, conhecidas como

movimentos populares, reuniram diversas entidades, com destaque para o movimento sindical, por se organizar a partir da noção de classe, sem se abster de estreitas relações com as demais formas de organização. Bem como a organização da igreja católica, por meio da Comunidade Eclesial de Base (CEB), que tinha como princípio associar a fé religiosa aos problemas reais vividos pela população.

De acordo com sua análise (cf. *ibidem*, p. 31), as CEBs tinham como objetivo esclarecer o papel de cada cidadão na tarefa de transformação da sociedade ao associar a fé religiosa às questões cotidianas. Na década de 1980, o número de CEBs na Baixada Fluminense era expressivo, como evidenciado pela arquidiocese de Nova Iguaçu, que congregava 330 dessas comunidades. Além das CEBs, as associações de moradores também tiveram papel relevante na organização da população, reivindicando dos poderes públicos direitos básicos, como luz, água, saneamento básico, saúde, habitação, educação e transporte.

Esses movimentos organizados na Baixada Fluminense destacavam-se pela sua expressividade e pela forma como se articulavam. Contavam com federações de bairros, como a Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), a Federação Municipal de Associações de Bairros de Duque de Caxias (MUB) e a Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM). O avanço desses movimentos na região era ressaltado por Dom Mauro Morelli, arcebispo de Duque de Caxias e São João de Meriti, que destacava a força de renovação e transformação existente na Baixada Fluminense.

A visão da autora sobre o papel dos movimentos sociais se baseia na compreensão de que essas organizações populares surgem como resposta às carências e desigualdades presentes na região. Esses movimentos desempenham um papel importante na luta por direitos e na busca por transformação social, promovendo a conscientização coletiva e reforçando laços de solidariedade. Para Andrade (1993), o movimento comunitário pode ser um espaço significativo para trabalhar noções de interesse coletivo e enfrentar a perspectiva individualista predominante na sociedade capitalista.

Portanto, a visão da autora destaca a relevância dos movimentos sociais na Baixada Fluminense, ressaltando a força de sua organização e a importância de seu papel na luta por direitos e na transformação social. Essas organizações populares, como as associações de moradores e as comunidades eclesiais de base, surgem como

uma resposta ativa às carências e desigualdades presentes na região, promovendo a conscientização cidadã e reforçando os laços de solidariedade entre os membros da comunidade.

"Em sociedades cuja dinâmica estrutural conduz à dominação de consciências, a pedagogia dominante é a pedagogia das classes dominantes" (Freire, 1974, p. 194). Os movimentos sociais com atuação na educação, apesar da distância temporal, aproximam-se também nas suas concepções. Bem como a análise da autora que utiliza o pensamento de Paulo Freire como referência para sua análise da prática e perspectiva pedagógica. O Projeto Baixada, descrito na dissertação de Eliane Ribeiro Andrade (1993), encontra-se em consonância com o pensamento sobre educação de Paulo Freire, expresso em sua obra *Pedagogia do Oprimido*.

De acordo com Andrade (1993), o Projeto Baixada tinha como objetivo principal a alfabetização de jovens e adultos da Baixada Fluminense, utilizando metodologias críticas e questionadoras. Essa abordagem se filiava ao pensamento de Freire, que defendia uma educação problematizadora, na qual os conteúdos eram apresentados de forma contextualizada, relacionando-se com a realidade dos educandos/as.

Segundo Freire, a educação problematizadora rompe com a dinâmica da palavra inautêntica, na qual esgota "a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, a palavra é transformada em palavra vazia, em verbalismo, blabláblá. Por tudo isto, alienada e alienante." (ibidem, p. 77) Dessa forma, o Projeto Baixada buscava estimular a reflexão dos educandos sobre sua própria realidade, levando-os a compreenderem os problemas sociais e políticos que os afetavam.

Andrade (1993) destaca que o Projeto Baixada valorizava a participação ativa dos educandos no processo educativo, em consonância com os princípios de Freire. Para Freire, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 2004, p. 21). Assim, a construção do conhecimento no Projeto Baixada ocorria por meio do diálogo e da troca de saberes entre educadores e educandos/as, integrando as experiências de vida dos/as participantes no contexto educacional.

Ainda considerando o trabalho de Eliane Andrade, dá para perceber que a parceria estabelecida entre o poder público, representado pela Fundação Educar, e as

entidades dos movimentos populares da Baixada Fluminense, também se alinhavam com a visão freireana de uma educação comprometida com a transformação social. Segundo Freire, "A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria história" (Freire, 1974, p. 7). Nesse sentido, as parcerias no Projeto Baixada permitiram a construção de um planejamento participativo e de um processo de gestão coletiva, no qual todas as decisões eram discutidas pelos representantes dos diferentes segmentos envolvidos.

Ao possibilitar a formação e profissionalização de educadores da Baixada Fluminense e a alfabetização de jovens e adultos, o Projeto Baixada visava não apenas à aquisição de habilidades básicas de leitura e escrita, mas também à formação de cidadãos conscientes e críticos (cf. Andrade, 1993). Essa proposta educacional estava alinhada com a perspectiva de Freire, que considerava a educação como um processo de libertação e transformação social.

Portanto, o Projeto Baixada, analisado na dissertação de Andrade (1993), apresenta uma abordagem educacional que está de acordo com o pensamento sobre educação de Paulo Freire ao valorizar a experiência dos educandos/as, promover a conscientização, estimular a participação ativa e buscar a transformação social por meio da educação. Nesta análise, é perceptível que há espaço para acrescentar análises produzidas a partir de práticas antirracistas. Mais ainda, se tomado o conhecimento construído na *práxis* por sua característica de constante reformulação e desenvolvimento. A partir de uma educação como prática da liberdade e de uma pedagogia da pessoa oprimida, que se propõe antirracista, o uso de palavras como: racismo, antirracismo, negra(o)(s) e preta(o)(s), bem como demais termos relacionados ao letramento racial, podem se tornar impulso para que o povo preto aprenda a dizer a sua própria palavra e a criar a partir de seu lugar de povo oprimido na sociedade brasileira, tomar o protagonismo e colaborar numa pedagogia do oprimido para o Brasil e, por conseguinte, na prática da liberdade.

Aqui, porém, não abordarei a alfabetização, mas o processo de letramento racial, fazendo assim um paralelo de como esse processo também se caracteriza como uma educação para liberdade.

Pedagogia do oprimido é uma obra fundamental para compreender a pedagogia crítica e libertadora, criada por Paulo Freire. A obra apresenta a crítica à educação

tradicional, que perpetua a opressão e a dominação dos oprimidos pelos opressores, e propõe uma nova forma de educação, que busca a libertação dos oprimidos e a transformação da sociedade.

A partir de uma perspectiva dialógica, o autor propõe uma educação que leve em consideração as experiências e vivências dos educandos/as, tornando-os/as sujeitos ativos no processo educativo. Nessa perspectiva, o diálogo é fundamental para que ocorra a aprendizagem, pois o educador não é detentor absoluto do conhecimento, mas sim um mediador entre o conhecimento e os educandos/as.

Conforme afirma Freire, "o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir dos sujeitos" (Freire, 1967, p. 45) que, buscando a libertação, tem na colaboração o seu fundamento. Por isso, pode-se compreender por que a problematização é o método por excelência do ensinar. "Não é possível que o educando se sinta em diálogo se o que ele diz não é levado em conta pelo educador, que se julga onisciente e, como tal, incapaz de aprender com o educando" (ibidem, p. 81). Ora, se tal pessoa no papel de educadora não exercitar sua reflexão crítica para compreender seu lugar de fala e também como o racismo influencia em sua prática, no ambiente escolar e, mais ainda, no círculo de cultura que é formado em sua sala de aula, não poderá levar em conta ou pelo menos expressar uma tentativa de interessar-se sobre o lugar de fala das pessoas no papel de educandas.

Além disso, a obra destaca a importância da problematização como método de ensino, que leva os/as educandos/as a refletirem criticamente sobre a realidade em que vivem, identificando as causas e as consequências da opressão e buscando formas de transformá-la.

O importante é que os/as educandos/as, envolvendo-se no processo de construção de saber, não se sintam como meros espectadores, mas como criadores. E que, apreendendo o saber construído, sejam capazes de recusar o fatalismo que decorre da aceitação de um saber dado e acabado.

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a "escola", autoritária por estrutura e tradição. (ibidem, p. 4)

A liberdade é requisito básico para sermos verdadeiramente humanos. A criatividade com a qual nascemos se revela nos construtivos tempos de ócio provindos do fato de apenas existirmos. Cada ser humano é único e indivisível e isto nos faz raros e preciosos. Por que não enxergamos a nós mesmos e aos outros assim? Para Paulo Freire, a liberdade é um conceito fundamental em sua teoria pedagógica e em sua visão de mundo. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, é possível inferir que a liberdade é uma condição necessária para a realização plena da humanidade, e que a educação é um caminho para alcançar essa liberdade.

Segundo Freire, a liberdade não é apenas a ausência de coerção ou de restrições externas, mas é um processo de conscientização e transformação interna. Ele defende que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada através da superação das estruturas de opressão, que impedem as pessoas de serem sujeitas de sua própria história. O racismo no Brasil e no mundo impede que os homens e mulheres se realizem plenamente e construam a própria história.

Para Freire, a libertação é um processo dialético que envolve a ação crítica e reflexiva dos oprimidos em relação à sua própria realidade, e que leva à transformação tanto da realidade objetiva quanto da subjetividade dos indivíduos. Ele afirma que a educação deve ser um processo de conscientização que leve os indivíduos a se tornarem sujeitos de sua própria história, capazes de agir no mundo de forma crítica e transformadora. Para que isso verdadeiramente aconteça precisamos apostar numa educação antirracista em todas as etapas de ensino brasileiro.

Dessa forma, a liberdade para Paulo Freire não é um estado passivo ou uma condição já existente, mas sim um processo de busca constante, que envolve a reflexão crítica sobre a realidade e a construção de uma nova forma de ser e de agir no mundo. Ele defende que a educação é um instrumento fundamental nesse processo de libertação, e que deve ser voltada para a formação de sujeitos críticos, conscientes e engajados na transformação da sociedade.

Em suma, para Paulo Freire, a liberdade não é um conceito abstrato ou meramente individual, mas sim um processo de conscientização e transformação social, que só pode ser alcançado através da superação das estruturas de opressão e da construção de uma nova forma de ser e de agir no mundo, pois, diante das atuais guerras pelo mundo (Ucrânia, Iêmen, Haiti, Síria, Afeganistão, etc) temos consciência de que *estamos* livres, mas não *somos* livres. Diante disto, é preciso que transgridamos

as regras racistas e fascistas dos governos e das elites que insistem em se colocar no lugar de poder. Nessa perspectiva, Paulo Freire e bell hooks dialogam sobre a função de uma educação que eduque de forma transgressora e libertária.

A visão de Paulo Freire sobre a liberdade é um tema central no livro *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*, da autora bell hooks. Nessa obra, hooks (2013) propõe uma abordagem pedagógica que busca superar as estruturas de opressão e promover a emancipação dos indivíduos, em consonância com os princípios defendidos por Freire.

Assim como Freire, hooks entende que a educação deve ser um processo de libertação, que capacita os indivíduos a se tornarem sujeitos críticos e capazes de agir no mundo de forma transformadora. Ela afirma que "o objetivo da educação é a liberdade" (hooks, 2013, p. 12) e que essa liberdade só pode ser alcançada através da conscientização e da transformação da realidade. Contudo, para libertar é preciso ser livre ou estar em contínuo processo de libertação individual e social. É por isso que todo/a educador/a deve sempre estar em formação continuada.

hooks propõe uma educação que valoriza a experiência dos/as alunos/as e busca estabelecer uma relação horizontal entre professores/as e estudantes, em que o diálogo e a troca de experiências são fundamentais. Ela afirma que "a prática educativa deve ser um exercício de liberdade e não de imposição" (hooks, 2013, p. 30) e que os estudantes devem ser estimulados a pensar criticamente e a questionar as estruturas de poder. Cabe aos educadores exercer seu magistério com base no diálogo humanista e não no autoritarismo.

A autora destaca ainda a importância da reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade. Ela defende que a educação deve ser voltada para a promoção da diversidade e da inclusão, e que os alunos devem ser incentivados a refletir sobre suas próprias identidades e sobre as formas como essas identidades são moldadas pelas estruturas de poder (cf. hooks, 2013, p. 74). Refletir sobre a História e Cultura africana e brasileira pode ser uma oportunidade para as/os alunos negras/os se perceberem como inteiramente humanos, e como os humanos que foram mais poderosos nos últimos 500 anos massacraram e exterminaram as identidades de seus ancestrais. E então, serem capazes de não se deixar moldar pelos estereótipos europeus de beleza, inteligência ou quaisquer ideias de superioridade.

Em síntese, a visão de Paulo Freire sobre a liberdade é trabalhada de forma

consistente e coerente por bell hooks em seu livro *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade*. Ambos defendem que a educação deve ser um processo de conscientização e transformação social, que promova a emancipação dos indivíduos e a superação das estruturas de opressão. As abordagens de Freire e hooks são complementares e dialogam entre si, formando um importante arcabouço teórico para a construção de uma educação crítica e transformadora.

Na obra em questão, hooks destaca a importância da reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade, como parte essencial de uma educação transformadora e emancipatória. hooks argumenta que a reflexão sobre a identidade é fundamental para que os indivíduos possam compreender e superar as estruturas de opressão presentes na sociedade de forma consciente e organizada.

Para a autora, a educação deve ser um espaço em que os estudantes possam refletir sobre suas identidades e sobre as formas como essas identidades são construídas socialmente. Ela afirma que "uma educação crítica deve começar com o reconhecimento de que as identidades são socialmente construídas e que a reflexão sobre essas identidades é um componente fundamental da educação" (hooks, 2013, p. 21). Consciência esta que deve perceber que tudo é orquestrado para manter as maiorias subalternizadas e controladas, enquanto sustentam com o peso e o suor de seus corpos as minorias privilegiadas.

A reflexão crítica sobre as identidades é importante porque permite que os indivíduos se tornem conscientes das formas como as estruturas de poder influenciam suas vidas. hooks destaca que "a educação deve ser um processo de conscientização que permita que as pessoas entendam as forças que moldam suas vidas e as vidas dos outros" (hooks, 2013, p. 22). Através da reflexão crítica sobre as identidades, os indivíduos podem compreender como as estruturas de poder atuam em suas vidas e nas vidas de outras pessoas e, dessa forma, estarem aptos a agir de forma propositiva..

Ao compreender, por exemplo, o lucro que as indústrias químicas adquirem com os produtos de alisamento nos cabelos crespos, as pretas brasileiras saberão como esta prática racista é lucrativa; perceberão, ainda, como a descaracterização de suas raízes as afasta de seus ancestrais para aproximá-las, caricaturalmente, do grupo branco colonizador. E, também, como serem quem, e como são, desestabiliza e amedronta os racistas revelados ou encobertos, pois um cabelo de preta alisado e controlado é socialmente aceito, porque apresenta a ideia de uma pessoa adaptada e

facilmente conduzida, já um cabelo crespo natural reforça a postura de insubmissão e resistência característica marcante do povo negro. Tais características incomodam devido ao fato de que se a população negra brasileira descobrir os benefícios da sua estrutura capilar saberá que por crescer pra cima o crespo traz a boa sensação de reduzir o calor pois não incomoda na testa, no pescoço e na orelha, permitindo a livre circulação do ar; o entrelaçamento dos fios torna-os fortes e resistentes à quebra e queda desnecessária e livre de forma diferenciada para cada pessoa. A verdade de fato libertaria e quebraria a indústria da beleza branca. Sem falar na visão machista da mulher “bela, recatada e do lar”, imposta pela sociedade patriarcal e racista.

A reflexão crítica sobre as identidades também é importante, porque permite que os indivíduos compreendam a diversidade presente na sociedade e atuem de forma inclusiva. hooks afirma que "a educação deve ser voltada para a promoção da diversidade e da inclusão, e os estudantes devem ser incentivados a refletir sobre suas próprias identidades e sobre as formas como essas identidades são moldadas pelas estruturas de poder" (hooks, 2013, p. 74). As características físicas como baixo, alto, gordo, magro, cabelo crespo ou ralo, sempre foram motivos de bullying nas escolas e na sociedade. Porém, a homofobia, o racismo e o desamparo à pessoa com deficiência nunca foram discutidos como crime, só agora. A reflexão crítica sobre as identidades permite que os indivíduos compreendam as diferenças culturais e sociais presentes na sociedade e possam agir para promover a inclusão e o respeito às diferenças.

Além disso, a reflexão crítica sobre as identidades é importante porque permite que os indivíduos questionem as estruturas de poder presentes na sociedade. hooks destaca que "os estudantes devem ser incentivados a questionar as estruturas de poder que moldam suas vidas e a buscar alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária" (hooks, 2013, p. 74). Através da reflexão crítica sobre as identidades, os indivíduos podem compreender como as estruturas de poder atuam em suas vidas e nas vidas de outras pessoas e podem buscar alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária.

Portanto, a reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade é fundamental para uma educação transformadora e emancipatória. Ela permite que os indivíduos compreendam as estruturas de opressão presentes na sociedade e atuem para promover a mudança.

O racismo é um problema estrutural na sociedade que afeta a construção das

identidades e as relações de poder, além de ser um obstáculo para a educação como prática da liberdade. Em seu livro aqui referido, bell hooks aborda a importância da reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade, e como o racismo influencia nesses aspectos. Um ser humano excluído e menosprezado não tem condições psíquicas de se desenvolver plenamente, pois lhe é negado o direito fundamental de ser quem se é.

Para hooks, a reflexão crítica sobre as identidades deve levar em conta o impacto do racismo na construção das mesmas. Segundo ela, "a reflexão sobre a identidade deve incluir o exame das maneiras pelas quais o racismo molda a identidade" (hooks, 2013, p. 33). O racismo afeta a construção das identidades, já que é um sistema de opressão que classifica as pessoas com base em sua raça, cor da pele e outras características físicas, e atribui valores e privilégios de acordo com essas classificações.

Imaginemos a borboleta azul se sobrepondo à borboleta amarela. Ambas são borboletas e não é a cor que muda a realidade na qual estão inseridas. A insanidade mental, provocada pelo racismo na mente do homem branco, o faz acreditar e propagar que sua cor o torna superior ao homem preto e às pessoas de "outras cores", nas relações em geral: de trabalho, culturais, científicas, religiosas etc. É comum se acreditar de tal forma nesta inverdade que se passa a valorizar mais as artes, as ciências e as produções europeias e estadunidenses, do que as orientais, as africanas, e as da América Latina, inclusive as brasileiras. Isto se verifica nas informações inseridas nos livros didáticos antigos e atuais.

Além disso, o racismo afeta as relações de poder na sociedade, perpetuando a desigualdade e a opressão. hooks destaca que "o racismo é uma estrutura de poder que opera em todas as instituições da sociedade" (hooks, 2013, p. 29). Ele se manifesta em todas as áreas da vida, desde a educação até o mercado de trabalho, e perpetua a exclusão e a marginalização de grupos raciais minoritários.

Por fim, o racismo também é um obstáculo para a educação como prática da liberdade, já que a liberdade só pode ser alcançada quando todas as pessoas têm acesso aos mesmos recursos e oportunidades. hooks afirma que "a educação deve ser vista como um processo de libertação, mas o racismo e outras formas de opressão impedem a conquista da liberdade" (hooks, 2013, p. 33). O racismo impede que as pessoas tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades, limitando sua capacidade de se

libertar das estruturas de opressão presentes na sociedade. Para que tal realidade se modifique é preciso educar para a liberdade com base numa educação antirracista, democrática e inovadora.

Portanto, a reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade deve levar em conta o impacto do racismo, que afeta a construção das identidades, perpetua a desigualdade e a opressão e é um obstáculo para a educação como prática da liberdade. É fundamental combater o racismo em todas as suas manifestações para promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades. A educação transformadora e emancipatória deve levar em conta a luta contra o racismo como uma de suas principais metas, para que a liberdade seja alcançada para todas as pessoas. Os povos negros e indígenas brasileiros tem o direito e o dever de resgatar a própria história com o apoio da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. E fazer com que esse movimento que vem aprendendo seja verdadeiramente histórico – ensine a sociedade brasileira a também aprender e se abrir a transformações.

Nilma Lino Gomes, em seu livro *O Movimento Negro Educador*, também aborda a importância de refletir sobre as identidades e as relações de poder na sociedade, e como o racismo afeta esses aspectos. Gomes destaca a importância da educação como ferramenta para a transformação social e como o movimento negro tem lutado por uma educação mais justa e igualitária, que leve em conta as especificidades das populações negras. Somos o resultado das lutas de nossos ancestrais e são nossas ações unificadas que produzirão o futuro que almejamos. Os dominadores não nos darão a liberdade que sonhamos nem tampouco a vida que merecemos.

Assim como hooks (2013), Gomes também destaca a importância de reconhecer o impacto do racismo na construção das identidades e nas relações de poder na sociedade.

Segundo Gomes, "a população negra sofreu, e ainda sofre, com a construção de uma identidade negativa, que naturaliza a desigualdade racial, invisibiliza as contribuições da população negra para a formação do país e limita suas possibilidades de vida" (Gomes, 2017, p. 34). O racismo, portanto, afeta a construção das identidades e perpetua a desigualdade.

Além disso, Gomes destaca que o movimento negro tem lutado por uma

educação mais inclusiva e antirracista, que leve em conta as especificidades das populações negras. Segundo ela, "a luta do movimento negro por uma educação mais justa e igualitária se baseia na construção de uma educação antirracista, que reconheça a diversidade cultural do país e a contribuição das populações negras para a formação da sociedade brasileira" (Gomes, 2017, p. 23). É fundamental que a educação leve em conta as especificidades das populações negras e trabalhe para combater o racismo, para que a liberdade seja alcançada para todos.

Portanto, tanto em *Ensinando a transgredir* de bell hooks quanto em *O Movimento Negro Educador* de Nilma Lino Gomes, é destacada a importância da reflexão crítica sobre as identidades e as relações de poder na sociedade, e como o racismo afeta esses aspectos. A educação transformadora e emancipatória deve levar em conta a luta contra o racismo como uma de suas principais metas, para que a liberdade seja alcançada para todas as pessoas, e trabalhar para combater o racismo em todas as suas manifestações.

Diversas são as causas pelas quais o povo pobre tem que se defender. "A luta do movimento negro é a luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o capacitismo e todas as formas de opressão que ferem a dignidade humana." (Gomes, 2017, p. 11). Em *Movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*, Nilma Lino Gomes apresenta uma análise crítica sobre a relação entre a luta do movimento negro e a educação no Brasil. A obra destaca a importância da perspectiva racial na construção de políticas educacionais que considerem as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira e que promovam a igualdade de oportunidades. Não podemos continuar vivendo sob o manto do mito da democracia racial que busca mascarar a violência gratuita e diária que a população negra sobrevive diariamente em nosso país.

A educação é um campo privilegiado para a luta por igualdade racial. Ela é a instituição social por excelência responsável pela produção e reprodução de conhecimentos, valores, saberes, práticas e atitudes. (Gomes, 2017, p. 26)

Para a autora, a educação é um campo privilegiado para a luta por igualdade racial e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, é fundamental que sejam criados espaços para a discussão sobre a temática racial nas escolas e universidades, promovendo a reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana.

O conhecimento negro precisa ser valorizado, a fim de que possamos construir uma história da humanidade que inclua a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para o desenvolvimento da humanidade. (Gomes, 2017, p. 80)

Além disso, a obra destaca a importância de valorizar o conhecimento produzido pelos povos negros, reconhecendo a sua contribuição para o desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, é fundamental que a educação promova a valorização da cultura e da história afro-brasileira e africana, bem como a inclusão de saberes tradicionais nas práticas pedagógicas.

A educação antirracista e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária são responsabilidades de todos nós, educadores, educandos, gestores, familiares e toda a sociedade. (Gomes, 2017, p. 115)

Em síntese, *Movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação* é uma obra fundamental para compreender a relação entre a luta do movimento negro e a educação no Brasil. A autora destaca a importância da perspectiva racial na construção de políticas educacionais que considerem as desigualdades sociais existentes e que busquem promover a igualdade de oportunidades. Além disso, a obra destaca a importância de valorizar o conhecimento produzido pelos povos negros e promover a reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana.

As obras *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, e *Movimento negro educador*, de Nilma Lino Gomes, apresentam reflexões importantes sobre a relação entre educação e emancipação social. Embora abordem referências distintas, ambas obras destacam a importância da perspectiva crítica na construção de políticas educacionais que considerem as desigualdades sociais existentes em cada sociedade.

Tanto Freire quanto Gomes, partem da premissa de que a educação é um campo privilegiado para a luta por igualdade e justiça social. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire destaca que a educação não pode ser vista como uma prática neutra e que, na verdade, é um processo político que envolve relações de poder. Segundo ele, a educação pode ser um instrumento de libertação ou de opressão, dependendo de como é concebida e praticada.

Gomes, por sua vez, destaca que a educação é uma instituição social responsável pela produção e reprodução de conhecimentos, valores, saberes, práticas e

atitudes. A autora ressalta que é fundamental que sejam criados espaços para a discussão sobre a temática racial nas escolas e universidades, promovendo a reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana. Nesse sentido, ela defende a inclusão de saberes tradicionais nas práticas pedagógicas e a valorização do conhecimento produzido pelos povos negros.

Ambas as obras, também destacam a importância da luta contra todas as formas de opressão que ferem a dignidade humana. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire defende a luta contra a opressão como um processo de humanização. Para ele, a libertação dos oprimidos e a construção de uma sociedade justa e igualitária dependem da superação das estruturas de opressão.

Gomes, por sua vez, destaca que a luta do movimento negro é a luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o capacitismo e todas as formas de opressão que ferem a dignidade humana. Para ela, a educação antirracista e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária são responsabilidades de todos nós, educadores, educandos, gestores, familiares e toda a sociedade.

Em suma, as obras *Pedagogia do Oprimido* e *Movimento negro educador* apresentam reflexões fundamentais sobre a relação entre educação e emancipação social. Ambas, destacam a importância da perspectiva crítica na construção de políticas educacionais que considerem as desigualdades sociais existentes em cada sociedade e a luta contra todas as formas de opressão que ferem a dignidade humana. Afinal, somos todos humanos, e deveríamos ser detentores dos mesmos direitos e deveres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou a ausência da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 por parte da Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo, já que não há orientações claras e objetivas em seus documentos para as Unidades Escolares do município. Algumas unidades escolares realizam ações pontuais no mês de novembro, em função de 20 de novembro, dia da Consciência Negra. Contudo, é sabido que, durante todo o ano letivo, muitos conflitos se dão, tratados como “bullying”, quando na verdade representam atitudes racistas não-nomeadas corretamente.

Ainda impera o mito da democracia racial, que afirma que as questões das

desigualdades não se dão necessariamente pela cor/raça dos indivíduos empobrecidos e sim por suas inaptidões e esforços para o estudo e para o mercado de trabalho. O município tem marcas territoriais da presença negra e indígena desde sua origem, porém, os munícipes pouco sabem da sua história e sofrem as consequências da sua segregação racial, com a ausência de saneamento básico, acesso a água e luz, transporte em quantidade e eficiência, moradia digna, postos de saúde e educação pública de qualidade.

A violência urbana imposta pelo mundo do tráfico e das milícias silencia a população diante das óbvias situações de corrupção, descasos sociais, pouca oferta de bens e serviços essenciais à boa qualidade da vida humana. O povo resiste “dando jeitinhos” para viver e sobreviver na realidade como ela se apresenta, seja pedindo favores aos seus “padrinhos” seja se sujeitando “às novas ordens”, com ligações clandestinas de luz, internet, tv a cabo etc. Os projetos sociais são quilombos de resistência em meio à tirania racista da ordem imposta. São lugares de encontro com a arte, com a irmandade negra, com os saberes ancestrais, com as aprendizagens humanas, com as medicações naturais, com as brincadeiras populares, com as diversas manifestações folclóricas e com as inúmeras religiosidades e não-crenças. São Movimentos Negros Educadores!

A *Obra Social Crescendo Juntos* resiste colocando-se ao lado das crianças e adolescentes pretas/pardas do território de Vila Pauline, com recursos próprios e blindados pela coragem dos próprios moradores.

O *Mais Por Nós* atua com os bens doados pela própria comunidade-bairro, unidos à alegria, à força e ao trabalho dos/as jovens universitários/as que, após serem beneficiados/as pelas políticas afirmativas, fruto da luta do movimento negro, compreenderam que a realidade só se modifica quando os excluídos se unem por eles mesmos.

O *Centro Cultural Donana* anima com sua arte contra-colonial, incentivando artistas do povo belforroxense a acreditarem no seu protagonismo para compreenderem que devem ser agentes ativos ao interagir com a cultura e não agentes passivos ao apenas internalizarem a “cultura” oferecida pela televisão, pelas rádios, pelas tvs abertas e fechadas.

O *Instituto Candace* permanece dando vez e voz às mulheres marcadas pela cor e pelo gênero, incentivando-as a reescrever as suas próprias histórias, individual e

coletivamente, enfrentando juntas as dores e os medos de se viver em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. E o *Pré Vestibular Paulo Freire* segue formando e apoiando jovens periféricos a realizar os seus sonhos pessoais e profissionais na vida pessoal e acadêmica, dentro e fora do território municipal.

O mestre Paulo Freire, em sua escrita sobre educação como prática libertadora, evidencia que o opressor nunca dará as armas para que o oprimido se liberte. Logo, cabe-nos lutar para que os povos negros e indígenas, escravizados e oprimidos durante séculos, continuem lutando, resistindo e alcançando o que necessitam e almejam, e não o que querem nos oferecer.

A verdadeira educação, formal ou informal, será aquela que leve o indivíduo a ser o que ele almeja, e não que possa interessar aos poderosos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Ed. Jandaíra Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

ALMEIDA, S. L. de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRADE, E. R. *Nos limites do possível: uma experiência político-pedagógica na Baixada Fluminense*. 1993. 106f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

AUGUSTO DOS SANTOS, Sales (Org). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação : UNESCO, 2005. Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_amer_icas.pdf>. Acesso em: 16 abr 2023.

_____. *A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro*. In: *BRASIL*. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

BARBOSA, Thatiana. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 01 jun. 2022.

BATISTA, Américo José. *Visão de um novo olhar - Fatos e fotos da Cidade do Amor*. 1ª edição. 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva e Carone, Iray. (Orgs). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis. RJ: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programa e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2007.

_____, Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003. In: Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. MEC/SECAD. 2005.

_____. *Estatuto da igualdade racial [recurso eletrônico]* : Lei nº 12.228, de 20

de julho de 2010, e legislação correlata. – 3. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 120 p. – (Série legislação ; n. 115) Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/governadorvaladares/extensao/neabi/lei-n-12288-2010-estatuto-igualdade-racial_3ed.pdf>. Acesso em: 6 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. Plano de ações Articuladas (PAR): instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília : MEC/SEF, 1998. 174 p.

BOMFIM, Leila Aparecida. *Projeto social: um objeto de estudo construído na teia de suas significações sociais*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.47.2010.tde-16042010-111448. Acesso em: 2023-01-17.

CALDAS, Neila. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 19 jul. 2023.

CARACTERÍSTICAS gerais dos domicílios e dos moradores 2019. *Informativo PNAD Contínua*. 2020. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf. Acesso em 19 de março de 2021.

COMITÊ para Eliminação da Discriminação Racial publica conclusões sobre Brasil. Nações Unidas Brasil, 2023. Brasília, 05 dez. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/210228-comit%C3%AA-para-elimina%C3%A7%C3%A3o-da-discrimina%C3%A7%C3%A3o-racial-publica-conclus%C3%B5es-sobre-brasil>>. Acesso em 22 Abr 2023.

CUNHA, L. A. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo/Brasília/Niterói: Cortez/FLACSO/ ED DEMARCAÇÃO de Terras. Disponível em: www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-Acesso em 15 de março de 2021.

DELORS, Jacques (Coord.). *Os quatro pilares da educação*. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. 1999. p. 89-102.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. v. 1. São Paulo: Ática, 1978.

FONSECA, Stevie. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 25 jul. 2022

FREIRE, Paulo. *Educação com prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Educação e mudança*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Ideologia e educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982bUFF, 1991.

FREITAS, Hellen. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 02 set. 2022.

GADOTTI, M. *Educação e poder; introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *Educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALVÃO, Izabel. *Cenas do cotidiano escolar: conflito sim, violência não*. Petrópolis, Vozes, 2004.

GOMES, Nilma Lino. *A força educativa e emancipatória do Movimento Negro em tempos de fragilidade democrática*. Revista Teias, [S.l.], v. 21, n. 62, p. 360-371, set. 2020. ISSN 1982-0305. Disponível

em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49715>>.

Acesso em: 08 set. 2022.

_____. *Cultura negra e educação*. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago, 2003, n. 23. p. 79.

_____. *Educação e Identidade Negra*. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S. l.], v. 9, p. 38-47, 2002. DOI:

10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível

em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 8 set. 2022.

GONZALES, Lélia; HALSENBALG, Carlos. *Lugar de negro* (Coleção 2 pontos). Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. EdUFMG. BH. 2003

HINOS DE CIDADES 2022. *Hino De Belford Roxo*. Disponível

em: <<https://www.letras.com.br/hinos-de-cidades/hino-de-belford-roxo-rj>>. Acesso em: 6 set. 2022.

IBGE. *Sinopse do censo demográfico: 2010* / IBGE. -Rio de Janeiro. IBGE, 2010.

LAU, George. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 27 jul. 2022.

LURIA, A. R. *Desenvolvimento cognitivo*. São Paulo: Ícone, 1990.

MARSHALL, T. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. *Progestão: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola?* Brasília: Consed, 200.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. 2 ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

MEC – Cadernos Temáticos – Educando para as relações étnicas – raciais. *Diretrizes Curriculares do Ensino de História*. Curso: Educação, Africanidades: Brasil – MEC – 2006.

MINISTÉRIO Público de Portugal. *Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa: Conferência Europeia contra o Racismo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 2007.

MINISTÉRIO Público do Rio de Janeiro. *Plano Municipal de Educação Belford Roxo*. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo – SEMEST, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 set. 2022.

MUNANGA, Kabenguele. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas*. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43 Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/515/464>>. Acesso em: 6 set. 2022.

_____, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1999.

_____, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de Hoje*. 1. ed. São Paulo: Global / Ação Educativa, 2006.

NADAI, Elza (1992). *O ensino da História no Brasil: trajetórias e perspectivas*. Revista Brasileira de História, vol. 13, nº 25.

NASCIMENTO, Abdias do. *O negro revoltado*. 2ª edição, Nova Fronteira. RJ. 1982.
 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 06 set. 2022.

NASCIMENTO, Dida. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 04 set. 2022.

PACHECO, Jairo Queiroz, SILVA, Maria Nilza (orgs.) *O negro na Universidade - o direito à inclusão*. Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares Brasília, DF: 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. *Trajetória e perspectivas do Movimento Negro brasileiro*. 2ª edição. Editora Nandyala. BH. 2008.

_____. *História e Cultura Afro-Brasileira: parâmetros e desafios*. In Revista Espaço Acadêmico nº 36-Maio/2004

PEREIRA, A. M e SILVA, J. *Olhares sobre a preparação brasileira para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*. Editora Nandyala-Belo Horizonte e Fundação Cultural Palmares. Brasília. 2013

PIAGET, J. *Psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1958.

_____. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Forense, 1970.

_____. *Epistemologia genética*. Petrópolis, Vozes, 1971.

PEREIRA, Rayane.. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 02 set. 2022.

PINTO, Eliete. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 03 out. 2022.

RIBEIRO, Mara.. Entrevista concedida a Jane Quintino Pinto. Belford Roxo, 04 set. 2022

RIO DE JANEIRO. *Câmara Municipal de Belford Roxo. Lei Orgânica Municipal de Belford Roxo*, Belford Roxo, RJ, 1993.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4ª ed. 1976. Cia Editora Nacional. SP.

SÁ, Talita; SÁ, Wellington. *Novo Hino de Belford Roxo*. Câmara Municipal de Belford Roxo. Disponível em: <<https://www.letras.com.br/hinos-de-cidades/hino-de-belford-roxo-rj>>. Acesso em: 6 set. 2022.

SALES, T. *Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira*. In: ANPOCS, Rev. Bras. de Ciências Sociais (25), 1994.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1988.

SEYFERTH, Giralda. *Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização*. In Raça, Ciência e Sociedade. CHOR MAIO, Marcos e VENTURA SANTOS, Ricardo. FIOCRUZ/CCBB. RJ. 1996.

_____. *As Ciências Sociais no Brasil e a questão racial*. Em Cativeiro e Liberdade. Birman P, da Silva, J e Wanderley, R. (Orgs). UERJ. 1989.

SILVA, T. M. N. *A construção do currículo na sala de aula: o professor como pesquisador*. São Paulo: EPU, 1990.

SILVA, Tainan Maria Guimarães. *O colorismo e suas bases históricas discriminatórias*. Bahia, UFBA disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/4760/3121>>. Acesso em: 6 set. 2022.

SILVA, Silvio José Albuquerque e. *Combate ao racismo* / Silvio José Albuquerque e Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/449-Combate_ao_Racismo.pdf>. Acesso em: 16 abr 2023.

SPOSITO, Marília Pontes. *A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade*. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 5(1-2): 161-178.

TEIXEIRA, A. *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Manifesto dos pioneiros de 1932. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, s/d.

UFRJ. *Políticas Migratórias no Brasil: Uma análise das intervenções governamentais no processo de formação do mercado de força de trabalho*. Rio de Janeiro: PUR/ UFRJ Planejamento Urbano e Regional, 1984.

VAINER, Carlos B. *Estado e raça no Brasil. Notas exploratórias*. In: Cadernos Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA. Rio de Janeiro: n.º. 18, 1990, p. 103-118.

VIGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE A

Transcrição Thatiana Barbosa- Membro da SEMED de Belford Roxo- entrevista concedida de forma presencial em 01/06/2022

Eu, Tatiana Barbosa da Silva, autorizo a Mestranda, Jane Quintino Pinto, a utilizar o material gravado como fonte de pesquisa na sua dissertação de Mestrado. Sou Tatiana Barbosa da Silva pedagoga formada pela UERJ FEBEF de Duque de Caxias, especialista em educação etnico-racial. Formada pela USP, pela USP, não pela UFF. Mestre em educação pela Rural (UFRRJ), pesquiso educação de jovens e adultos e a questão etnico-racial, educação étnico-racial. É aqui na EJA do município de Belford Roxo, onde 65% dos alunos são negros, atendendo a necessidade desse público. Em 2018, a educação de jovens e adultos na Secretaria de Educação através da divisão de Educação de Jovens e Adultos, pela qual respondo - propôs o estudo do livro quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus, onde indiretamente foi trabalhada a questão racial na EJA. 2022, aí já está efetivamente, estudando a questão racial através do projeto sobre a vida de Luís Gama, divisão de Educação de Jovens e Adultos propôs para as escolas de EJA o projeto somos maiores do que nossas cicatrizes: a poesia como prática de liberdade da luta através da luta e da resistência de Luiz Gama. Em 2000 e Desde 2005 a 2017/2018 existia um trabalho bastante consistente, e regular acerca da implementação da Lei 10639/03 no município, né. Quem estava na frente era o professor Inácio Estela e a professora nova era Sueli, que realizava formações voltadas para essa temática, mensalmente e esse trabalho foi paralisado por um período da pandemia período pandêmico com a saída delas da secretaria. Em 2022 esse trabalho está sendo retomado, pelo departamento... pela divisão de projetos, e está prevista para o dia 14 de junho uma reunião. Não, é uma formação de professores sobre educação antirracista, então é possível a gente entende que esse trabalho vai ser retomado pelo setor responsável.

Transcrição Neila Caldas - diretora de escola Estadual- entrevista concedida de forma presencial em 19/07/2023.

Meu nome é Neila Teixeira Caldas, sou diretora da Escola Estadual Vital Brasil, autorizo a pesquisadora Jane Quintino Pinto a utilizar essa pesquisa no seu Projeto de Mestrado. Então o nosso projeto aqui pedagógico é, nessa área voltada para a Educação antirracista infelizmente ele não atende muito bem, porque e aí eu quero começar dizendo pra você o seguinte: infelizmente nós temos algumas deficiências e aí uma que eu julgo muito importante é a questão de deficiência de pessoal. A nossa equipe ela é formada por mim, diretora geral, o diretor adjunto Leandro e a coordenadora pedagógica Margareth. Nós não temos uma orientadora Educacional, OE, que é que teria que ter contato com os alunos e os responsáveis dos alunos; nós não temos um inspetor de alunos; é , nós temos apenas um porteiro pra trabalhar durante todo o período, então assim ele escolhe: ou ele trabalha chega mais tarde pra conseguir fechar a escola com o diretor ou ele vem mais cedo pra abrir a escola comigo. Então aqui nós temos que nos desdobrar pra conseguir realizar um trabalho minimamente

aceitável. Nós até temos o Projeto, a gente planeja, a gente tenta fazer, nossa essa equipe que, eu tenho muito que agradecer a Deus, pela equipe maravilhosa, a gente se desdobra assim, a gente faz coisas que, com muito esforço, mas a gente não consegue colocar em prática um projeto que dê tanto resultado. E aí assim a gente, está sempre todos os professores a gente coloca esse tema, está na nossa pauta, está no nosso Projeto Político Pedagógico, todos os professores tem assim uma visão muito atenta com relação a essas questões de preconceito e eu também, sempre que a gente percebe algum tipo de discriminação, algum tipo de “brincadeira” que tem um fundo preconceituoso a gente chama a criança, a gente conversa. E aí assim inicialmente eu tenho o cuidado muito grande de explicar pra ele porque as vezes a criança ela pratica esse tipo de coisa e não sabe - como você mesmo disse- ela nem está ciente da gravidade daquilo que ela está fazendo porque está muito incutido já na sociedade e as vezes ele reproduz sem nem entender o que está acontecendo. Então a gente tem esse cuidado de estar trabalhando com eles tentando desenvolver neles essa consciência de que está fazendo algo que não é legal e que a gente precisa combater esse tipo de coisa. Então a gente consegue na maioria das vezes resolver esses conflitos dessa forma.

Com relação ao Projeto em si, a gente realiza sempre que possível, sempre que tem uma brechinha a gente está colocando o tema em questão com palestras, com atividades mesmo voltadas pra isso, mas infelizmente se resume a isso. E no final em novembro que já é uma exigência da SEEDUC, Secretaria Estadual de Educação, a gente realiza sempre uma culminância com o projeto, uma coisa mais específica voltada pra esse tema. É isso. Infelizmente gostaria muito de poder falar pra você contar uma experiência maravilhosa, mas...

Jane :Qual o nome do projeto?

Há cada ano a gente realiza um específico por conta da data de Zumbi... e há cada ano o projeto tem um nome específico.

Jane: Em relação às lei 10639/2003 e 11.645/2008. Essas discussões são feitas somente nas Arte e em História ou você compreende que é dever de todas as disciplinas na escola? Todas as disciplinas. Na verdade assim a gente trabalha em todas as disciplinas, mas a gente tem um ponto focal na escola que é a professora Patrícia Barreto. Essa professora ela fica responsável por mobilizar todos os professores, todos os alunos sobre esse tema.

Jane: A SEEDUC oferece algum material, algum recurso pra vocês, livro didático, material de apoio, formação?

Sim, sim, Esporadicamente enviam algumas obras relacionadas a esse tema sim. Inclusive que falar sobre o Projeto desse ano, Esse ano a gente vai fazer, a gente já está vendo, a Patrícia a professora focal ela já está trabalhando aí a gente vai fazer um projeto em novembro relacionado a este tema e a gente vai trabalhar a questão das tranças. Nós temos uma aluna aqui e a ideia começou justamente por ela, né que vai ter desfile sobre a moda, né? E aí ela trabalha... Nossa menina você tem que ver as tranças que ela faz que coisa maravilhosa e aí a gente está começando a trabalhar sobre isso.

Jane: E o projeto tem nome?

Tem. Eu vou confessar pra você que eu não lembro, desculpa, é muita coisa. E aí assim a gente vai trabalhar isso.

Jane: Tudo bem, se depois eu puder dar uma olhada no PPP da escola para me apropriar melhor.

Transcrição Hellen Freitas e Rayane Pereira - Projeto Mais por nós -entrevista concedida online em 02/09/2022

Meu nome é Hellen, tenho vinte e dois anos, sou estudante de psicologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) componho o Instituto mulheres negras fazendo ciência do estudo de comunicação da UFRJ também, em parceria com o CEFET Maria da Graça, é isso. Autorizo essa gravação para fins de pesquisa, mestrado de Jane Quintino Pinto. Falando sobre o projeto. É, então o projeto começou a partir de uma iniciativa da Rayane, que é também uma das fundadoras do Projeto Mais por Nós. Então o Mais por Nós, ele se inicia no ano a pandemia em 2020, em março, bem no início da pandemia mesmo. Foi uma necessidade que a gente viu durante a pandemia, aí, durante o isolamento. O que já era difícil antes, o acesso, né... das pessoas da Baixada ao emprego, a renda em si. E com o isolamento essas pessoas foram as mais impactadas. Aí a gente viu uma grande necessidade, uma grande vulnerabilidade aqui no nosso bairro e a gente decidiu, a partir desse incômodo, fazer alguma coisa e a partir desse incômodo nasceu o projeto. E já era um sonho da Rayane fazer alguma coisa no bairro, na comunidade local, ali onde ela nasceu. E eu sempre tive vontade também de.. de construir alguma coisa com ela. E aí, com a pandemia, a gente acabou se direcionando nesse sentido. E aí, a gente começou a fazer um movimento solto assim, pelos bairros de.. de São Bernardo, Barro Vermelho, Santa Maria e Santa Amélia. E a partir dali procurar as casas; ver como é que tava a situação; a vulnerabilidade das pessoas; quem podia doar e quem tinha necessidade de receber: uma cesta básica, um kit de limpeza . Como que tava até mesmo a relação dessas pessoas, o acesso à informação, né, sobre as medidas que foram feitas durante a pandemia. Porque muita gente também não sabia daqueles auxílios que as pessoas recebiam, que as pessoas tinham direito. A gente encontrou muitos aposentados que nem recebiam os seus benefícios e que estavam passando fome mesmo. Diante disso, a gente viu que era um contingente de pessoas muito grande, que a gente não ia conseguir abarcar toda essa situação e a gente decidiu atuar diretamente no Sem Terra, que é uma comunidade ainda em formação, né. Essa comunidade se iniciou ali no final dos anos 90, início de 2000 com a divisão, a emancipação de Belford Roxo, né. Porque antes, Belford Roxo, ele fazia parte de Nova Iguaçu e, depois disso, quando houve a emancipação, muitas pessoas nesse processo ficaram sem casa, sem moradia e essas pessoas se viram obrigadas a se dirigirem aos morros. E aí nesse processo, um desses morros, né. Se tornou o Sem teto. E antes, era mesmo lugar sem ninguém, era somente um morro mesmo. E aí essas pessoas começaram a se dirigir para lá... e construir casas e tudo mais... mas é uma região de muita vulnerabilidade e eu costumo dizer, até mesmo de esquecimento. Mas, a gente percebe também, que os sem terra, ele faz parte de um projeto político de morte, né... das pessoas periféricas, as pessoas pretas. Porque até hoje muitas ruas do sem terra se quer são cadastradas na prefeitura, nem existem no mapa. Então lá não chega carta, lá não existe né, para as autoridades é um bairro que não existe, mas a gente sabe que para polícia esse lugar existe. Porque, quando tem operação policial, quando tem algum tipo de confronto, é lá que eles estão e é lá que muitos jovens morrem. Então a partir disso a gente... a gente decidiu atuar lá. Já que era um lugar esquecido e a gente via muitas crianças de lá nas ruas pedindo alimento, pedindo algum tipo de ajuda. E aí a gente resolveu atuar lá diretamente. Até porque é... poderia, poderia ser eu lá no sem terra... poderia ser a Rayane lá no sem terra, né. A nossa história é diferente, mas a gente entende que estando aqui nesse lugar em Belford Roxo e tão próximo ao Sem Terra, a nossa

história poderia ser parecida, muito mais parecida com a deles. E aí a gente começou então, lá no sem Terra, atendendo 25 famílias e a partir daí né, começou toda... toda uma conversa com a localidade mesmo: com os comércios locais, com as pessoas que já conheciam a Rayane, que já em conheciam e aí, pessoas próximas mesmo, começaram a se interessar, e querer fazer parte, né. No começo o projeto começou, meio que, como uma rede de solidariedade, mas a gente entende também que o projeto não é solidariedade, o projeto não é caridade. O projeto é uma ação coletiva da comunidade para a comunidade, né. E a gente espera assim - eu pessoalmente espero - que o projeto seja também uma ferramenta de organização daquele espaço, para criar autonomia. Para que eles possam se mobilizar, para poder juntos, né... buscar o que eles precisam e o que eles quiserem. Mas que seja ali só mesmo uma esperança para eles olharem pensar, poxa.. a gente pode se organizar e a gente pode conseguir fazer outras coisas e que é possível isso acontecer. E aí, a partir daí as famílias começaram a aumentar. Porque na pandemia muitas pessoas quiseram ajudar, né. Também na pandemia causou uma grande comoção e muitas pessoas quiseram ajudar, muitas pessoas quiseram fazer alguma, fazer o bem pelas pessoas né. Mas também, a gente costuma dizer que não só na pandemia, não só no natal, não só nos momentos de grandes comoções, as pessoas estão passando fome. As pessoas passam fome.. fome o ano inteiro e elas precisam o ano inteiro, né. E aí o tempo foi passando e a gente se mobilizando, né. No começo a gente arrecadava os alimentos batendo de porta em porta. A gente batia de porta em porta... a gente pedia alimento às pessoas. A gente falava: olha tem um projeto social para o Sem Terra, e a gente tá aqui para pedir alimento e montar cesta básica. Você pode ajudar ou você precisa de ajuda? E aí, a partir disso, a gente nesse movimento... o projeto começou. Primeiro 25 famílias, 25 cestas básicas, depois 50, depois 75, 80 e hoje são 120 famílias. A gente infelizmente. E aí a partir disso o projeto foi chegando a 120 famílias assistidas. E também a gente realizou outras ações, né. Foi o Dia das Crianças; Natal; Páscoa, porque também a gente entende que as crianças e a comunidade, eles... eles precisam não só... também, assim... não eles precisam. É difícil também, a gente dizer o que eles precisam, mas a gente, como coletivo organizado da própria comunidade, a gente também quer ser uma rede de afeto. Porque chegar lá numa criança e dar um ovo de páscoa, é muito mais do que você dar um chocolate. É você dizer para elas, que naquela data simbólica, onde as pessoas estão comemorando, a gente também quer comemorar junto com elas, sabe. A gente também quer... quer dar um carinho a elas, quer dizer para elas que nós não esquecemos delas. Que tem pessoas que não esquecem delas, que sabem que elas estão ali e que a gente gosta delas, que a gente quer dar, sabe... para fazer alguma coisa por elas. Isso também é afeto, isso também é autoestima delas. Isso também é dizer pra elas que as crianças podem ser crianças, podem brincar. E a gente fica ali pulando corda, pintando o rosto, sabe. É dizer, também, que mesmo daquela periferia, num lugar difícil - porque eles vivem coisas ali que muitas pessoas com 30, 40, 60 anos nunca viveram na vida. Como que essa infância, ela é, também assim, adormecida. Aquelas crianças têm que virar adultos muito rápido. Crianças ali de 12 anos, já tomam o lugar de uma dona de casa. Que quando uma mãe sai para trabalhar, quando os pais saem para trabalhar elas têm que assumir a posição mais velho. Porque tem outros irmãos ali que elas precisam tomar conta e dar comida e ver como é que tá. Então essas crianças às vezes esquecem que são crianças, esquecem o que é brincar. A responsabilidade toma esse lugar delas e, enfim. Aí o projeto também, a partir dessas ações, ele quer ser essa intervenção de afeto na comunidade. Hoje, a gente não consegue mais assistir a essas 120 famílias com cesta básica, porque o projeto é um projeto independente. Não tem nenhum patrocínio, não tem nenhuma parceria fixa assim. que pode fornecer essas cestas básicas todos os meses ou que pode fornecer essas cestas básicas. Todos os meses ou... mensalmente. E aí, mais uma vez, o movimento de arrecadação do projeto, se dá através dos voluntários, né. Os voluntários que conversam com

alguém, com os voluntários que doam mesmo, né... financeiramente. E aí, a partir daí, a gente tá sempre tentando fazer parcerias para poder, a gente conseguir atender essa demanda. Até porque enfim, não adianta a gente tentar botar, fazer pré-vestibular, botar um processo de capacitação profissional, qualquer outra coisa se a pessoa estiver com fome. Uma pessoa com fome, ela não estuda, ela não pensa, ela não dança, enfim... ela não pratica esporte. Então a gente entende que... que essa assistência, né. Outra coisa também, que o projeto, como eu disse, é uma organização da comunidade para o coletivo, né, não. Nossa atenção não é chegar lá e dar uma cesta básica e ir embora, né. É ser mesmo também uma rede de apoio. A gente passa pelo assistencialismo com as cestas básicas, né - a gente fazer isso porque é uma necessidade, mas a gente não termina nisso, né. A gente continua também e sempre tentando parcerias, através da cultura, do esporte, né, enfim... da educação e do que for possível. Para que a gente consiga ampliar o leque de oportunidades, para essas crianças, para esses jovens, né. Somos poucos, né... o projeto, assim, a organização do projeto mesmo, ela se dá por mim e pela Rayane e nós temos também - Nós duas somos universitárias... com muitas outras coisas para fazer - e a gente às vezes não consegue ter toda organização e articulação que a gente gostaria para o projeto, mas a gente faz o possível, né. Com ajuda dos voluntários, claro, que o projeto não é só eu e Rayane. O projeto são muitas pessoas, né, o projeto é a comunidade inteira, que tá ali engajada para poder fazer esse projeto acontecer. E, mas ele caminha né, ele tá sempre caminhando. Ele caminha quando uma pessoa do projeto vê a gente na rua e abre um sorriso para gente a gente: Poxa a gente tá com saudade de vocês! Sabe, antes as pessoas procuravam a gente para pedir cesta básica e continuam procurando, mas também as pessoas param pra falar: Poxa foi tão legal aquele dia que vocês foram lá brincar com a gente! As crianças gostaram, as crianças ficaram felizes! Sabe, então assim, mudar o dia deles e produzir também essa memória afetiva, boa. Sabe, esse dia legal, também é parte do projeto, também é o Mais por Nós. Sabe, porque a gente entende que... que o bem-estar, também que... que está bem, não é só estar com a barriga cheia, também é: você sorrir, é você também tá feliz, você poder brincar, dançar, criança ser criança, adolescente também, enfim... e aí o projeto passa por isso também. E aí, agora, falar um pouquinho sobre... sobre a minha formação aqui na baixada, e como que, é minha vida acadêmica hoje, e como que isso perpassa também a questão etnicorracial. Então, eu estudei até o ensino médio. Do primário até o ensino médio numa escola particular e isso sempre foi assim, uma grande... uma coisinha, mas sempre fez muita questão, sabe. A minha mãe sempre falava que a gente não saía. Na minha infância eu nunca viajei, mas a minha mãe sempre disse que ela tava privando, se privando e privando a gente desses luxos, né (entre aspas). Porque ela queria que eu e meu irmão tivéssemos uma boa educação. E, por vezes, a escola municipal aqui não tinha, às vezes não tinha professor, às vezes não tinha comida e várias outras coisas. E aí foi... havia essa necessidade de que na gente tivesse uma educação de qualidade, uma educação regular, enfim. E aí, eu e meu irmão estudamos, fizemos até o final do fundamental num colégio particular. E aí, depois disso, eu fui para o colégio estadual, eu e meu irmão, nós dois fomos para o colégio estadual. Porque nós... porque a gente queria mesmo. A gente queria ter esse contato. E a gente, o colégio particular, ele é muito bom, o ensino bom, é ótimo, mas a gente não tem nenhuma conexão com o mundo. É um.. é um ensino muito... assim, apartado da sociedade. Muito apartado de todas as questões, por mais que... que haja um esforço e o engajamento, mas é totalmente diferente. E aí eu fui pro Colégio Santa Amélia, no bairro Santa Amélia aqui em Belford. E lá eu já comecei a ver tudo uma diferença. Porque tinham pessoas de vários jeitos e várias formas. Porque... outra coisa também, né. No colégio particular, tinha gente preta, tinha gente branca, mas tinha de todas as separações certinhas e no Colégio Estadual não tinha isso.

E aí, a partir daí, eu não conhecia, eu não conhecia o ENEM, eu não conhecia, não conhecia nada disso quando eu saí do colégio particular. E aí eu entrei no Colégio Estadual, assim vendo várias coisas que eram possíveis e todo mundo já tava ali pensando em concurso público e... enfim, várias coisas e eu sabia de nada. Para mim, depois, depois, do que eu me formasse no ensino médio eu ia entrar na faculdade particular. Ou... para entrar no colégio público, eu ia ter que fazer uma prova deles, mas que era tudo muito difícil, inalcançável. Aí... enfim, aí... eu acho que, eu não que eu me atrasei, porque eu também não gosto de pensar assim, mas eu não tinha esse acesso, porque não tinha ninguém próximo que me falasse isso simplesmente, eu não sabia... e meus pais também não sabiam pra me explicar. E aí, eu tinha um vizinho, que ele me falou que eu poderia entrar para o ENEM, com as cotas de estudantes de escola pública. Aí eu falei: Ah, Legal! E ele falou:

E aí você vai conseguir uma faculdade muito boa, uma faculdade pública federal e tal. E aí eu falei assim: Ah legal... E aí, assim foi. E aí eu me formei, eu entrei no colégio mais cedo, né. Então, eu me formei um ou dois anos antes. E aí... depois daí, eu comecei a fazer vários cursinhos, fiz curso, acho que eu fiz uns três pré-vestibulares, assim - até quando eu tava, já no ensino médio, eu já fazia curso pré-vestibular para o Enem. E em 2015 eu passei, em 2015 eu me formei e em 2015 eu passei pra uma escola pública, uma universidade pública, mas a minha mãe não deixou eu ir porque era muito longe. E aí, eu falei: ah, tá bom. Aí, eu dei uma desanimada, no próximo ano (2016) eu não fiz ENEM, aí no outro ano (2017) eu fiz também o ENEM. Porque, assim, eu fiz três ENEMs: um só para testar no segundo ano do ensino médio; outro quando eu me formei. E depois eu fiz e passei, aí já era maior de idade também tudo certo e aí eu passei para psicologia na UFRJ. E aí, entrei por cota racial e de escola pública também.. E aí, entrei e enfim. E aí, eu costumo dizer também, que o pré-vestibular teve total diferença nisso. Eu fiz o Pré-vestibular Emancipa no IFRJ aqui de Belford Roxo. E lá, eu comecei a entender, eu fui para atos estudantis, para mobilizações, mesmo não estando na universidade, eu já tava ali nas mobilizações pela Universidade. E aí, vendo todas as pessoas, as rodas de conversa, tudo que aquelas pessoas estavam falando, várias coisas, várias questões políticas, sobre questões raciais, sobre questões LGBTQIA+. E aí foi quando a minha cabeça abriu pro mundo todo que, até então, eu não conhecia tanto. Eu conhecia pela internet, né. Por ver um pouco de longe, mas nada muito próximo. E aí, a partir disso, eu fui me aproximando, me aproximando. E aí, entrei na psicologia, na UFRJ muito com a intenção de retornar, de entrar...

Ih... Rayane entrou!

Quer falar Rayane?

Ai... pode falar? Não? Rayane:

Oi gente, eu tava numa outra reunião.

Desculpa, eu esqueci.

Jane: - Tudo bem Rayane, bem-vinda!

Hellen... deixa a Hellen concluir, aí a Rayane começa.

Pode ser Rayane?

Hellen: - Deixa eu terminar.

Aí eu entrei na universidade, muito com essa intenção. De devolver, tudo o que eu aprendesse e o que eu pudesse, pras pessoas daqui, de onde eu vim, sabe. E aí, a questão racial passa por aí também. Porque eu acho que não faz sentido nenhum eu entrar na universidade, que

também, ao entrar ali também já é toda uma luta, toda uma questão e não faz sentido nenhum entrar na universidade e não trazer de volta o que a gente tem dali sabe. Eu acho que enfim, aí toda a minha formação também perpassa por isso, sabe. De entrar lá e trazer de volta e também ia entrar lá e levar daqui. Porque a gente também tem conhecimento aqui. A gente também tem produção aqui, então eu entendo que é fazer um pouco essa ponte. E aí, a educação em Belford Roxo, ela entra muito agora, nesse processo de formação. Porque eu tenho começado a debruçar e tentar me aproximar um pouco sobre as produções daqui de Belford Roxo. Tem muitas pessoas aqui, produzindo documentários, muitas pessoas aqui produzindo várias coisas e isso não chega. Não chega nem para gente que é daqui de Belford. Quem dirá para quem não é. Então a educação de Belford Roxo também atravessa a minha educação, porque eu tendo acesso a essas produções, tudo isso também vai, com certeza, ajudar a construir a minha formação sabe. Então é isso, Rayane chegou, então agora vai falar.

Jane: Obrigada Hellen pela sua colaboração e pela sua participação.

Olá, meu nome é Rayane Pereira, sou de Belford Roxo, Barro Vermelho. Sou estudante da UFRJ. É, faço Serviço social e breve, breve, estarei acabando, falta pouco e falar sobre como a educação me atravessou, da educação em Belford Roxo. É falar como a educação lá no meu ensino médio fez eu dar... Eu sou o que eu sou hoje e querer construir e estar construindo tudo que eu construo. Começou lá no projeto de vida, com a minha professora, ali no meu primeiro ano, onde ela fazia a gente. Ela questionava os nossos pensamentos e fazia a gente se questionar e questionar o nosso modo de comportar; o nosso modo de pensar; o porquê de estarmos aqui. E desde então virei uma pessoa questionadora sobre tudo. E aí então, sempre tive uma vida engajada ainda nas coisa de escola sempre tava a frente, participei do grêmio no 3º ano.

E quando eu me formei, passei pra faculdade pelo SISU, entrei por cota sou uma mulher negra entrei por cota é, sou também bolsista, então vivo do que eu estudo (risos) e é isso. Com o tempo em 2020, entrei em 2018/2020 a gente fez, criou né (Eu, Ju e Taiane) criamos o Mais por nós, durante a pandemia, que a ideia do projeto era fazer aquela mesa de troca que tava rolando, mas aí acabou que a gente conseguiu levar o projeto de modo muito maior é, dentro do projeto a gente a gente vive né, faz outras parcerias com outras movimentos aqui de Belford Roxo, de longe é teve também um projeto importante que marcou essa trajetória de 2020 para cá. Foi um, no encontro que a gente teve com o “A Big Nica”, que foi o encontro literário, que a gente pretende ainda ter essa parceria durante bastante tempo ela é uma mulher negra também daqui do Rio e fala sobre traz para as comunidades livros de autoras mulheres, negras para falar sobre literatura de coisas que mulheres periféricas né, de favela não tem acesso. Então ela chega com a gente apresentando esse projeto e a gente claro vai e abraça e aí a gente promoveu esse encontro. Ela trouxe acho que 26 livros, e a gente até hoje a gente tem, a gente passa o livro pras pessoas. O primeiro foi.. Ih! o nome eu não vou lembrar não, mas depois acho que a Jane sabe então daí eu sei que o segundo foi *quinze contos de heroínas negras* e aí tinha vários contos, a gente ainda não fez o segundo encontro presencial com todas as meninas, mulheres que receberam o livro, mas é projeto para a gente fazer. E aí a gente já tá pensando num terceiro livro, num terceiro encontro, e terá! A princípio essa corrida que a gente faz, encontros com as crianças... o projeto totalmente de forma voluntária independente, é um ajudando o outro e é isso a educação me atravessa dessa forma e faz eu pensar em Belford Roxo né aqui. Como isso que eu cheguei no finalzinho é *o perigo da história única* o nome do primeiro livro da Chimamanda, eu lembrei (risos), mas é isso... A educação... me faz pensar... aí eu até tinha esquecido o que que era para falar... (risos)

Jane: Fala sobre... Lembrei... lembrei (risos)... é como que ser mulher negra no espaço da universidade.

É então é difícil, é muitas coisas me atravessa por aí A princípio é por morar em Belford Roxo por ser uma jovem negra periférica e estudar lá na Urca então acho que por por si só já fala tudo. Por eu ser mãe também, que é uma dificuldade também, porém uma motivação gigante né fui mãe cedo fui mãe, assim que eu comecei assim que eu passei pra faculdade descobri que eu tava grávida, e aí me atravessou é aquilo, tu acaba se tornando uma estatística né. O que me faz fugir disso é eu estar na Universidade, é eu ter ela e pensar que minha vida, minha filha terá uma vida diferente em relação às oportunidades. Entendeu? É Ela já saber que a mãe tá aí na correria, por uma cidade mais justa. Acho que é isso por ela pensar já, ter essa possibilidade de uma educação antirracista que é isso que eu pego aqui para ela, que trago aqui para ela e é isso. Mais alguma coisa (risos)?

Jane: E a formação étnicorracial dos jovens que vocês acompanham, dos jovens que participam. Como você vê? Existe uma formação étnicorracial, eles conversam, eles falam sobre a questão do racismo e da discriminação?

A formação étnico-racial dos jovens que participam do projeto; sejam como colaboradores, sejam como voluntários... existe nos momentos de troca né, essa questão do racismo e do preconceito? É conversado isso entre eles ou com vocês? Aí pode ser pras duas a pergunta. Responde amiga... (risos). Eles se autorreconhecem negros, pretos, pardos...? Sim... Aí a gente tá falando dos voluntários né... Então tem, sim (Helen Freitas) sim. Até quem não é quer ser (risos). Bem assim Eu vou... Então no informal a gente troca essa ideia, sobre... negritude; sobre ancestralidade; sobre estar em belford roxo, a importância disso e de se reconhecer negro nesse espaço. Então acho que tem sim que tem essa consciência e é isso. Respondendo sua pergunta.

Rayane: Hoje, nós como projeto, como “Mais por nós” participamos do geral do meio. É um movimento, uma articulação de - talvez não todos porque não temos ainda articulação com todos - mas de muitos movimentos, ONGs, de projetos de Belford Roxo. Então a gente construiu durante uns dias, esse “Geral no meio” que trouxe políticos, né. Pra falar com a sociedade civil, nós. E mostrar que, por Belford Roxo, ser muito invisibilizada, né ser muito invisível, que aqui tem gente que se eles não vierem. Eles não vão ter nenhuma não vão levar nosso voto. Então, rolou esse encontro ontem foram quatro, hoje foram quatro também. De deputados à candidatura federal, do Rio de Janeiro todo. Veio gente da baixada, veio gente do estado do Rio, e da cidade do Rio e... foi isso. A gente teve essa troca, esse debate, perguntas e respostas. E isso a gente só... a ideia do “Geral no meio de 2022, era mostrar para os deputados que aqui em Belford Roxo tem movimento organizado. A sociedade civil tá organizada, e a gente tá construindo coisas importantes. E foi exatamente isso que aconteceu, foi sucesso!

Jane: Que bom! Que bom. Vocês conseguiram apresentar alguma pauta para eles?

Então a gente montou um plano, né, sobre teve quatro vertentes: justiça racial, justiça ambiental, justiça econômica e justiça de gênero. E aí, em cada uma dessas, a gente botou... acho que de seis a dez propostas, e eles assinaram, como carta de compromisso. Eles sendo eleitos, eles têm o compromisso de vir aqui e fazer o políticas públicas para que a gente tenha essa justiça na nossa cidade.

Jane: Muito bom, Hellen... muito obrigada! Hellen, Rayane, muito obrigada.

Hellen quer falar alguma coisa sobre o encontro? O que você sentiu? O que os jovens colocaram? Teve alguma situação em especial?

Hellen: Ai eu gostei em geral, assim de de ver todo mundo organizado, todo mundo ali junto, sabe? Eu participei do... do segundo dia, né. O primeiro dia, no caso, foi ontem, hoje foi o segundo dia, mas eu gostei muito assim. E tá assim, articulado, assim... perto de outros movimentos, de outros projetos, é uma coisa que sempre dá muita força para a gente. Porque a gente, às vezes a gente vem caminhando aqui, parece que a gente está ali às vezes sozinho, que a gente está ali construindo, mas ver aqueles outros grupos, ver aquelas outras pessoas ali também, construindo faz muita diferença pra gente. Foi isso, eu gostei muito, fiquei muito feliz!

Jane: Helen Freitas, Rayane Pereira, muito orgulho de vocês e da trajetória de vocês. Obrigada por acreditar em Belford Roxo; por estarmos lutando juntas por esse lugar; por esse espaço; por essa comunidade. Sucesso na carreira de vocês, muita luta e vamos continuar seguindo juntas. Eu, Jane Quintino Pinto, Agradeço a vocês. Obrigada!

Muito obrigada, meninas. Vou registrar.

Transcrição Stevie Fonseca- Obra Social Crescendo Juntos- Entrevista concedida de forma presencial em 25/07/ 2022.

Então me chamo Stevie. Hoje nós estamos recebendo a Jane aqui, então em nome da instituição que é a “Obra social crescendo juntos” nós estamos autorizando a mesma, a utilizar esse material né em prol de pesquisa para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro... (risos). Eu sou, aqui na obra social crescendo junto, eu sou coordenador pedagógico há sete anos né... desde os dezessete anos que eu trabalho nessa instituição, dez foi com o esporte e agora nos últimos sete anos na coordenação pedagógica. Então no decorrer do tempo né... eu fiz o normal em nível médio, formação de professores, antigo Instituto de Belford Roxo. Depois fiz pedagogia, pós em psicopedagogia clínica e institucional, depois educação física licenciatura, e agora, esse ano 7º período de serviço social e também bacharel em educação física.

Jane: Só conversar agora naturalmente comigo, é só isso que é importante e continue falando que vou chegar gravidez na adolescência.

Então é hoje, com o processo informatizado, que hoje, essa transição projeto crescendo juntos, obra social crescendo juntos, ela se deu é... com muitas normativas que foram saindo. A obra social hoje, ela não tem, se perguntar assim: Ela tem o apoio financeiro de algum poder público? Seja em qual Instância for? - Não, a gente não tem. A gente busca um apoio, mas a gente não tem. Porém nós somos cobrados hoje... uma obra social, ela é cobrada no sentido do rigor da lei, igual a uma empresa. Então hoje a gente tem muita burocracia. Então entende-se que projeto tem início meio e fim, e as nossas atividades, elas são ininterruptas. Elas não tem início, meio e fim, há um processo de renovação e as crianças e adolescentes, elas vão dando continuidade. Então, é... aproveitando-se de uma fusão que, a inspetoria das irmãs, que aconteceu nesse período da Inspetoria das irmãs, é... até o ano retrasado, era

Inspetoria Nossa Senhora da Penha. Hoje em dia nós somos identificados como inspetoria Madre Nazaré (ou Mazzarello?), então houve uma nova organização, então pra gente se adequar, e que nós somos uma instituição e não um não projeto, porque projeto tem fim. O nosso ele tem continuidade, hoje a gente é... houve uma adequação e a gente é chamado: Obra social crescendo juntos, porque a gente não tem fim. A gente passa período, renova e as crianças dão continuidade nas atividades. E como esse processo de sistematização, que hoje é muito mais técnico do que alguns anos atrás... a gente tá sempre fazendo pesquisa de campo e fazendo levantamento dos impactos da obra social no território. E um dos diversos impactos que nós percebemos é a questão da gravidez precoce. A gente percebe que há 12 anos atrás, né... as meninas, adolescentes, elas engravidavam né... dentro dos seus familiares, por falta de informação. E aí, elas participavam da obra social durante esse período de gestação. Uma dessas meninas, eu não sei se é da sua época... é a Tainá que foi uma gravidez super complicada que a gente tem que acompanhar, depois veio a Daiane dos Amorins, depois vem a Thayane dos Amorins também. Porém o aplicativo que a gente foi fazendo, que hoje, ele é muito mais consolidado, ele é muito mais sistematizado, ele é muito mais documentado. Fez com que todo esse processo de formação continuada entrasse em primeiro lugar e a gente foi percebendo isso ao longo da história nas famílias. As famílias precisam ser educadas pra que essa educação chegue a ter impacto na vida de cada criança, adolescente e jovem e nos últimos oito anos, a gente tem as meninas que participam da obra social. Elas não tem mais essa questão da gravidez precoce, ou não estarem preparadas né, e acabaram queimando uma etapa da vida. Obviamente, que quando a gente fala de comunidade, a gente tá falando de concorrer com o tráfico, de concorrer com uma... uma sedução né, que motos, carros, que o hipotético poder traz para a vida da criança e do adolescente. A gente tá falando de uma comunidade onde a gente concorre, entre aspas, com o baile funk que oferece o único lazer que as crianças e adolescentes do território, que eles têm acesso. Então o nosso trabalho hoje é mostrar para as crianças e adolescentes uma perspectiva e é por isso que a gente tem muito orgulho em te receber aqui Jane. Porque você exemplo vivo daquilo que a gente tenta, da sementinha que a gente tenta cultivar, em especial digo para você nas nossas meninas. Meninas que a gente faz uma ligação da questão da gravidez precoce, com a questão do machismo. É um dos combates mais significativos e mais árduos nossos. Porque as meninas do nosso território, eles têm uma cultura, as famílias cultivam, né, é que as meninas são para pilotar um fogão, para lavar cueca de seus esposos e para serem meras parideiras. Não seu filho quer 2, seu marido quer 2, 3 quer 5 filhos. E quebrar isso no ambiente em que a gente percebia, numa recreação livre, o menino queria agredir a menina, queria tomar todo o espaço e isso a gente foi trabalhar no processo formativo. Processo formativo, processo de acompanhamento, processo disciplinar. Muitas crianças... a gente fala muito do amor. Muitas crianças chegam aqui na obra social, com a super carência do amor. Porém... porém, a gente não pode confundir esse amor e taxar, caracterizar as nossas crianças como coitadinhas. Porque senão a gente nunca vai perceber a capacidade dessa criança, desse adolescente. Então hoje a gente traz amor, diálogo, a gente traz disciplina, pra essa criança e adolescente e faz com que essa criança e adolescente seja capaz de desenhar o seu próprio projeto de vida através do seu protagonismo. Então, tudo isso é realizado hoje. Aí, nós vamos à toda transformação que a obra foi sofrendo no decorrer do tempo, né, a questão de documentar. Hoje todos os educadores precisam fazer planejamento para desenvolver a atividade, esse planejamento ele é acompanhado pedagogicamente e faz com que a promoção da criança e adolescente esteja presente daquele planejamento né, então hoje a gente tem resultados muito significativos. Um outro dado bem significativo, é que eu vou colocar há uns oito anos... uns oito anos atrás, a gente percebe algo que é da sociedade de maneira geral, que é uma grande doença da sociedade que é o extermínio da juventude, de maneira muito especial da Juventude

Negra. Nós tivemos há uns 8 anos, há 15 anos atrás aqui, um dia muito violento. Que você vai dizer assim: -Nossa! Mas aqui em Vila Pauline, quase todo dia é violento, mas esse dia a violência foi atípica. Porque nós vimos, é meninos, jovens negros esquartejados passando em carroça. Foram dez na época, passou até os diversos meios de comunicação, né, e a gente via passar os corpos assim... como se fossem animais. Sabe... os porcos quando chega o Natal, que todo mundo vai comprar pouco para assar e com uma naturalidade de quem olha e já tava se acostumando com perder parente, perder pessoas queridas. E a gente percebeu com muita clareza o quanto o pobre, a pessoa moradora de comunidade, de maneira especial um negro, ele é só um dado. - Olha, mataram dez, mataram cinco, virou um dado. E que a pessoa, as pessoas da comunidade de maneira especial, elas estão perdendo a sensibilidade pros seus. Tem corpo ali, a pessoa pula como se fosse um quebra-mola. Então nós começamos a atuar. E atuar em comunidade é empoderar, não adianta, qualquer instituição que trabalha em comunidade, não adianta ela querer fazer... todo um documento muito bonito se ela não se envolver. Então hoje o nosso trabalho, ele envolve muito. As famílias, elas participam e constroem qualquer coisa que a gente vai realizar. Hoje aqui na obra social existe um grupo chamado comissão representativa de crianças e de adolescentes. E aí se você me perguntar: qual é a base de tudo que vocês realizam? A base, obviamente, é a equipe de educadores e essa comissão que representa o todo dos atendidos. Então qualquer, qualquer culminância, qualquer projeto que a instituição desenvolva, ele surge de uma ideia pedagógica, porém ele é construído - todo seu alicerce - pela equipe de educadores e por essa comissão. Então, quando ele chega ao público alvo que é a criança, o adolescente e a família, eles têm eles colocam dentro de si que eles fazem parte. Que não foi uma coisa criada e feito com que eles... ah não vocês são obrigados a aceitar, não...

Jane: Não feito para eles, feito com eles.

Então, isso hoje faz muita diferença, e a gente percebe muito... muito essa transformação Jane, Por que quais são as desculpas te cortar, quais atividades oferecidas hoje, na salinha? Então, hoje as atividades são da linha da dança, né... que é balé, a coreografia, e a gente cria uma oficina nova que é refletir *dance*, não é simplesmente para você dançar. Mas é pra você refletir a letra da música. Então nessa oficina, a gente trabalha por exemplo, algumas músicas que algumas meninas cultivam, que cultuam né, mas ela não sabe que está fazendo apologia ao sexo, que denegrindo a imagem da mulher. Então a gente vai trabalhar aquela música, exatamente pra el ver: Ah tá então essa música aí não tá construindo em mim. E aí todas as modalidades esportivas, que passaram por toda uma reformulação. O esporte, hoje, não é simplesmente para você poder marcar uma pontuação. Mas é pra você poder desenvolver o trabalho em equipe, desenvolver a questão da coletividade, da vivência em sociedade. Tudo isso a gente foi dando objetivos e esses objetivos, eles vão se transformando em formação. Hoje a gente tem três formações centrais: “o poder da palavra de Deus em minha vida” que é uma formação para todas as crianças. Depois, temos é “cantando e encantando” que exatamente trabalha a questão da dimensão da letra da música, pra análise e promoção de vida; e nós temos o “o que vale para mim” que são a gente trabalhando muito na linha da cidadania e aquilo que a gente precisa fazer e ser agente transformador em toda sociedade. Então nós temos toda essa questão da dança, temos as diversas modalidades esportivas e também nós temos a linha manual que é o artesanato e, temos o teatro, e temos também a interpretação musical que também vai nessa linha de refletir a letra da música. E aí, nós sempre procuramos, dentro das nossas possibilidades - porque não temos grandes recursos - trabalhar aquilo que é o maior desafio do território. Você pode perceber que eu falo muito de

interpretação da música, por que? Exatamente porque a gente concorre com um baile funk de comunidade, onde infelizmente muitas famílias permitem que as meninas menores de idade participem. E essas meninas, elas acabam ficando à mercê de um cenário, né, que muita das vezes viola, agride não só a fase que aquela criança tá passando, mas que muitas vezes leva a uma violência propriamente dita, né. Porque já houve, houveram casos de estupro e das nossas meninas dentro desses bailes. Então é para a gente só combate com informação, então a gente leva a informação para poder combater aquilo que, infelizmente, é a opção que eles tem né. É como você pegar hoje a nossa comunidade, agora não, que devido a intervenção do estado, diminuiu muito, né, mas até o ano passado - um dos motivos de tiroteio frequente - eram os roubos de carga, aqui na comunidade. E aí como é que você pega e você fala para uma família, de moral e ética com 5 kg de arroz custando hoje, até diminuiu um pouco né, caíram os preços, mas até o final do ano passado que a gente passou o absurdo de cinco quilos de arroz chegar a 30 reais. E aí, como é que você pega e você fala para uma família de moral e ética e o tráfico tava vendendo cinco quilos de arroz a cinco reais. Como é que você vai dizer, não família, olha, vamos trabalhar essa conscientização entre... você comprar uns cinco quilos de arroz a cinco reais, você tá... você tá dando poder ao tráfico. E aí como você vai reclamar da bala perdida, que acerta seu marido ou seus filhos? Então assim, é todo um trabalho, que é, Jane, extremamente cansativo, sabe? Exige muito da gente, você já passou por aqui, não é para qualquer um. Estar aqui não é para qualquer um. Mesmo você vendo hoje, a casa mais arrumada, mais organizada e passando por todo esse processo, né, de organização que a gente passa, a comunidade é a mesma e muitas das deficiências, elas estão na mesma base. A base hoje, da violência da comunidade é a falta de informação. Às vezes por que falta do poder público empoderar essas comunidades. Por que não adianta só entrar com polícia, com o armamento, com violência, né... A gente pega uma escola, duas escolas municipais da redondeza que em um tiro, ficam 15 dias sem funcionar. Então, que tipo de educação né... Uma das bases da sua pergunta é “E que... qual é... que base essas crianças estão tendo?” Eu te digo, nenhuma. As nossas crianças estão chegando, no nono ano, atual nono ano de escolaridade não sabendo interpretar. É algo que é explícito para nós, que... vamos trazer uma população incapaz de pensar, para ser incapaz de voltar com coerência. Pra ser incapaz de lutar pelo Direito do negro, pelo Direito do favelado, pelo respeito ao Homossexual, as novas configurações de família, pra infelizmente quebrar a capacidade de entender, que arma, que violência não leva a lugar nenhum. Se arma e se a violência levasse algum lugar, as guerras históricas tinham “trago” igualdade e equidade para a sociedade, que cada vez mais desigual. Então a questão da capacidade de pensar é o nosso grande desafio. Hoje, o que a gente mais procura fazer é não dar respostas, é provocar. Tá vamos, lá, vamos pegar o seu protagonismo. O que você quer da sua vida? Ah, eu quero isso. Tá, mas isso você tem que fazer o quê? Tá, aí como é que nós podemos te ajudar, te acompanhar? E aí a gente chama a família. Ah, eu estou atendendo um caso agora, recentemente de um de dois adolescentes que são homossexuais. E a família tá com muita dificuldade de aceitar. E aí eu tive que intervir rapidamente junto com a família, porque um dos meninos já estava com a característica de suicídio. Então assim, são coisas que a gente percebe dentro de uma comunidade, e que a gente tenta intervir pelo sócio-educativo. Pelo que hoje a lei, ela vai cada vez mais, pegando o que é social e ela vai espremendo que parece, que hoje o social ele faz o trabalho de conscientização que o ensino regular que deveria fazer. Porque a educação, ela vem primeiro da família, mas o conhecimento, ele deveria vir no ensino regular. Então como hoje, e eu acredito que aqui, de maneira especial, é pelo trabalho sério da Obra social crescendo juntos. O que a gente tenta fazer é trazer esse processo de conscientização concreta e nunca a dependência para ter consciência. Então com isso a gente sofre muita perseguição. Porque quanto mais informação

a criança e o adolescente obtiver, menor vai ser a chance de vir vereador e te oferecer cinquenta reais e você aceitar.

Jane: Verdade, e quantas crianças são atendidas aqui mais ou menos?

Jane, hoje a gente atende cento e dez. E a gente tem uma lista de espera de quatrocentas esperando para entrar.

Jane: Dessas cento e dez crianças, qual o percentual de negros/as que você consegue me dizer?

R: Vou te dizer que são uns 35% de negros.

Jane: De negros, declarados ?

Declarados, porque hoje é... com o portal com o SIGAP., as famílias, elas declaram né. ou por documental ou... ainda tem alguns casos, ou outro de ausência de documento. Aí elas declaram ela e elas assinam termo é... desta declaração.

Jane: Os outros 65% se declaram o que?

Vamos colocar, brancos literalmente, índios né, um grande percentual, ainda dentro de um processo de que a gente tem que fazer formações para eles se identificarem.

Jane: Você falou que trabalha, que uma das oficinas das atividades tem a questão de trabalhar a palavra de deus, né. Então tem cristãos, crianças cristãs, sejam elas católicas ou evangélicas. Dessas crianças tem alguma criança de religião de matriz africana?

Oh Jane, eu vou te falar, é muita das vezes eu já peguei em casos em que eu identificaria desta maneira. Porém o preconceito ainda tá muito acentuado com relação à religião. Inclusive, para você ter noção, hoje 90% do nosso público evangélico, ele não é católico, apesar da instituição ser católica. Então, com a instituição sendo católica e os pais sabendo que: apesar da gente respeitar a gente não prega o catolicismo a gente prega o amor, mas a gente segue uma linha católica. Porque não tem como a gente não seguir. A final é um projeto de freiras salesianas, mas a gente percebe, assim que quando a pessoa, ela não é evangélica... ela tem muita dificuldade de ser respeitada e aceita, Então tem muita criança e família, que não coloca assim, com a firmeza que deveria, a sua religião, ou os seus credos ou as suas... qual o método que utiliza para sua experiência com Deus. Então assim às vezes eu sinto que nós temos, porém que as

pessoas, elas ficam não hoje. Em 2022, nosso público realmente se dividiu entre católicos e evangélicos. Até porque outras inclusive a questão do espiritismo aqui na região, andou proibida pelo próprio tráfico. Então tem isso, né, é uma intolerância religiosa que surge inclusive do poder paralelo. Então hoje, realmente 90% evangélico e 10% católico. Hoje a gente não tem essa realidade. Mas alguns anos atrás a gente percebia e a gente ficava feliz porque é uma outra postura, é uma maneira de eles viverem a diversidade como ela realmente é, né. Então a gente, a gente traz muito isso no dia a dia. A gente tenta mostrar para as crianças, quem é Ganga Zumba, quem é Zumbi dos Palmares, quem são os negros de hoje que fazem a diferença. Porque, às vezes, os ídolos - quem são os ídolos das nossas crianças e

adolescentes de hoje, né. Se ela perguntar quem é um tem um cantor, quem é a atriz, quem é um ator, dificilmente você escuta uma criança falar numa personalidade negra. Se a gente for lá na nossa história, tô falando isso para você que é da área é até desafiador falar isso pra você que tem muito mais conhecimento, mas a gente tenta mostrar isso para as crianças. Se a gente for ver a nossa lá na nossa história e ver quem lutou por nós. A gente pode perceber quem realmente são pessoas que hoje devem ser cultuadas, não com deuses, mas como inspiração. Então a gente faz muito esse trabalho com eles. Quando chega, de uma maneira muito especial, na semana da Consciência Negra. A gente vai buscar personalidades, sabe... fazer com que eles conheçam. Porque infelizmente, hoje existe muito preconceito, não só na nossa Baixada, mas no nosso país, né. Na minha visão, agora vou falar uma coisa pessoal, não profissional. Muito mais potencializado pelo atual presidente do país (2018-2022), né. Então assim, este gestor do país, hoje ele tá criando muito mais camadas e ao invés de a gente aceitar a diversidade e abraçar e amar, né. Ele tá fragmentando mais, ele tá criando tribos que não existiam né, enfim. É uma situação, né que acaba alienando as famílias, é muita coisa que a gente tinha construído com as nossas famílias, a questão de...o tom a cor, a cor da nossa pele não nos faz diferentes do outro, caiu por terra há 4 anos que essa pessoa parece brincadeira, a gente tá falando de Belford Roxo, Baixada Fluminense, mas este senhor, ele influencia porque ele pega que mulher é para cozinhar, e que mulher, como ele mesmo diz “não serve nem para ser estuprada”. Ele prega que poder é você ter uma arma na mão. Então o que que a criança que vê este senhor na televisão, que ela vai cultivar dentro dela? Aquilo que a gente combate, que ter uma arma na mão não é inteligência, não é poder, não é sabedoria, não é turo e não é transformação do território. Então hoje a gente tem muito mais, nós precisamos ser muito mais cirúrgicos no nosso trabalho, por que as instâncias maiores, elas não estão dando exemplo. Eles não estão dando exemplos. E elas estão fazendo quando você senhor vem agora, por exemplo quando ele pega um programa o “Bolsa Família” e ele transforma no “Auxílio Brasil” as pessoas não conseguem entender o que tem por trás disso. As pessoas não conseguem entender, que daqui a pouco a gente pode começar a perder emprego, porque os cofres estão assim, estão zerados. E as pessoas não conseguem ter então assim as pessoas não conseguem entender que tudo isso é para ele ser reeleito. Então isso aliena muita das vezes, um negro que já sofre preconceito e deveria ser o primeiro a lutar um homossexual; que já sofre preconceito e deveria ser o primeiro a lutar; o favelado que já sofre preconceito e deveria ser o primeiro lutar e traz para nós que estamos aqui “fazendo das tripas coração” para conscientizar esse povo. Uma indignação e muitas das vezes uma fadiga extrema. Por que está vendo, a gente tá querendo fazer outro enxergar, mas se depender de qualquer tipo de mecanismo para que o município, o estado, ou o governo federal - pelo menos o atual (2018-2022), consiga trazer consciência para as pessoas de extrema pobreza, a gente só tem um caminho... que eu vejo muito, que é o que esse... que é o que o presidente atual quer: ele quer exterminar o pobre.

Jane: Sobre as crianças e adolescentes que passaram por aqui, que hoje são jovens. Você tem contato com alguma delas? Sabe como elas estão?

Então, segundo o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo que hoje é o atendimento que nós ofertamos na obra social, né. Então, ele tem duas fases e a gente atende na fase 1 que é de 6 à 15 anos de idade. Porém, você é bem conhecedora disso no nosso território não dá para atender só até os 15 anos, porque exatamente o grupo de risco são os 16 em diante. Então o que nós fazíamos até 2019, nós tínhamos o grupo de ex-alunos. Então esse grupo de ex- alunos, eles vinham noturno para obra social. Então a gente acompanhava todos os jovens que saíram da obra social, acima dos 18 anos, nesse grupo de ex-alunos. Então era

um esporte, era conversar sobre salesianidade, era conversar sobre cidadania, conversar sobre mercado de trabalho, é conversar sobre as opções que o mundo oferece, mas qual que nós realmente vamos dizer sim, né. Infelizmente com a pandemia aconteceu de dispersar muito esse grupo. Porque esse é o tipo de encontro que não adianta você fazer online. Esse tipo de encontro que você tem que ter o corpo a corpo, que você tem que ter um toque, que você tem que ter o estar, que você tem que ter o olho no olho que é para você chorar junto. Porque o jovem precisa disso... sentir a emoção e sentir que não está sozinho. Então, a gente tem... a gente tinha muito isso até 2019. Mas infelizmente com a pandemia a gente perdeu muito. Porque a gente precisou ficar um ano literalmente fechado, né. Só com atendimentos agendados e ano passado nós começamos a voltar. Então esse ano, um dos projetos que a gente tem, é retomar os ex-alunos para continuar acompanhando. Mas eu tenho muitos desses ex-alunos que eu ainda acompanho pelo celular e muitos eu o tenho prazer ainda - de como esse acompanhamento vai acontecendo eles me chamam de pai - pela proximidade que a gente foi tendo, nessa questão do diálogo, do acompanhamento.

Jane: Eu agradeço a sua atenção. Eu agradeço as suas respostas à minha entrevista... e assim que o trabalho estiver desenvolvido a gente traz uma cópia... e conversando com a galerinha, né. Conversar um pouquinho com eles e trazer um pouco da nossa história

Transcrição Dida Nascimento – Projeto Centro Cultural Donana – Entrevista concedida em 04/09/2022

Então, me chamo Dida Nascimento e, neste momento, eu estou... eu. Eu autorizo a Jane utilizar todo o material que a gente gravar aqui, como registro, iniciação do seu projeto de faculdade, que é o mestrado. E... bem, é isso?

Jane: Isso.

E a gente ... você vai seguidamente e eu vou falando. Você faz as perguntas e eu vou falando, vou, vou... é... transcorrendo de acordo com o que você falou no início.

Jane: Pode falar livremente. Sobre seus pais, nome completo, dos seus pais e como se iniciou, né, o Donana.

Dida: Tá. Centro Cultural Donana. É uma homenagem a Ana Alves do nascimento. É que era conhecida aqui no lugar, como Donana, né. A Donana vem de Pernambuco, no meado dos anos 50, é, vem com meu pai, José Rosa do Nascimento. Vem de Pernambuco para cá. É buscando melhorar, né. A família, enfim, vem para cá em busca de emprego e na época, tinha uma divulgação que falava que o Rio de Janeiro ia ter uma expansão e tal. Meu pai veio para cá como marceneiro, né. Trabalhava de artífice de marcenaria, fazendo aqueles móveis lindos, todo desenhado, trabalhava com madeira muito bem. E ele veio para cá, e foi trabalhar em Marechal Hermes, juntou um dinheiro e foi buscar a família. A família já vem com 5 filhos pernambucanos né. Então Donana, já vem com meu pai, de Recife para cá, com 5 filhos. E o meu pai juntou esse dinheiro e comprou o terreno onde é hoje, onde eu moro e onde é fica o centro cultural Donana, que é um espaço que congrega esse carinho, esse amor, essa... essa... essa cumplicidade de respeito ao próximo, que é um legado da Donana, que ela deixou aqui. Pois nesse lugar, ela atuou por muito tempo como rezadeira, é na comunidade, rezava as

crianças. E as minhas irmãs, mais velhas, que começou a dar aula nos anos 70, que de letrado, ensinando a comunidade a ler e escrever. Para aquelas pessoas que já tinham uma idade e não sabiam ler e escrever. Elas, reuniam o pessoal para dar aula. Aí teve projeto aqui, vários projetos, é, pra, para poder abordar essa necessidade, é, do letramento. E minha mãe como... como rezadeira do lugar, meu irmão também como músico, que já tinha um conjunto. E agente, mais novo, que nasceu em Belford Roxo. A gente herda isso de uma maneira muito natural ao ver, vivenciar, tudo isso que aconteceu no quintal, com arte, educação.

Aí, meus irmãos, minhas irmãs, desculpe, os irmãos mais novos que nasceram aqui em Belford Roxo, Nova Iguaçu, no caso na baixada. É.. a gente começa a aprender a tocar também instrumento. E eu é, além de me tornar músico, aprender também essa coisa da música, esse amor pela arte. É, eu fui praticar capoeira, desde os 9 anos de idade. E fui também pra a linha de artes plásticas. Como desenho né, pintura e desenvolvi isso desde criança, a minha adolescência e faço isso até hoje. Para mim, na minha vida, aqui no donana, eu faço 3 coisas pontuais para mim, importantes na minha vida é que é. As artes plásticas, a música e a capoeira. Eu continuo fazendo isso, é aqui né, nesse lugar e transmitindo isso de alguma forma e recebendo também essa transmissão. É com outras pessoas que fazem e buscam, é aprimorar as mesmas coisas. Então, a gente se encontra aqui no Centro Cultural Donana. Quando começou? Começou, através do que eu falei do início. É, com essa herança de minha mãe e das minhas irmãs e meus irmãos mais velhos. As duas irmãs montaram uma escolinha de primeira, até a quarta série. Do C.A., né, a quarta série, para a minha irmã mais nova, que é a Ivonete. Que mora, hoje, no Chile, ela dá aula. Ela tava recém-formada, ela começou a dar aula aqui nessa escolinha. É, e essa escolinha, como já tinha, a capoeira aqui no quintal, os meus alunos, meus amigos que vinham para cá desenvolver treinamento. E meu irmão ainda tocando, né... eu tocando, ensaiando, depois, é... meu irmão Marrone, a gente tocando. Elas homenagearam, a nossa mãe, com o nome Centro Cultural Donana para essa escolinha. Porque tinha diversidade cultural, não só educação. E aí, virou Centro Cultural Donana, a gente vem... já existe há mais de, aproximadamente 40 anos, mas em registro, oficialmente, como instituição regularizada, existe há 13 anos. E a gente tá numa busca de aprimoramento, cada vez mais. No sentido de fazer uma gestão melhor para o lugar, de fazer um atendimento mais incisivo dentro da cultura e da arte. É, tendo, Se preocupando com o crescimento local, se preocupando com a economia criativa do local, tudo através de arte e cultura. Então, nós temos aqui no centro cultural: aula de moda, a gente tem um núcleo de moda; a gente tem um núcleo de capoeira, de maculelê, samba de roda - através do grupo que faço parte, que é o Palmares - sou o mestre formado pelo Palmares e a gente faz esse trabalho aqui, da Cultura Afro-brasileira. Junto com o mestre Diornes também, a gente faz um trabalho que desenvolve com as crianças. É lógico que a gente hoje está tentando voltar todo esse trabalho, por conta da pandemia... e a gente tá fazendo uma obra, hoje recentemente. E a gente tem aqui, aulas de música, a gente também vai voltar às aulas de música. A gente é Cine Clube e tem um núcleo hoje, também de audiovisual, onde a gente tanto cria filmes, que tem sempre oficinas para aprimorar esse pessoal que tem interesse a essa arte, do cinema. E a gente também exhibe. A gente também é cineclube, onde a gente discute, debate os filmes criados por essas pessoas e por outros criadores de filmes, que não tenha, digamos assim esses que seja um começo! De alguém que queira fazer a sua arte. Na verdade Donana é um grande embrião de iniciativas primárias de pessoas que queiram conhecer arte cultura e quem sabe viver da arte da cultura desenvolvendo o seu trabalho artístico. Então a gente sempre oferece esse primeiro momento: de subir pela primeira vez no palco; de falar a sua poesia ou cantar a sua música pela primeira vez; dispor seus trabalhos artísticos pela primeira vez. Por exemplo, aqui onde eu estou, é um salão aqui do Donana, é um salão que a gente está com uma exposição do J. Rodrigues. Que sempre fez o teu trabalho em Nova Iguaçu, divulgando é um

pernambucano também, cordelista, músico. É um cara que trabalhou a vida toda com arte e cultura. Então, a gente abriga exposições também, é nesse nível, onde a gente traz escolas, né, locais para visitar.

Jane: Entendi Dida, e o que você pode falar para gente, sobre a participação do Donana, na contemplação da Lei Aldir de Blanc?

Dida: Bem, a Lei Aldir de Blanc vem por uma necessidade por conta da pandemia. Necessidade da classe artística e cultural, porque não tinha trabalho para ninguém. Tá tudo parado e fechado, então abriu-se uma possibilidade do Governo Federal liberar o Fundo Nacional de Cultura para... para essa classe e que foi de muito que vem ajudar muita gente. Eu acho que isso contempla essa necessidade, porém, em alguns lugares, ainda é muito engessado. Mas a Lei vem pra auxiliar os artistas. Então Donana, começa a alçar voos, através dos editais. Então, a gente escreveu alguns projetos para essa lei e a gente foi contemplado. A gente executou alguns, como o Reggae Donana Festival, que a gente gravou aqui dentro várias bandas, né. Sendo cenário, botamos um som, fizemos gravação, fizemos vídeo, editamos, tá tudo no canal do Donana. Nós fizemos dois festivais, um foi é... sem público, que tava no meio da pandemia que foi do governo estadual, né. E o outro foi por Belford Roxo, o Governo Federal, mas é... por... pela cidade de Belford Roxo, a gente fez já com o público na rua, né. O palco, foi muito bacana. A gente conseguiu fazer com que o festival tomasse um crescimento, um pouco de... médio porte, onde a gente trouxe seis bandas - de reggae local e da Baixada Fluminense - tocando, falando, teve palestra, teve oficina, teve um monte de coisa que foi muito importante. Hoje é um registro de grande validade para gente e isso, com certeza, nos possibilita sonhar um pouco mais. Porque, eu sempre falo. nas minhas fala, que é o Donana sempre foi um sonho de construção. A gente entende que é uma construção lenta, porque a gente não tem patrocínios, grandes patrocinadores para fazer com que a gente consiga atender mais pessoas, mais público, mais criança, mais adolescente, mais idosos, pessoas, né. Essa lei ela nos ajudou a realizar esses sonhos. De fazer um festival, com um bom equipamento, com palco, a nível profissional, bons técnicos, excelentes bandas. Então foi um, tá sendo e, eu espero que continue, né, a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo também. Para a gente poder continuar sonhando e vendo que, realmente o Governo Federal, é na sua instância, né. Os batalhadores para que isso tivesse ocorrido, embora no meio de uma pandemia, muita gente foi atrás disso e conseguiu colocar a lei e fazer com que ela funcionasse. É, e a gente conseguiu realizar alguns projetos, através da Lei Aldir Blanc, né. A gente fez aqui, oficina de moda também, online. A gente gravou aulas de capoeira. Eu fiz alguns projetos de artes plásticas, é, micro-projetos, e até chegar a esse outro. Fomos contemplados, agora com o Sarau Donana, com o Retomada 2, do Governo do Estado e a gente vai executar três eventos - do Sarau Donana - circulando por três cidades: Belford Roxo, Nova Iguaçu e Caxias. Nós vamos fazer três edições, isso também, através da lei é o Aldir Blanc. Então a gente vai poder sair, da... daquela parte que é muito legal, que as pessoas vêm aqui, se doam pra fazer, se cotizam pra realizar, hoje a gente vai ter uma verba, para dividir, né. Para todos esses produtores e artistas, e produção mesmo, da estrutura para poder levar para outros lugares.

Jane: Hum, que legal Dida! Eu ia perguntar... é... Nesse percurso, nesses 40 anos, teve algum investimento, alguma participação da Prefeitura de Belford Roxo no Donana?

Olha, não, na verdade a gente antes da cidade se emancipar de Nova Iguaçu - Inclusive eu participei muito, para que fosse é, realizado isso: que Belford Roxo tivesse a sua

independência virasse uma cidade, tivesse seus próprios recursos. E a gente conseguiu na época com a minha banda, a minha primeira banda que foi a Calibre 35. Onde a gente tocava músicas, muito contundentes com a realidade da Baixada Fluminense, falando da realidade. É uma banda de reggae, é que atuou no centro do Rio de Janeiro. Principalmente no eixo de Circo Voador, fomos para São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, onde a gente falava da cidade do nosso lugar através da nossa música. A cidade em si, o poder público, até hoje não, sem ser a Lei Aldir Blanc, nunca teve é, um apoio real, que a gente sentisse à vontade para até ter essa parceria com eles. De uma maneira é, de maneira construtiva e progressiva, para que a gente pudesse realizar em conjunto esse trabalho que o Donana desenvolve. Até hoje não tivemos um apoio real do poder público, né. Então a gente a gente parte para fazer conselho, para fazer todo o processo para realizar um diálogo transparente - sobre cultura e arte na cidade, mas as pessoas não têm essa cultura de investir numa instituição, que é independente, né, que faz o trabalho e, muitas das vezes, o trabalho que a própria cidade mesmo, o próprio poder público não faz. A gente atua nessa nessa área, atendendo um grupo afim, mas a gente quer aumentar, a gente... e para aumentar a gente precisa dos patrocinadores e isso ainda não aconteceu.

Eu espero que um dia, para frente, a gente consiga ter um diálogo mais aberto e mais verdadeiro. De forma que a gente possa se tornar, é, para eles um parceiro, e eles para a gente. Mas de forma independente, que entendam, né, que a gente é uma instituição independente e que a gente tem, que faz um trabalho, que está realmente levantando a autoestima da comunidade local.

E isso vai desenvolver a cidade, vai desenvolver a família, o cidadão. Claro que vai ser bom pro poder público! Então, na medida que o poder público entenda isso, eu acho que é possível um diálogo, de um crescimento. É, que a gente possa fazer uma coisa, que não seja só de um lado, que não seja só para ele, que seja duas vias, né...

Jane: Obrigada Dida, pela sua entrevista, pela sua colaboração para o meu trabalho. Que o Donana cresça e que cada pessoa, que cada criança, cada jovem, que entre nesse lugar continue se sentindo amado, né... acolhido. Como eu me sinto e que Belford Roxo cresça junto com o Donana! Eu, de coração, agradeço.

Jane Quintino Pinto Mestrado de Diversidade Étnicorracial

Dida: Eu que agradeço... eu que agradeço, a oportunidade de participar do seu trabalho, é, e é isso, Donana é... isso aí e a gente vai tentando realizar.

Jane: Obrigada Dida.

Transcrição Mara Ribeiro: Instituto Candace – entrevista virtual realizada em 04/09/2022

Olá, é, eu me chamo Mara Ribeiro, sou diretora e cofundadora do Instituto de Mulheres de Negras Herdeiras de Candaces. Localizado no município de Belford Roxo, com sede de atendimento, filial na Rua Acaraú, 378 - Heliópolis, também Belford Roxo.

Autorizo a aluna mestranda Jane Quintino Pinto a utilizar esta entrevista como peça e material para alimentação de sua tese.

Jane: Caiu? Você caiu Mara?

Não eu tô aqui, você é que sumiu da tela.

Jane: Não eu to aqui. Pode falar, que eu não vou te interromper. Você pode falar livremente sobre o Instituto. Como é...? o que acontece...

Ah! Então tá, é, o Instituto de Mulheres Negras, ele surge no ano de 2007. É fruto de uma... de uma violência sofrida, por mim, é Mara Ribeiro. Sou professora, carreirista, servidora pública da Secretaria do Estado de Educação. E tive o desprazer e ao mesmo tempo o prazer de ser apresentada ao racismo no chão da escola. Eu fui criada, né, numa família hegemonicamente negra. Sou moradora do município de Belford Roxo, desde da minha idade de 5 anos, toda minha vida foi construída aqui. Eu costumo dizer que eu saio de Belford Roxo pro mundo e, literalmente falando, pro mundo. Porque tive a oportunidade de visitar os Estados Unidos num intercâmbio. Então, eu costumo dizer que a minha origem, minha raiz, é Belford Roxo. E eu fui apresentada ao racismo aqui, quando assumi a gestão pública, o meu primeiro cargo. Segundo cargo né, porque meu primeiro cargo é um cargo de investidura e foi adquirido através de concurso público. Eu sou oriunda da extinta FAEP (Fundação de Apoio à Escola). É, sou professora oriunda, de origem de CIEP, né, e o meu segundo cargo público e primeiro à frente da gestão, foi assumindo a direção de escola. E por assumir esse cargo, em frente a algumas demandas, né de trabalho e algumas demandas, também, de não entendimento da identidade de gênero e raça. Em 2002, que foi quando eu fui apresentada ao racismo eu não conhecia, eu não tinha ainda a consciência racial, eu não tinha a identidade facial. Porque sou oriunda de uma família hegemonicamente negra, porém com conceitos é do respeito ao próximo, do respeito ao outro. De tratar o outro como você gostaria de ser tratada, respeitar o outro como você gostaria de ser respeitada e não por questões da diferença de pele, da diferença de cor de pele. E, é muito difícil, né. Você, hoje, eu entendo que a população negra, as condições de vida que a população negra atravessa e enfrenta no seu dia a dia, não é tão somente uma questão de territorialidade, ou uma questão de... de conceitos sociais, né. Não é, tão somente, a violação desses direitos por conta da territorialidade ou da geografia, né. Do espaço territorial que essa população vive e ocupa. Tá muito relacionada ao racismo e esse racismo, ele tem nome. Racismo estrutural, que faz a diferença e que imprime a diferença na vida das pessoas. Assim como imprimiu na minha, e eu, por ocupar esse cargo público, eu conheci os dois lados da gestão pública. O lado bom, do quão você é reconhecido, quando você transforma a realidade. E o lado mais vil do quão você é desprezado quando a política partidária atravessa a estrutura da gestão. E o elemento que está à frente da da gestão, na condução, no encaminhamento das diretrizes. Do fazer cumprir as diretrizes, quando ele tem uma mente partidária, negativa e oportunista, o quanto isso fere as bases e as estruturas de uma gestão qualificada, uma gestão é potencializada, vamos dizer assim. Eu dirigia o CIEP 374, eu, a minha vida profissional inicia nessa escola, ali foi o meu primeiro emprego. Ali, eu formei a minha base educacional, do ponto de vista profissional, porque quando eu chego ali, eu era um apaixonada pela educação. Eu era uma iludida com o poder do professor, o poder de transformar a vida de uma criança, a partir da transferência de saberes. Eu era iludida quanto a isso e eu acredito que acreditava, piamente, que eu era esse elemento transformador. Eu, ao ingressar no serviço público, eu sempre contrariei as estatísticas, sabe?! Eu, ao ingressar no serviço público, tinha a redação né, que era eliminatória do concurso da época. Hoje em dia, eu nem sei se ainda tá assim. E eu me baseei num livro que eu tinha lido, ainda na formação de professores, que é “do que era ser um professor novo e do que era ser um professor policial” e esse livro, ele nos mostrava como deveria ser o papel do professor na sala de aula. E eu escolhi ser o professor novo e levei isso para minha carreira, né. Essa

metodologia do professor novo e com isso eu cheguei no primeiro cargo de gestão, que foi a direção dessa escola lá. Eu encontrei problemas sociais do território e uma animosidade muito grande dos profissionais, colegas profissionais da educação, que por conta do contexto social em que se vivia, nada faziam pela escola. Tinham profissionais que iam para escola para dormir, e não para trabalhar e aquilo ali me incomodava muito. Por conta do contexto social, a escola estava perdendo muitos alunos. Porque a escola fica, ainda hoje, numa região dominada, né, pelo tráfico. Não esse tráfico de hoje, esse tráfico armado, esse tráfico “inteligente”, não. Era um tráfico mais primário, mas era tráfico. E na escola funcionava, duas tinha, né... Não vou, dizer nem que funcionava, não posso usar essa palavra. Tinha lá duas bocas de fumo montadas dentro da escola e eu ficava muito triste com aquilo, porque na época eu ainda tinha a ilusão de que esse perfil da escola, isso ia estar atrelado ao meu currículo profissional, e isso ia me manchar, né. Profissionalmente, para minha carreira, para se eu quisesse mudar de escola. Quisesse fazer outras coisas dentro da educação, eu achava que essa imagem da escola ia atravessar o meu currículo. E aí, comecei a querer me movimentar pra trocar de unidade escolar. A direção, nada de querer me liberar porque, segundo a direção, eu era uma das melhores professoras, né que tinha ali no quadro pedagógico. Mais dedicada, mais, enfim, empenhada né, com as crianças e na aplicação dos trabalhos e criava muitas oportunidades para as crianças. E aí, ela não me liberava, e aí, eu vim a concorrer, a ocupar o cargo de direção. A princípio seria uma chapa composta com ela e no meio do caminho, por algum motivo, ela decidiu: não mais. E aí, eu falei: ou me liberam, ou então eu vou ter que “bater chapa”, né. Ih... acabou incidindo de eu ter que “bater chapa” contra ela e venci essas eleições. Num período de 1 ano, eu assumi uma escola com 37 alunos vivos. Embora informados estatisticamente em números de 200, mas, na escola real, só tínhamos 37. Eu elevo esse número de alunos, em outubro, fechando já o ano de 1999 esse número em 400 mais alunos, né. Então eu fecho o ano com número de 437 alunos, tirando aí as evasões, eu fechei o ano com 427 alunos. E isso começou a demandar trabalho para aqueles colegas profissionais da educação, que estavam acostumados com aquela vida do não preciso fazer, porque eu não tenho demanda de trabalho. E aí, eu começo a incomodar, a partir do momento que eu começo a movimentar a escola. Eu levo para dentro da escola, o equipamento da secretaria de educação. A Coordenadoria Metropolitana 7, é não foi fundada por mim, mas ganhou o corpo de existência quando eu estava diretora. Porque eu levo essa... essa Seccional da educação, aqui no município, pra dentro da escola, para ocupar o espaço ocioso que eu tinha. A época, com isso eu entendi que eu daria um protagonismo diferenciado à escola. Eu levaria movimentação, eu levaria as extensões da secretaria, da sede, para dentro da unidade e ganharia mais respeito, né, mais visibilidade, mais protagonismo, e assim foi. Em 2000 eu crio, né, amplio os segmentos enquanto outros segmentos da escola. 2001 a escola tava no top, o primeiro computador que a escola teve, foi adquirido através da minha gestão. E aí, final de 2001 eu começo a incomodar, eu começo a incomodar de modo que: criam-se várias denúncias, é, contra mim, e eu era somente uma jovem, de 25 anos, negra, pobre, moradora daqui deste lugar chamado Belford Roxo. Cheia de sonhos, sem maldade, sem malícia, sem política, sem partido, sem padrinho, sem nada. Eu só tinha o amor pela educação, só queria transformar vidas das minhas crianças, dos pais e responsáveis, dos meus servidores, para que eles tivessem oportunidade de crescimento, de emancipação. É, ainda que na Unidade Escolar e aí eu começo a criar, é animosidades mais severas. E dessas animosidades gera-se uma série de denúncias contra mim, contra minha pessoa. Uma série de pressões, com o poder paralelo local pra me desestabilizar; uma série de invasões de furtos na escola, pra poder criar fato negativo sobre a minha gestão. E aí, em setembro de 2002, eu sou convidada a me retirar da direção da escola, a me afastar da direção da escola e... com a seguinte alegação: que eu tinha que voltar, minto, antes disso. A minha chefia me disse, com

todas as palavras: “que ela não queria nada de mim, que eu estava achando que eu era quem? Para estar fazendo tudo que eu estava fazendo naquela escola. Que eu achava, que eu tinha autoridade e o poder para mudar a vida de quem? Que ela não queria nada de mim, que ela só queria a minha matrícula e me devolver para o lugar de onde eu vim e que nunca deveria ter saído.

E aí, eu imaginei que fosse a sala de aula, porque a única coisa que eu sou. e como eu digo sempre, a única coisa que eu sou e vou morrer sendo é professora e mulher negra, porque isso não vai dar para mudar. Eu posso até me aposentar, mas eu vou continuar sendo uma professora. Eu posso até morrer, mas quando falarem de mim, vão dizer: A Mara? A Mara era uma mulher negra, assim assim... Porque isso não tem como mudar. E aí eu imaginei que era a sala de aula, aí eu perguntei a ela. É pra sala de aula que a senhora quer que eu volte? Ela uma mulher branca, loira, chefe, empoderada - mulher do coordenador da época - e ela me disse com todas as letras, ela: não, não é a sala de aula. Porque o seu lugar, nem é na sala de aula, você vai voltar para um lugar de onde você nunca deveria ter saído. E aí, eu perguntei a ela: que lugar é esse que eu não conhecia? E, na verdade, eu era muito jovem, muito inocente e eu realmente não dimensionei o que ela tava falando pra mim. E, aí ela me disse: você vai voltar pra detrás do fogão da sua casa, porque lá é que é o seu lugar.

E, aí eu engoli aquela pílula e fiquei e perguntando o porquê, que o meu lugar era detrás de um fogão. Se os meus pais, eu filha de um analfabeto e uma semi- analfabeta, sempre me disseram que eu tinha que estudar, eu tinha que tirar as melhores notas. Ser exemplo para os meus irmãos, puxar os meus irmãos, para que eles também estudassem, pra que nós fossemos, aquilo que eles não conseguiram ser na vida. Por que, que o meu lugar, era de trás de um fogão, se eu tinha estudado tanto a vida inteira? Por que que eu não podia ser uma professora? Mais do que isso, Por que que eu não podia ser uma diretora de escola? E ali, naquele momento, eu engoli aquela pílula e eu não sabia o porquê que ela tava me dizendo aquilo. Porque eu não conhecia o racismo, eu não tinha consciência racial. E aí depois, aquilo dali gerou, assim, um turbilhão de coisas a minha volta. Coisas muito ruins, muito pesadas e não tava preparada pra enfrentar. Eu não sabia como enfrentar. E, aí eu conheci uma senhora chamada Maria Moura. Uma Ekedí, a preta velha que é viva, graças a Deus, até hoje. E eu só chorava, só chorava, eu a conheci na SARAC. Antiga secretaria de... não sei se era secretaria de assistência a ações afirmativas e cidadania. Era alguma coisa assim, depois eu posso buscar saber, ver o termo certinho para poder passar. Eu conheci a SARAC e depois eu encontrei a Maria Moura nesta secretaria. E, aí ela falou assim: “minha filha, pára de chorar! Você é uma moça tão bonita, tão jovem. Por que que você chora tanto?” E, aí eu contei para ela, pelo qual eu tava passando, né. O que que eu tinha vivido e estava vivendo, foi os piores anos da minha vida. E aí ela falou assim: “deixa eu te falar uma coisa, você precisa conhecer umas “cachorras lobas” assim como eu, que existe no estado do Rio de Janeiro. A gente anda como lobo, andamos em matilha ainda que estejamos separadas. Você precisa conhecer essas mulheres, porque nunca mais... nunca mais... Nem branca, nem preta, nem homem, nem mulher vai dizer isso para você. Porque se um deles, qualquer um deles disser isso para você, eles vão ver o que que é fechar o Estado do Rio de Janeiro. Você precisa conhecer as mulheres do fórum estadual de mulheres negras. Você vai procurar essa pessoa - e me deu o nome da mulher que eu deveria procurar - você vai procurar essa pessoa e você vai falar em meu nome. Vai dizer a ela que eu é que mandei você procurar ela e você vai contar a sua história e nunca mais você vai estar sozinha nesse estado. Nunca mais você vai chorar sozinha, quando você chorar, vai ter sempre uma mulher do seu lado segurando sua mão. para aceitar as suas lágrimas e continuar caminhando com você.

E assim eu fiz, chegando no fórum eu não conhecia nada, não entendia nada. Quando eu contei só essa frase que eu dei, aí elas me disseram: “o que você sofreu foi racismo. Isso que

essa mulher branca fez, sua chefe fez, isso é racismo. O nome disso é um nome bonitinho, mas machuca e faz sofrer, é racismo estrutural, racismo institucional. A partir de hoje você não chora mais por essa história, a partir de hoje você vai levantar a cabeça e você vai se ver, se conhecer e se entender como mulher negra e assim foi. Comecei a minha militância no fórum, e o Instituto, ele nasce do Fórum de Mulheres Negras, muito por essa causa. Muito por eu identificar outras mulheres que também sofriam racismo. E muito por... pelo meu município não conhecer o racismo, não falar do racismo. As pessoas negras que moravam aqui, até alguns que moram ainda hoje, não conhecerem racismo. Ignorar o racismo completamente, como se isso fosse só uma palavra e não fosse uma doença. E, aí, eu reunida outras mulheres e algumas mulheres quase da minha família, eu decido, é, socializo, né, o desejo com essas mulheres, de criar o Instituto para que a gente pudesse tá levando esse conceito, essa orientação e levantando casos de outras mulheres, outras pessoas que viviam o racismo é, no município e não sabia o que era o racismo, como eu não soube, à época, não tinha defesa. E, aí, era assim, mais por paixão à causa, não era paixão. Mais pela dor que eu sofri e tive que aprender a tratar, nasce o Instituto Candaces, E, aí quando eu busco, né, o significado de Candaces. Busco conceituar isso na atualidade é que eu consigo retratar que é exatamente o que nós mulheres negras somos hoje. É, Candaces foi um exército de mulhere, negras, né. Oriundas do egito, de uma região do continente africano que elas defendiam o seu território. Elas ditavam as regras; elas ditavam as leis do seu povoado; elas cuidavam do seu povoado; elas protegiam seu povoado; e elas lutavam por justiça, entre os seus. Elas eram tão importantes, que elas decidiam até quem era admitido na sua família. Para constituir e dar continuidade a sua prole. E, aí, quando o nome herdeiras, e vem eu ainda não conhecia esse sentido de Candaces. Essa Candaces veio com aquele sopro de força sabe para mim, para eu poder estar enfrentando as lutas e as agruras que o racismo, ele trouxe para minha vida de uma forma muito perversa. E eu quando conheci Candaces, conheci na cidade do samba, falo que foi quando elas foram enredo do salgueiro. E eu fiquei tão impactada com aquela imagem, com aquela força, daquelas esculturas. Eu falei: gente é isso que eu sou, é isso que eu to sendo e aí vem a herança, né... a coisa da herança, da ancestralidade. E, aí ficou herdeiras de Candaces. E, aí a gente parte com esse nome para se constituir, mas muito sem entender para que. O Grau de importância que isso tinha. E eu digo pra você Jane, que esse grau de importância, essa ficha veio cair mesmo, de verdade, de 2009 para cá. O nosso primeiro projeto de participação, porque não era de nossa autoria, nosso primeiro projeto foi pra compor uma banca de seleção é de um projeto crioula era onde a elaboradora ou a instituição selecionada para sediar, aqui no estado do Rio de Janeiro, que foi o Projeto Levantamos. Até o nome tem um significado importante para mim, né. Que era a ONG Levantamos, nos Estados Unidos, oriunda dos Estados Unidos, que tava com projeto de intercâmbio para jovens negros empreendedores no Brasil. Ia selecionar 10 jovens do Rio de Janeiro e 10 jovens de Salvador e crioula tava selecionando algumas instituições de mulheres negras do estado do Rio de Janeiro, pra poder estar integrando essa

banca aqui no Rio. E Candaces é convidado a integrar essa banca e pra nossa felicidade e uma forma, até mesmo de acolhimento e colo, dessas rainhas mães que pra mim são sagradas, é... nós participamos desse projeto, nós selecionamos jovens aqui de Belford Roxo... E para nossa felicidade - uma das Jovens que nós selecionamos - ela foi semi... foi selecionada para semifinal e da semifinal, ela foi finalista e nós fomos para os Estados Unidos, nessa banca e acompanhando essa jovem. Ali, eu vi que a gente não tava vindo para brincar, ali, eu vi a importância que nós teríamos na caminhada. Só que as pessoas, né... são... é um negócio muito louco né. As pessoas acham que porque você tem... está numa instituição, porque você tá numa ONG, você administra milhões, e não é assim... não é assim.

Sobretudo quando você tá também, você é fundador, você é fomentador daquele projeto, você alimenta os olhos da causa e não empresarial, não institucional. Você é movido pelo sentido, pelo que te levou a constituir aquele equipamento e não pela razão. Quando a gente mistura a emoção e a razão em tudo que a gente faz, a gente perde um pouco o chão. A gente não consegue dar o passo medindo o risco, você só mede a emoção, você só mede o sorriso, você só mede um abraço. Você não mede o chão, você não consegue ver que você pode tropeçar, que você pode quebrar um dedo, que você pode quebrar uma unha você não mede isso. Você tá indo movido pela emoção. E nós éramos assim também.

Nós voltamos do... fomos pros Estados Unidos eu fui né... porque as meninas da época tinham ocupação, né, de trabalho. Eu também tinha, mas eu estava numa outra condição funcional. é... E aí eu fui por 20 dias é fazendo uma turnê em... em é por Nova York, por Washington, pela Califórnia e foi muito importante. Só que pela imaturidade, né, talvez se fosse hoje, o nosso reflexo, o nosso aproveitamento teria sido muito maior, mas como a gente estava também muito embrionária, eu talvez... eu tenha vacilado nisso. Eu fui muito emocionada para lá, né. É como se fosse um resgate, um massagear de... de emoção. Um massagear do meu coração pras dores que eu vinha sofrendo e que estava sofrendo naquele momento, ainda no contexto profissional.

E, aí, quando a gente volta de lá. Eu comecei a querer entender porque que eu tinha vivido tudo que eu vivi no chão da escola. Porque eu só tinha transformado vidas, eu tinha devolvido uma escola para o sistema, uma escola que tava perdida. Eu tinha devolvido ela para o sistema, eu tinha devolvido ela para para secretaria de educação. Eu pego uma escola com 37 alunos e eu sou tirada dela deixando 1005. Eu pego uma escola, somente o primeiro segmento do Ensino Fundamental, uma turma de CA; turma de primeiro ano; uma turma de terceira... hoje, né, hoje de 4º ano... E eu entrego uma turma, uma escola com... o primeiro segmento e o segundo segmento implantado; o segmento de Educação de Jovens e Adultos implantado; com o ensino médio implantado; com equipamento da secretaria de educação instalado; um programa da mãe social efetivamente funcionando; com uma merenda de qualidade, as crianças só comiam macarrão e salsicha e quando eu saio eu deixo essas crianças com quatro alimentações no dia, com fruta de qualidade e eu sou arrancada dessa escola. Eu tendo recebido o reconhecimento de cidadã belforroxense pela transformação social que eu estava fazendo na vida daquelas pessoas. Eu tento tirar o tráfico de dentro da escola e eu tô arrancada dessa escola. Por contextualização única exclusivamente eleitoreiras, político-partidárias. Eu não entendia isso, porque eu não tinha vinculação política, eu não tinha uma circulação partidária. E, aí eu começo a querer entender isso, esse campo, esse cenário. E, aí eu começo a me aproximar de pessoas ligadas a política e aí eu faço parte de um projeto “O que é ser negro no Rio de Janeiro”. Eu na... no GT de Educação, eu comecei a escrever o que, que era ser negro no Rio de Janeiro. Só que não no contexto de capital e sim no contexto de Baixada. As contribuições que eu dava era no contexto de Baixada e no meu território. E eram

contribuições muito doídas porque eu tava muito machucada, né, na época. E o Instituto, ele é a época, ele tinha um papel muito de... até mesmo, eu acho que de formação, autoformação. Porque eu participava muito das agendas, da... da Coordenadoria de Políticas Públicas da Mulher que tava recém-implantada aqui no município. Eu tinha uma parceria, uma relação muito boa com a coordenadora. Eu me aproximo da... do Conselho da mulher, começo a participar das reuniões e vem a eleição para o conselho. Nós éramos e ainda hoje somos a única instituição de mulheres negras dentro do município de Belford Roxo. A única instituição que discute raça e aí, como eu costumo dizer de uma forma muito é... acho que é pejorativo o termo que eu uso: a causa é importante, mas ela não paga as nossas contas e eu era muito sozinha na militância, me sinto muito sozinha... muito sozinha, muito sozinha. A primeira Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Município de Belford Roxo quem puxou foi eu... E todas as pessoas que busquei para me auxiliar na época, todas elas acharam que era maluquice que não tinha preto. Quando eu busquei o poder público do município na época, para poder convocar a... a conferência, eu me lembro como se fosse hoje. A vice-prefeita falou que: “Aqui no município (...)”, ontem mesmo eu tava relembando isso com um amigo é... “(...) aqui no município não tinha preto. Pra que Conferência de Igualdade Racial? Belford Roxo não tem preto, aqui é todo mundo igual”. Aí, eu pedi a ela para estender o braço dela sobre a mesa e estendi o meu. Aí eu fui e perguntei a ela: A senhora vê alguma diferença aqui? Aí ela:

“Ah! Esse negócio de pele, isso não é importante! Todo mundo tem que ser tratado igual!” Eu falei: Mas a senhora acha que se tiver uma vaga de emprego, tá eu e a senhora na fila. Quem passa? Quem é convidada a entrar pra entrevista, eu ou a senhora? Aí ela foi e me respondeu: “É, pode ser que seja eu.” Aí eu falei pois é, mas a senhora acha que depois da senhora entrar e depois que eu entrar depois da senhora, a senhora acha mesmo que a vaga vai ser dada pra quem? Pra mim ou pra senhora? Aí ela: “Ah! Pode ser que seja dada pra mim.” Eu falei: Pois é, a senhora já ouviu falar naquele pequeno detalhe, que as empresas quando tão dando vaga de emprego pede. Lá no “rodapézinho”? A “boa aparência”? Então, é sobre isso que a gente tá falando, é sobre isso. Só que isso Jane eu falava de uma forma assim muito... eu até posso dizer assim, com medo. Por que eu também não era habilitada pra tá fazendo a defesa dessa pauta. Porque eu também não tinha segurança, porque eu também não tinha essa consciência racial e... A minha escola de formação e que me forjou e me preparou foi o Fórum de mulheres Negras, porque lá dentro eu comecei a entender essa diferença que era impressa na nossa vida, no nosso dia-a-dia. E o Instituto já tava constituído, juridicamente falando, a gente... começou a trilhar alguns caminhos para poder criar um portfólio. Muito por dentro da causa e não pela questão jurídica. Da... de ver a instituição como uma empresa, ainda com uma visão muito amadora, né. A gente começa a criar parcerias com as Universidades, levando temas para dentro das Universidades. A Estácio de Sá foi parceiro da gente durante muito tempo, a UNIABEU que sempre abriu os espaços para nós, fazemos seminários, fazemos formações. a UNIABEU aqui em Belford Roxo, a Estácio de Sá (campus Belford Roxo, Campus de Nova Iguaçu, Campus Queimados) a gente sempre teve uma relação muito positiva com eles. E aqui no Município, os nossos maiores parceiros sempre foi a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulher é... Obvio, né, que ao longo do tempo, as interferências políticas tiraram um pouco, né, essa relação. A gente deu muito murro em ponta de faca e isso fez com que a gente recuasse um pouco e fosse cuidar da nossa vida.

Porque como eu disse a causa é boa, mas ela não paga nossa conta e a gente teve um tempo que a gente tava bastante fervorosa, né. Indo muito pra dentro, e as coisas começaram a ficar um pouco meio tensas aqui no Município... E a gente deu uma recuada, suspendeu as atividades aqui. Fomos trabalhar e aí, eu fui fazer a faculdade, fui militar partidariamente. Aí comecei a viajar o Brasil todo para poder tá dando formação, para poder estar fazendo

implementação e implantação de núcleos dentro de diretórios por aí afora. E aí o Instituto ele acabou ficando um tempo na prateleira. Quando chega em 2015, eu assumo a Superintendência de Promoção da Igualdade Racial do Estado que foi meu último, posso dizer meu último cargo público, é... E ali, eu percebi que eu tava fazendo o caminho errado, porque eu eraa Presidente do Instituto até então. E, quando você é presidente de uma organização, né um instituto, um equipamento, é... sem fins lucrativos - ou até mesmo com fins lucrativos - e você ocupa um cargo de gestão pública, você impede essa instituição de fazer captação. Até mesmo ali, naquele espaço, porque você é a representante legal. E ali, eu decidi que eu iria sair a presidência do Instituto, eu iria continuar na estrutura (porque sou fundadora dele e assim, a causa motriz dele existir é...), mas eu não ia mais estar à frente como responsável legal, né, da empresa. E aí durante o tempo que eu estive à frente da Superintendência, a gente criou outros tipos de relação, mas somente para manter as atividades e o portfólio ativo, mas no município propriamente dito, a gente desistiu de atuar por conta da postura, né, do Poder Público local em relação às unidades e as organizações de terceiro setor. E aí a gente até pensou em mudar... mudar o nosso município fiscal - só que.. o que, que acontece, né - a gente conversa bastante sobre isso e o que, que a gente pensa. Quando você ganha um presente, o presente é seu. Você não pode me dá um presente que você ganhou. Porque se você me dá um presente que você ganhou: primeiro, significa que você não considera a pessoa que te deu aquele presente; segundo, não gostou daquele presente; e terceiro, você não está querendo me agradar, você não tá me prestigiando, você tá querendo se livrar de uma coisa que você tá querendo descartar. Então você tá errando 3 vezes e quando o Candace surge, ela surge para fazer a diferença aqui, nesse território. Então tirar a Candaces daqui significa uma ofensa, eu acho hoje que significa uma ofensa. Eu acho que a gente pode sair daqui para outros lugares - como a gente vem recebendo convites, inclusive para abrir núcleos em outros lugares, mas a gente primeiro precisa de entregar aqui. Porque ela surge aqui, ela vem para cá para que a gente possa fazer diferença nesse território. Pra que a gente possa mudar e impactar vidas aqui, pra que a gente possa transformar a vida de mulheres e jovens negros que perdem sua identidade aqui todos os dias. Que tem oportunidades negadas aqui todos os dias; que... são... que vivem em situação de vulnerabilidade social cotidianamente; que não tem seus direitos garantidos; que não têm oportunidade; que nunca... nunca foram a um cinema; nunca foram à praia; nunca foram ao shopping. A gente tem comunidades aqui regiões, ainda pelo município, que tem crianças que nunca viram... nunca viram um shopping. Porque seus pais não tem condição de levar. Ele não sabem o que é andar de Uber, porque anda só de bicicleta, porque é o transporte que o pai e a mãe tem condição de ter, de oferecer ou quando na maioria das vezes, andam à pé. Eu em 2020, eu conheci um lugar aqui em Belford Roxo, que eu nunca imaginei que existisse. Um bairro chamado Estrada dos Ossos, fica lá dentro de Nova Aurora, aquelas crianças... elas não sabem o que é cidade... elas não sabem. E aí, em 2020 também, após fazer esse Tour aqui no município, conhecer algumas regiões, a gente já tava fazendo esse mapeamento. Eu... nós decidimos fazer... fazer um planejamento estratégico para o Instituto. É... e desse planejamento estratégico do Instituto, a gente é... começou a se lançar a processos de aceleração, a processos de formação. Em um desses processos seletivos que nós... nos escrevemos, foi pro “Gerando Falcões”. Nós, pra nossa surpresa, fomos selecionados para participar dessa formação, foram 7 meses de formação e hoje nós estamos na rede de líderes da Gerando Falcões. E isso tem causado muitas mudanças, pra nós: no nosso olhar sobre a gestão; sobre a oferta de oportunidade; sobre a qualificação; sobre o nosso público de atendimento; a definição institucional da gente; sobre os nossos pilares e sobretudo a nossa forma de atender. Hoje nós temos definido os segmentos que nós atendemos: são mulheres e jovens negros em situação de vulnerabilidade social. É, nós temos hoje o atendimento... é mapeado dentro de uma plataforma de gestão,

que é... quem nos ajuda a gerenciar o Instituto... nós temos o atendimento direcionado de 50 famílias e

130 jovens dentro desses. É dentro desses 130 jovens assistidos, nós estamos desenvolvendo alguns projetos direcionados a esse jovem. É... O primeiro projeto que a gente vai estar, fazendo em parceria com o Gerando Falcões, é o Jovem Falcão: que atenderá 50 jovens para capacitação profissional. Que passa desde... da... do módulo de sócio-educacional ao modo de formação mesmo, pra o mercado de trabalho. E se deus quiser, Oxalá permitir a gente vai estar sendo contemplado também num edital que tá aberto e a gente tá apresentando uma proposta. Que é o Favela Emprega, onde nós vamos estar atendendo os jovens de idade de 14 a 29 anos. Isso, sem falar na série de outras parcerias, de projetos que a gente já tá... aí na fase de finalização. Mas eu ainda não posso declarar aqui, apresentar aqui, porque a gente ainda tá em fase de prospecção. A gente ainda tá em fase de análise, de alinhamento com dois ou três outros grandes projetos, que certamente a gente vai tá trazendo para o município. E a gente vai tá cumprindo... que é a nossa missão de transformar sonhos em realidade e isso a gente tem certeza que a gente vai conseguir fazer. Aí você pode me perguntar assim: Mara Mas qual é o tamanho da sua equipe? A nossa equipe, ela é montada de três pessoas, três pessoas da mão na massa. A gente tem uma equipe institucional e eu falava muito isso pra uma voluntária que nós tínhamos, que também era do município. É... que existe a equipe oficial, que é a... que tá ali né, na documentação da gente, são pessoas vivas, mas é como eu falei lá trás. As pessoas fazem uma leitura, muito equivocada de organização e terceiro setor. As pessoas querem a foto, o aplauso e o bono, mas a massa... Buscar o ingrediente para preparar esse pão, pegar o botijão de gás ou acender a lenha e esperar esse pão ficar pronto, para ser colocado a mesa... Servido à mesa e dividido, partilhado igualmente, as pessoas não querem essa parte. Então efetivamente, hoje, a nossa equipe é uma equipe de três pessoas. Três pessoas da diretoria e... uma voluntária que... eu costumo dizer que sem ela, não dá pra continuar. Porque é o meu braço forte, que eu vou contar de fato para tudo. Não tá perto, não é do território, mas basta eu falar. Jane também, eu chamava de Jane, o nome dela é Janete, eu chamava de Jane. Eu falo:

Jane, preciso de você. E ela:

É a hora que você quiser! Então eu conto com quatro pessoas: eu, duas da diretoria e a Janete para nos ajudar. Nós não temos Patrocínio, nós não temos apoiadores, nós não temos colaboradores financeiros.

É uma luta todo dia, mas a gente não desiste. Porque a gente acredita que vale a pena, a gente acredita que esses jovens que tem que tem um portão bem largo... bem largo oferecido pela facilidade que o poder paralelo traz. Esses jovens vão olhar para trás e vão ver uma porta, talvez mais estreita, mas que vai estar sempre aberta para ele: pra oferecer uma capacitação; para oferecer uma oportunidade de emprego; para oferecer um curso; para oferecer uma oportunidade de intercâmbio; para oferecer para ele uma vaga de emprego. Pra essas mulheres negras, que se submetem a inúmeras... inúmeras de violências, pela falta de oportunidade, pela dependência econômica, pela vulnerabilidade e baixa-estima que elas têm. Porque nós, mulheres negras, em sua grande maioria, temos uma baixa- estima muito elevada. Porque a gente não conhece a palavra da valorização. Porque nós somos beizuda, nós somos cabelo duro, nós temos um bundão, nós somos barriguda, nós somos raivosa, nós somos tudo que não serve. Então a sociedade, ela nos imputa toda a mácula de raiva que elas têm sobre nós. E isso vai nos aniquilando, aniquilando aniquilando então o que que o Instituto quer oferecer para suas mulheres oportunidade de emancipação. Para que elas se vejam enquanto agente transformador, não no território delas, mas a partir da casa delas. Elas precisam acreditar que elas podem. Elas podem com um saber, elas podem com o conhecimento, elas podem unir-se a outras mulheres, porque ninguém é forte sozinha. Jane: Verdade! Obrigada Mara, pela sua

entrevista, pela sua coragem, né... de falar da própria vida, da própria história e como isso perpassa o Instituto. Eu, Jane Quintino Pinto, mestranda pela Universidade Federal Rural agradeço e Registro aqui, a sua entrevista. Mara muito obrigada... deixa eu dar pause aqui.

- Transcrição George Ferreira Lau- Pré vestibular Paulo Freire- entrevista concedida online em 27/07/2022

Eu estou aqui com a Jane, né, Quintino Pinto, tá escrito ali e eu agradeço ela por esse convite e autorizo é... a gravação, né, desse vídeo, para... para uso e fins acadêmicos, né... pela Universidade Federal. Eu sou formado em.. em história, né e também em filosofia e fiz uma pós em História e Cultura Afrodescendente. E... é... no meio da pandemia, né... não tinha mais o que fazer, eu e minha esposa a gente resolveu tentar o mestrado e, aí a gente conseguiu a graça de estar aí no mestrado da FEBEF é.. de.. de periferia e as coisas todas ali, educação, efim... tem um monte de nome. É comunga muito com a sua pesquisa, né. É, bom, você me fez uma pergunta sobre o projeto, né? Como o projeto nasce, não sei se... ata eu posso falar sobre mim ainda aqui? Que além de trabalhar no projeto Paulo Freire, eu sou também da rede estadual, né. Sou filho de escola pública, né. Meu ensino fundamental foi particular, com bolsa e no ensino médio foi público, né. Depois eu fui pra Marinha e depois, é tentei concurso e consegui. Estou na Rede Estadual do Rio de Janeiro, desde 2011, tá é., bom, no meio disso tudo, eis que nasce o Projeto Paulo Freire, bom... como ele nasce? Em 2009, né, tinha uma galera no Lote XV que participava dos pré-vestibulares que já existiam na região. Então quando a gente, aqui do Lote XV, a gente tá falando aqui de um bairro que está ali pressionado e ele está ali em expansão e crescimento, né. Há alguns anos atrás, ele não tinha nenhum banco, no Lote XV, hoje tem alguns bancos no Lote XV. Parece que falam que vai ter agora até cartório, então é um bairro que cresce e que recebe moradores tanto do município de Belford Roxo, como também de Caxias (Duque de Caxias). Tá ali né, tem região do Lote XV que a gente tá andando que já é Caxias, né. e isso, meio que, é... eu acho que motivou a gente também, sabe Jane. A demanda o local, enfim esse cheiro, desse espaço, dessa hidra, né. O pessoal fala tanto lá no mestrado, né... nessa hidra. que corta uma cabeça, mas nasce um monte de cabeça pra poder continuar lutando. É isso nos chamou a atenção, inclusive fiz um grupo e desse grupo assim, enfim. Alguns anos atrás, a galera procurava estudar para Universidade somente na FEUDUC, né. Que é o espaço... é de Pré-vestibular Comunitário pra Negros e Carentes, enfim... só tinha lá um. Com o passar do tempo, é no Lote XV, o pessoal começou um trabalho com o Pré-vestibular em e depois esse PVNC lá da FEUDUC veio lá para um colégio chamado Almeida Barros, mas funcionava somente no final de semana e o em durante a semana. Então o que, que acontece... foi funcionando durante vários anos, trocaram de lugar umas três vezes eu acho, mais ou menos, né. Funcionou na Calvin Rio, que é um espaço que acolhe adolescentes, né. Funcionou... eu não lembro agora, no local anterior e depois, por último, sediou no espaço da Paróquia São Simão, no Lote XV em Belford Roxo, tá. Bom o que, que acontece, eu cheguei a participar do pré-vestibular como professor e eu tive essa graça, né, de participar do projeto na parte... não lembro da minha qual foi o horário. Eu acho que era manhã, eu acho que eu dava aula de manhã. Foi uma coisa assim, inédita pra mim, né. Foi também como um preparatório no Lote XV, eu acho que foi uma única turma que eu vi de manhã, sabe... Pelo menos que eu tenho notícia. Aquela turma, que eu trabalhei era uma turma muito louca, o pessoal estudava de manhã, isso aqui na Paulo Freire ainda, tá, eu... a gênese tá ai. Mas aquela turma estudava de manhã, de tarde e de noite, porque eles estudavam com a gente, né. Eles eram oficialmente daquela turma. De tarde eles estudavam em... formavam grupos de estudo. Isso tudo foi entrando na minha mente aos poucos, tá. Entendendo como é que funcionava essa lógica e tal... percebendo essas paradas. Não só eu,

como também Professor Júlio, né que trabalhou comigo preparatório. E ali a gente foi percebendo muita coisa legal. Esse pessoal então a tarde tava... estudando de manhã com a gente, à tarde era grupo de estudo e a noite eles se incluíam na turma da noite. Então a turma da noite, ela ficava repleta. Isso foi interessante, muita gente daquela turma passou, né. Entrou na universidade e aquilo deixou a gente, assim... fascinado, né... não saiu da nossa mente... de que forma que a gente pensava... de repente, algum dia, talvez contribuir, continuar contribuindo lá, né... Chamaram a gente depois...é, ou sei lá quem sabe... com algum projeto ou... não sei se eu tinha muito essa intenção não. Mas a gente, com o passar dos anos, em 2009. Aí sim, tem a data, o ano oficial do Paulo Freire, né. É... em 2009 a gente descobre que tem uma fila de espera, Jane... uma fila de espera pra participar de pré-vestibular comunitário ali. A gente achou isso assim... muito louco, a gente achou isso assim, um absurdo assim. Tinha um boato que era entorno de 50 a 60 jovens que estavam nessas filas. E aí, a gente sabe também que Pré-vestibular, não é somente jovem, né... também tem adultos, tem idosos, né... tá certo. E aí o que é que acontece, é... esse pré-vestibular, então é... não conseguiu acolher a todos e a gente - eu o Júnior - que a gente já tinha trabalhado junto, a gente pensou, se articulou com mais um professor então E

mais outro professor. então tinham quatro professores, né. Eu tinha ali "O Quarteto Fantástico" não, mas tinha um Quarteto do Paulo Freire, né. Julio, é eu, né o George; tinha o Diogo Breda, né, professor de geografia; ou Jura de português, né de linguagens; e é o professor Jefferson, né professor Jefferson né, um pastor, professor de matemática, uma área importante, né. E aí, a gente achou que com aquele grupo pequeno dava pra começar. Mesmo que a gente tivesse com o calendário já... já eu... Já tinha passado um pouco né, do começo de... do ano letivo, né. A escola já tinha começado e tal, mas a gente resolveu começar assim mesmo, no mês de fevereiro ou março... alguma coisa de 2009 começa o Paulo Freire. Claro, é... a gente não tinha muito conhecimento do que a gente ia fazer, a gente não tinha muito material pra fazer a divulgação, a gente não tinha a história que a gente tinha hoje, né. É... era tudo começar do zero, né. Então, por exemplo a questão do local, a gente fez uma parceria com um Colégio Silva Dias, que hoje não existe mais no Lote VX, era um colégio particular. E nessa parceria, a diretora que é... acolheu a gente, né. A diretora lá, a Dilmar através da sua espiritualidade, do seu entendimento da educação da cidadania, ela abraçou a gente e acolheu a gente. Eu não lembro aqui, se ela cobrava algum valor da gente, a nível de... de energia, eu acho que não. Não tenho certeza, mas eu acho que não.

Pausa para o café...

George:

Então, é.. a gente começou então ali então em 2009, né, com o pré-vestibular somente. A gente foi dando passos, turma pequena, poucos professores pra dar aula. Esses professores revezavam entre si pra poder cobrir, né aquela semana de horário e a gente conseguiu fechar o primeiro ano, parecia que nada ia dar certo né, porque? Porque se não tem resultado, como é que fica, né... já tinha pouco aluno e não ter resultado, isso seria desmotivador. E aí, pelo contrário, nós tivemos resultado e... muito significativo, sabe. Um resultado com qualidade que nos ensinou até a contar, Jane, é... as vitórias. Hoje, a gente fala no... no Paulo Freire que nós temos mais de 500 vitórias. Porque se você tá lá no projeto, Jane e passa pra Universidade, a gente conta uma vitória, se você passa pra um concurso a gente conta outra vitória. É a mesma pessoa, mas duas vitórias, entende. Se você: "ah! Quero trocar de minha universidade" e fez para uma outra e passou... Três vitórias, essa pessoa. Então a gente vai contando assim, a contagem é essa. A gente deixa isso bem claro, para poder não parecer pros outros que a gente está enganando, né. A gente acha interessante isso porque, por exemplo, os alunos no meu... número 1 né, vamos dizer assim, são primos, né. São dois primos que passaram: um passou para a física, né, para UERJ. Inclusive, às vezes, eu pegava trem com

ele. Depois não, nem sei se ele conseguiu terminar o curso. Ele chegou a ajudar no curso. Olha só que coisa bacana! E... é o Pedro de geografia que continuou o curso, e hoje mestrando, né. Olha só que coisa mais bacana ainda! Então, além dele ter também continuado e ter conseguido terminar sua trajetória e - terminar, modo de dizer - ele deu mais um passo, né mestrando. E também é.. moni... monitorando no Paulo Freire. É... dando aula e trazendo sempre a sua luz, né. Porque, né, acho que também tem isso de interessante, né.

A gente, quando traz uma pessoa que é do lugar e que venceu, sabe. Não tem mensagem mais direta do que essa, sabe... Os olhos brilham, os olhos brilham! Quando é algum aluno que já passou, vem visitar a gente... é muito interessante, assim. Tem outras descobertas, Jane, que não tem como quantificar, não tem como citar elas, como é importante. Por exemplo, é... tem alunos que melhoram a qualidade do do seu estudo né. Melhoram e... e conseguem desenvolver melhor o seu ensino médio, enfim. As vezes, não conseguem nenhuma vitória... né, expressiva, uma faculdade, um concurso. Mas consegue melhorar o conhecimento e o interesse pelo saber, sabe. Isso pra gente é importante, não tem como quantificar isso, mas eu tenho como dizer pra você que isso acontece. É... e isso faz o boca a boca, né. Isso faz com que as pessoas falem do projeto, de forma que no começo a gente fazia muita propaganda. botava faixa, entregava papelzinho no Lote XV e em outros lugares. Agora a gente faz isso, mas muito menos, sabe. A gente faz propaganda online, pouca também, principalmente agora depois da pandemia, né, mas tem que voltar bem devagar, né. Isso funciona mais, mas muita da propaganda tem sido das pessoas que passam pelo projeto: “Oh! tem Paulo Freire lá...tem Paulo Freire lá, entendeu. Então, a gente foi dando esses passos, né, muito legais. A gente conseguiu diálogos em parcerias com as escolas. Às vezes não era uma coisa de ter assim, nada de se ter uma coisa muito institucional e assinar nem nada. Mais de bater um papo com o diretor, o diretor aceitar, achar interessante, de levar, de incentivar a galera, de conhecer o Paulo Freire, enfim... é divulgar o projeto. Muita gente tem abraçado isso, né, muitos colégios na região tem abraçado isso, Colégio Jardim do Ipê, Colégio Estadual é... é Sargento Wolf. Na figura as vezes do... dos diretores ou coordenadores, ou um professor que está na escola e que ajuda pra caramba.

Por exemplo o CIEP 201, tem o Projeto Africanidades lá lindo, que você tem que conhecer Jane, você tem que conhecer o nosso grupo tem que conhecer. Tem um projeto lindo lá de africanidade, tá. E aí o, Cristiano, o professor Hélio, o professor Adenildo, eles são professores... a professora Lussandra... são professores de frente desses projeto africanidades, lá. São professores que trabalham também em parceria com a gente, sabe. Ajudando a divulgar o projeto, ajudando é... a fazer isenção, é... pedido de cota pros alunos... pra UERJ, sabe. Orientando os alunos sobre o SISU, PROUNI, enfim. Tentando dar esse passos pra galera tentar chegar na universidade, que é um dos.. um dos processos de sonho, né. Nosso sonho acabou que não ficou só esse, não sei se to falando muito assim, desanimado.

Jane:— Não... to... tô te ouvindo!

Jane : — Tô aqui pensando na minha própria história, vai falando.

George:

Acabou que não ficou só esse, o nosso sonho. Nosso sonho, ele tem agora a dimensão do pré-vestibular, né. Ainda no Silva Dias, é... a gente conseguir começar também, uma turma muito legal, Jane, de técnico... O que que é o Pré-técnico? É preparar a garotada pra Pedro II, FAETEC, CEFET, IFRJ, Colégio Militar, FIOCRUZ, é.. SESC, SESI, o raio que o parta sabe. Escolas top de ensino médio e o caramba isso... eu acho que isso foi revolucionário, sabe. Aí, é... teve alguns ensaios, algumas sementes nos primeiros anos, do pré-vestibular do prepa...

que depois foi acabar... ganhando o nome de Preparatório Comunitário Paulo Freire para abarcar tudo né (...).

Então assim, porque esse nome grandão agora é... Preparatório Comunitário Paulo Freire ou como o Samuel que é um dos coordenadores, com a gente atualmente, costuma dizer: Projeto Paulo Freire? Seria uma tentativa também de deixar mais reduzido e menos complexo, grandão, etc. Mas porque esse nome para abarcar mais? Porque, não é só pré-vestibular, entendeu?

Jane: Não mais, né.

George:

É também pré-técnico, é também, pré-ENCEJA, tá... É também é ... pré-militar, que alguns já acharam que não deveria fazer; que não tem nada a ver com o Paulo Freire... que não sei o quê... mas está lá, Paulo Freire, é pré-militar Paulo Freire... tá lá.

Jane: E é mesmo sobre essa questão que eu ia perguntar! Sobre a questão da africanidade, sobre a questão de ele se auto-declarar um negro e se compreendem como negro.

George:

Isso! Isso, eu queria falar também sobre isso, mas antes de falar sobre isso... Só pra poder embolar mais a tua mente Além dessas dimensões que eu falei, ainda tem grupos de estudos que a gente apoia, né. Tem uma experiência que nasceu agora na pandemia, que é... que é reforço escolar. Não é do Paulo Freire, mas a gente apoia, tá. Que é um reforço escolar que tem aqui que a Lu que tá de frente é... A Ludice e a Paula. Isso no ano passado (2021), esse ano (2022) já tá no segundo ano. No ano passado tinha uma turma só, nesse ano tem duas turmas, dois horários diferentes. Tem dificuldade de fato assim de se entender, de se descobrir, de se perceber. Porque às vezes, eles se auto-declararam, mas ele tem um entorno que diz que ele não é, entendeu. Então assim, é uma questão complicada. Não é uma questão fácil de resolver, mas é interessante. Porque alguns se percebem negros ali... e ali que ele vai: "Opa! Sou pardo, né, mas pardo e negro é... pardo e preto no IBGE é negro... Nem me imaginar numa situação dessa. Eu que caio para briga, dentro de tudo, é para brigar, vamo embora. E aí, eu não faço pelo sistema de cotas, eu faço vestibular... pré-vestibular sem o sistema de cotas e não entro, fico no quadro remanescente... das vagas, né, pra aguardar. E aí, no fim do ano vem o PROUNI. E aí, o PROUNI, compreendendo a proposta, eu já entro, né. Eu entro pelo PROUNI. Por que, que eu tô perguntando isso? Tô perguntando isso, porque muitas vezes eles estão no projeto comunitário, mas além de não compreenderem... além de não se declarar, ele também não compreendem o sistema de cotas né. George: Humrum, era... é sempre um desafio, né, essas questões, pra poder trabalhar. Por que, como você falou, né, não tem informação sobre isso e infelizmente ainda tem outro problema, né. A cada edital, principalmente nos últimos anos, eles têm mudado, né. Então é, por exemplo o edital do PROUNI desse ano ele já prevê 2022.2 que inclusive demorou pra sair, que já era pra ter saído, né. Porque geralmente numa semana é o SISU e na outra o PROUNI, mas tudo bem. Mas ele saiu com uma novidade interessante, nesse PROUNI o aluno que ele foi de... de ensino médio é... não mas ele não foi bolsista, ele tem... tem também direito, se ele tiver lá uma renda x, enfim tem... tem lá essa questão colocada. Eu descobri, essencialmente o aluno de escola pública- (não identificado) então assim é pegadinhas que ou abrem alguma coisas ou fecham algumas portas, né. Tem sempre documento de mais que pedem, sabe. É uma loucura. Então, imagina só, é uma outra etapa a mais também, sabe. E, aí é um desafio

incentivar o aluno. Pra poder é juntar é... os documentos e também se organizar em relação aos documentos, entender as cotas e também, é Jane, ler os editais. É outra coisa, que também é um desafio tremendo pra gente. Mas é algo que a gente vai tentando, sabe. Na medida em que um aluno também vai aprendendo isso tem gente que vem ajudar o projeto, principalmente ajudar nesses momentos aí de cota, isenção essas coisas assim. Ou as vezes a gente tem uma dúvida e a pessoa tá na universidade x ou y e a gente vai: E aí fulano, tu saca alguma coisa disso aqui? E a pessoa vai e orienta e tal... enfim. E aí, a gente vai criando uma rede, né, por onde a gente vai passando. Essa rede, ela foi necessária na medida em que a gente...

Jane: Só uma pergunta, sobre os editais. Você falou agora, uma coisa que me chamou atenção. Porque assim, ninguém nunca sentou comigo para ler edital, né. Eu me lembro que eu pegava o jornal, via o que precisava, providenciava os documentos e fazia. Por que você acha que eles têm essa dificuldade de compreender os editais, ou até de atender as propostas, né... dos editais?

George:

É... não sei... eu acho que é um pouco de preguiça (risos). É tem um lance também do deixar pra depois, "depois eu faço", é... Por exemplo, é... a gente tá agora no momento de... de... se aproximando do momento de isenção da... da UERJ, né. É... aí o pessoal fica muito ansi... acho que a ansiedade também atrapalha um pouco e aí eles acabam lendo e preferem que o outro leia pra que explique a eles. E aí, a dúvida acaba que só surge quando eles começam mexer nos documentos, né... quando começam mexer no que tá ali no edital e no que o edital vai prever ou não. Então assim, é... é, eu acho que muitos, infelizmente, deixam para cima da hora e acham que não vai... não vai ter nenhum problema e pressupõem algumas questões. Por exemplo, uns é... é... só... alguns: "Ah! Falaram que a renda mínima na UERJ é 'mil e pouco'. A minha família não pode porque ganha muito, que não sei o que..." Aí... entendeu aí, não tem uma leitura, uma interpretação do que tá lá-

Jane: Que é por pessoa né...

É, acaba indo pelo que... que alguém falou ou por uma... uma leitura rápida que deu, só de uma primeira linha, entende. E aí, não procura ler tudo, pra ampliar as oportunidades. Que acho que é costume também eu acho que a gente tem que ampliar as oportunidades. Tanto que uma aluno, o nosso aluno tem que fazer três vestibulares, tem que fazer no mínimo três vestibulares, concurso, sei lá... Quando a gente começa ali no Colégio Silva Dias que já funcionava um pré-vestibular faz contato de pessoas para poder estar ajudando a gente a crescer com temática explicadas eram de educação social não é crítica E aí o comunitários que não pertenciam a paróquia São talvez pelo pela quantidade de anos que já estava os dois pré-vestibulares funcionando desfez E aí também não era algo que dependia somente da igreja né e aí o grupo só o nosso preparatório como ser um adjetivo que funcionava no meio da Barros depois lá por comida bar hoje para outro lugar e vai te dizer um outro atualmente só tem o nosso negócio aqui a gente deu uma parada né 19 Às vezes a gente ia para o espaço para gravar aula e aí algumas pessoas não entende né travesseiro foi com o projeto não deveria morrer mesmo pai e aí a gente tinha professor de outros estados tinha teve aula foi transmitida e fora do país enfim de forma que a gente uma galera online é o pessoal entendi não deixou morrer foi trabalhando online simultaneamente e voltou presencial em 2022 ou em 2021 em janeiro mas aí as provas escolas Colocaram um pouco menos frio à noite mas assim lá no evento da UERJ eu entendi acho que na primeira aula inaugural deles também quando

eles começaram um projeto aqui a gente tem online é que a gente foi se aproximando ainda mais presencial e tal mas online acabou que a gente ficou mais junto né com o já te vejo pessoal do do e articularam é pré-vestibulares vários lugares e há uma campanha aqui te ajudar que legal a gente não tem como os pré-vestibulares mais antigos e tradicionais a questão possibilidade necessidade de solidariedade né de uma educação conduzir como máquina e vamos fazer ou não aí é uma questão verdade nosso trabalho é preparar e levá-los para a vida né George infelizmente pelo horário a gente vai precisar encerrar Mas você olhando para o público que você atende você diria que a maioria Negra qual o percentual de jovens negros Bros indígenas e fala Nossa agora que eu tô gravando e tu tá falando espera aí que a gente vai lançar não some não eu fui o nome tal consegui duas vezes passar para Federal eu eu acredito que em relação à sua descendentes curso eu não tenho aqui um percentual Tá mas eu diria para você que é a maioria a maioria do curso não gosto muito mas vou anunciar na maioria mulher sintomas de casa algumas já filhos e tentando uma nova vida e escutando que legal O curso tem também acho que você fechar tem momentos de debate é ontem seminário de literatura Inclusive a gente falou sobre o livro da UERJ a gente tem movimento de também às vezes fazer ajuda né para as pessoas né com força de alimentos ou casado e assim uma coisa fundamental pega uma cadeira lady senta um pouco se os professores vão agora se os alunos vão já terminaram o mestrado então A Proposta o projeto a coisa caminhando é muito interessante é lógico que a gente gostaria que fosse é muito maior do que suas até porque infelizmente mas a gente de verdade Vocês já estão aí na contrapartida né subvertendo e colocando aqueles que o sistema diz que não é para colocar eu te agradeço muito de todo coração na sua entrevista sua paciência sei que seu tempo é curto mas assim muito obrigada mesmo por ter contribuído e assim que eu tiver um material a gente vai estar compartilhando tirar um dia para ir visitar o projeto né para poder conhecer para vestibular conhecer os alunos conhecer a proposta e esse da africanidade que você me falou fiquei bem interessada tá legal a gente marca com eles estão sempre fazendo eventos eu que não consigo ir são horários que bate com a minha agenda para depois tá te passando a fim de semana eu consigo você consegue e as atividades também são sempre de semana de segunda a sexta Esse é o meu problema e que eu trabalho o dia inteiro a semana toda mas a gente vai conseguir dar um jeito Um dia de tentar uma folga do TRE e vou conseguir consegue dar passada aí George saudades.

Estevão Leite – Professor do IFRJ campus BR – Entrevista concedida online em 25/07/2022

Olá! Eu sou Estêvão Cristian da Silva leite, Sou professor do IFRJ campUs Belford Roxo, estou aqui com a pesquisadora Jane quintino para uma entrevista de Mestrado em Educação Étnico raciais e deixo aqui o registro de que autorizo a utilização dos dados desta entrevista para a sua pesquisa. Está autorizada. O Campos de Belford Roxo que faz parte da 3ª expansão da fase da rede federal de educação profissional e tecnológica e foi criado a partir de toda uma articulação política e regional junto ao Brasília que solicitou a criação desta instituição em Belford Roxo porque a política da rede federal é de capitularidade, de ir para territórios que antes não tinham acesso a universidades - aos próprios Institutos federais e às próprias escolas federais. então o campos e criado pela presidência da república por meio de um Decreto de lei em 2013, na época do governo da presidente da Dilma Rousseff. O campos inicialmente é criado no papel, por lei, e nesse processo durante a gestão do professor Paulo Assis do instituto federal Do Rio de Janeiro ocorreu esse processo de extensão do Campis do próprio instituto federal de onde surgiram os Campus Belford roxo, São João de Meriti e Niterói. Hoje

tanto São João quanto Niterói possui os campus instalados já com prédio principal, enfim com a sua estrutura praticamente toda composta, totalmente mobiliado; e Belford roxo enfrenta até hoje muito imbróglis. E aí eu entro um pouco nesta história. A partir de 2014 é nomeado o professor Fábio Silva que era nosso antigo diretor Geral do campus de Belford Roxo para conduzir esse processo de implantação do Campus. Esse processo de implantação na época - eu vou dar os nomes que pelo o que eu me lembro tá Jane - quem estava na prefeitura era o prefeito Dennis Daltman e era um governo que apoiava a implantação do campus no município. E aí começou a tramitação, a articulação em torno de um terreno de um espaço onde o campus pudesse ser implantado. Tiveram muitos entraves porque teoricamente o Instituto precisaria de um terreno de 20 mil metros quadrados e o que a prefeitura dava de contrapartida não atendia as especificações. Interessante também eu reforçar isso: quando é criado um campus, um Instituto Federal, as prefeituras dos governos locais eles são obrigados a dar na verdade, que é o terreno. E o governo Federal entra com todo o resto da estrutura, constrói o prédio, dá toda a infraestrutura, faz os concursos públicos, enfim, é sempre esse processo. Na ocasião encontrou-se o terreno que hoje é no Marco zero em frente ao 39º batalhão no bairro São Bernardo. E esse terreno que num 1º momento ficou condicionado que a prefeitura doa o terreno para o IFRJ desde que o IFRJ Inicie suas atividades no terreno do campus até o final de 2016. Na verdade teve uma lei intermediária que depois foi atualizada mas no geral é isso: que a gente tinha que começar nossas atividades até 2016. Nesse meio tempo a gente começou as atividades no CIEP Constantino Reis - não sei se você conhece o CIEP que tem bem pertinho do Fórum ali do lado. Foram feitos os primeiros concursos e eu sou um dos três primeiros professores concursados para o Campus Belford Roxo, então você escolheu a pessoa certinha. Eu vivi boa parte dessa história de implantação. E a gente está nesta luta lá até hoje. E aí feito este primeiro concurso, toda vez que um campus é um plantado também define-se a partir de uma consulta pública, de um processo, de um levantamento da vocação, qual vocação que um município tem, e a partir desse levantamento, dessa consulta pública, foi feita consulta pública na câmara dos vereadores, conversas com instituições e com o poder público local para a definição de qual eixo tecnológico de atuação do Campus Belford Roxo e na ocasião definirAM- se, Se eu não me engano, três eixos tecnológicos: cultura/ educação, economia criativa e gestão. E aí definiu-se que o Campus que o campos seria voltado para as áreas da economia criativa. fizeram-se os concursos, nós entramos e começamos a atuar no CIEP Constantino Reis. Isso no meado de 2016. Considerando o pouco tempo para que a gente assumisse o concurso e começasse a atuar já no terreno, decidiu-se que no primeiro momento seria feita aquela construção modular que é o espaço que você visitou hoje. Que é uma construção mais rápida, é um tipo de construção para que a gente ainda no ano de 2016 começasse as atividades lá no terreno. Na ocasião construir uma sala de aula. Mas hoje se eu não me engano conseguimos ter 4 salas de aula, biblioteca e laboratório de informática. Naquele espaço pequeno já tem bastante coisa, a gente já faz bastante coisa ali e a gente cumpriu a exigência da LEI que foi começar em 2016 a ofertar cursos lá. A gente começou ofertando cursos de qualificação profissional, de formação inicial e continuada. Em 2017 assume em Belford roxo essa nova gestão do prefeito Wagner Reis e um dos primeiros atos dessa gestão foi acionar a justiça querendo reaver o terreno que foi doado para o instituto alegando que nós não havíamos cumprido o que foi estabelecido na lei que foi Iniciar as atividades até o final de 2016, sendo que nós começamos, e desde então o que a prefeitura vem fazendo, e a população não consegue perceber e questiona: Por que o campos não cresce? Por que nós não temos o terreno totalmente ocupado? Por que o Instituto não construiu? Logo em seguida, depois de ter construído os módulos, a gente tinha ainda outras obras complementares que seriam feitas neste 1º momento. Já existe o projeto, na verdade sempre existiu o projeto do prédio principal, só que todas as nossas Obras são

embargadas pela prefeitura de Belford roxo. A instituição não consegue as licenças municipais para fazer as obras de construção complementação, paisagística e de tudo o que é necessário para dar dignidade para quem vai acessar a Universidade, a Instituição. Na ocasião chegou-se a fazer uma licitação para as obras paisagísticas, construção de caixa da água, do esgotamento sanitário e a obra foi embargada pela prefeitura, inclusive embargada de forma violenta pela guarda municipal, agentes armados. As visitas da prefeitura quando foram ao Campis sempre foi de forma violenta. Enfim nessa história desde 2017 a prefeitura aciona a Justiça e a gente vem nesse bate e volta.

Eliete Azevedo – Gestora de escola municipal em Belford Roxo- entrevista concedida em 03/10/2022

Eu. Eliete de Azevedo, gestora da escola municipal em Belford Roxo, autoriza a utilização dessa gravação para Jane Quintino no trabalho dela, de Mestrado, de pesquisa. Ok

Jane: Eliete me fala um pouquinho sobre o projeto político pedagógico da sua escola.

É o projeto Político pedagógico da escola. A gente tava até conversando esses dias que a gente precisa fazer alguns adenos, né? Porque? Eu peguei essa escola e vai fazer 2 anos. Não tem 2 anos ainda. Então assim, já cheguei na escola com muitos problemas, tive que resolver várias coisas até que eu até fui te mostrando assim, obra que a escola precisa fazer. Um Monte de reformas e até avaliação pedagógica, mesmo porque viemos de 2 anos de pandemia, então estava tudo assim melo que, Ah, não sei o que fazer, não é porque ficaram entre aspas, não é online, porque eu não acredito até que isto tenha funcionado. Na verdade, actio que foi mais para ingles ver do que para tudo porque as crianças vêm normalmente para comer. A única refeição é da escola, eles vão ter celular, vão ter notebook, vão ter a internet. Que tenha la um xing ling, né? Mas internet é mais difícil. Então assim, mas a gente veio dessa pandemia como o Brasil inteiro, né? Passou por essa. Então, assim eu andel dando uma olhadas No No projeto político pedagógico e como assim, o que você quer saber sobre ?Eles .. questão ética e racial ... Não vi nada. Sinceramente, não tem nada. A única coisa que se faz menção é a 20 de novembro que eu acho é que é uma realidade. Não sei se do Rio eu sei que municipal eu sei que ela é, né? De trabalhar, mas assim, em contrapartida, eu tenho acompanhado muito na época, por ser pedagogo, então eu acompanho muito de perto. As atividades, né? O que elas estão fazendo? As propostas e eu vejo assim, que, embora não tenha um projeto há, né? A gente vai trabalhar durante o ano inteiro igual. A gente trabalha é gentileza, gera gentileza, não tem um projeto nesse nível, né? Mas elas trabalham diariamente com atividades pedagógicas de mostrando Ah, se vão construir na educação Infantil por exemplo, vão desenhar lá um boneca. Vamos deitar á para para desenhar. Outro dia eu até peguei a professora fazendo isso, deitou uma criança lá Branquinha e deitou uma preta para desenhar o corpo humano, elas deitaram desenharam um contorno e ai depois as todas foram, ajudando a pintar e elas pintaram de preto e a professora estava mostrando de é que as 2 tinham cores diferentes, mas elas eram iguais que elas gostavam ai perguntando, Ah, o que é que você gosta? Ah a fulana também gosta Ela gosta de brincar de massinha e a Rebeca também gosta de brincar de massinha Então, assim, tentando mostrar que, embora as a cor da pele fosse diferente, elas eram iguais, eram tratadas iguais, tinham, né? Família estudavam na mesma escola faziam as mesmas atividades, os gostos eram eram bem parecido. Então assim achei bem legal a brincadeira, achei assim, nossa, uma sacada muito boa da professora. Então assim é eu vejo na dia a dia. Al quando eu resolvo, quando eu tenho algum problema, às vezes acontece. Outro dia veio para minha sata uma criança. Chateada porque o outro chamou ele de

de Neguinho. E ai eu chamei a né, ai veio pro orientador, só tava do lado vejo pro orientador, ai um o branquinho era gordinho e o outro era negro que chamou de neguinho, al ele foi chamar pra consciencia dele, mas você ia gostar se ele ficasse chamando de gordinho? Não ia gostar, mas, porque é que vocês chamam dele de Neguinho .E isso é ofensa porque é que Neguinho é ofensa e porque é que você está se achando ofendido? Então trabalhou os dois: um que não tinha que achar que estava ofendendo e a outro que não tinha que se achar ofendido. Então assim, diariamente eu eu vejo que as coisas funcionam, mas um projeto para que isso funcione realmente não tem.

Jane: Qual o número total de crianças na sua?

Escola, nós temos 410 crianças

Jane: Você sabe dizer se desse número, quantas são pretas e pardas?

Não sei te dizer, mas eu vou te dizer que eu acho que pelo menos 85% Tem crianças que se declaram indígenas ou que a família declara indígena Não, nenhuma...Nenhum. E aqui a gente atende de 3 aninhos, né? Que cresce ainda, né? É até o quarto ano de escolaridade, quinto ano já passa por aquilo para a escola ao lado assim. Então assim, mas Eu acredito que 85% sejam negras ou descendentes, né, Carlos?

Que branco e se você andar pelo colégio, eu, eu eu aqui to aqui todo Santo dia, né? Eu aqui vou te falar, eu não lembro de ninguém. Assim, com as características totalmente brancas. Tem Albino? Mas branca, branca, são muito poucas crianças brancas. De olho claro, eu só to me recordando de uma branca de olho claro...Porque acho que também a realidade da escola municipal. E da baixada? Familiar e da baixada Fluminense é não é só municipal da baixada Fluminense. Né?

Jane: Fala um pouquinho sobre a formação e o apoio da Secretaria municipal de educação sobre as questões Étnico-Raciais. Há alguma Há algum material didático, algum recurso didático, algo vinculado a essa primeira etapa?

Formação? Nada, nada. Não tem nenhuma diretriz, não tem nenhum. Nenhum, nenhum pedido assim pra alguma coisa, né? Ah, vamos fazer um projeto? Ah, vamos fazer? Não vem nenhum material, não vem não, não vem geral, né? Principalmente direcionado à etnia, nada, nada que eu posso te dizer, Ah, teve um dia, mas eu vou te falar isso eu. Eu não lembro desse recurso dessa, dessa de suteia, nunca em 24 anos. Nenhum, nenhum pedido assim pra alguma coisa, né? Ah, vamos fazer um projeto? Ah, vamos fazer? Não vem nenhum material, não vem, não vem geral, né? Principalmente direcionado à etnia, nada, nada que eu posso te dizer, Ah, teve um dia, mas eu vou te falar isso eu. Eu não lembro desse recurso dessa, dessa natureza, nunca em 24 anos de município, nunca ter tido isso, eu lembro de quantos anos na rede? 24. Vou fazer 25. Eu lembro de acontecer muito isso na EJA, né? Natural de de projeto, até eu me incluo numa numa falha dessa, né? Porque eu já fui subsecretária de educação do município e os projetos que tinham que eram cobrados e que que a gente trazia até pessoas de fora para poder dar.Extra para fazer oficinas era sempre com isso. Não pensávamos na primeira infância na segunda infância, nunca, nunca foi pensada. Eu nunca pensei nisso, sinceramente acho que até pela questão de de nunca ter sido trabalhado comigo, nunca ter vivenciado isso em outras. Então você acaba caindo no ciclo de que acaba passando despercebido.

Jane: Então você tem conhecimento da lei 10639/ 2003, que alterou a LDB?

Muito pouco.

Jane: E a lei 11645/2008?

Eu. Eu fiz um curso, né? Tanto a gente estava falando antes de de, de começar a falar sobre isso, que eu entrei num curso sobre etnia, então assim tive acesso a algumas questões da lei, discutimos algumas coisas, mas não fui a fundo. Sinceramente, não fui apesar de ser negra.

De me reconhecer como preta, como filha de preta, mas.

Não, não fui. Parei o curso, né? Não continuei, até porque eu não gostei. É, é, não, não me interei. Sinceramente, não me interei.

Jane: Agradeço Eliete pela entrevista, pela sua colaboração e seu carinho de sempre e vamos juntos construir esse projeto.

É, e até agora fiquei assim. Superinteressada em construir um projeto pra se trabalhar. Isso porque assim... coisa que a gente realmente não para pra pensar no nosso dia a dia, né? Uma coisa até que a gente tava falando antes, né? a gente não se reconhece como preto. Ah, sou preto, sou, sou discriminada, sou, né? A gente não para pra pensar no quanto é um projeto para valorizar, na verdade e para mostrar a importância do preto na sociedade, né? De quanto foi importante isso? Porque as crianças são pretas, simplesmente são pretas. Elas... É uma Porque legal ter Não sabem e se ofendem como se é chamadas de Neguinho, né? Ninguém se ofende quando é chamado de branco de Branquinho. elas não sabem o valor que ela tem? Eu achei até bem legal isso é, vou pensar para Né? Mas porque elas é se ofendem? Porque mexer no teu PP mesmo, mas a gente já mexia, a gente marcou agora de mexer no final do ano para botar uns adendos e eu vou para a gente mexer nisso também. Adorei estar com você... pensar, vou conversar isso.

Jane: Eu gostei mais ainda , obrigada.

E ela é menina como a gente.